

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

CENTRO DE ARTES

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E
URBANISMO**

DANIEL DA ROCHA RAMOS

**A INVENÇÃO DA PRAIA E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO:
DINÂMICAS DE USO E OCUPAÇÃO DO LITORAL DO
ES**

VITÓRIA

2009

DANIEL DA ROCHA RAMOS

**A INVENÇÃO DA PRAIA E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO:
DINÂMICAS DE USO E OCUPAÇÃO DO LITORAL DO
ES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito final para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo, na área de concentração Processos Urbanos e Gestão da Cidade: Teoria e História. Orientador: Prof. Dr. Milton Esteves Junior.

VITÓRIA

2009

DANIEL DA ROCHA RAMOS

**A INVENÇÃO DA PRAIA E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO:
DINÂMICAS DE USO E OCUPAÇÃO DO LITORAL DO
ES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito final para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo, na área de concentração Processos Urbanos e Gestão da Cidade: Teoria e História.

Aprovada em 22 de setembro de 2009.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Milton Esteves Junior
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientador

Profa. Dra. Eneida Mendonça Maria Souza Mendonça
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Dr. Eustógio Wanderley Correia Santos
Universidade Federal do Ceará

A memória do meu eterno amigo, pai e avô José Pires Ramos
Sobrinho

A minha mãe por minha vida e formação.

A minha família que direta e indiretamente me produz.

A Lyvyam, pessoa que escolhi para constituir minha própria
família, pelas discussões, apoio, afeto e compreensão.

Aos meus amigos, que por meio de críticas, fizeram-me refletir
sobre a importância deste estudo e a urgência de minha
formação acadêmica e intelectual.

“Vivemos as consequências de nossas escolhas”

Maria Cristina Ramos

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, que me ensinou em todos os momentos que titulação e vaidade não necessariamente caminham lado a lado.

Ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo por dar-me oportunidade, conhecimento e formação intelectual.

Aos mestrandos das três primeiras turmas do programa, pelo convívio, amizade, troca de informações e experiências.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo – FAPES pelo apoio concedido por meio de bolsa de estudos.

RESUMO

Este estudo se propõe a analisar as formas de uso e ocupação impostas pelo homem aos espaços praias de Anchieta e Vila Velha, Espírito Santo. As sociedades ocidentais desenvolveram seus imaginários em relação ao mar e às praias de maneira distinta, embora num determinado período da história a moda dos banhos de mar, surgida na Europa, tenha, por sua hegemonia, suprimido outros símbolos e códigos e se tornado a norma vigente. De norte a sul, de leste a oeste, onde há praia e temperatura minimamente agradável, o imaginário ocidental nascido a partir do século XVIII difunde-se e alastra-se, devendo muito ao desenvolvimento do capitalismo, as redes midiáticas e ao fenômeno do turismo, tornando as práticas à beira-mar pasteurizadas e previsíveis, mesmo para populações e viajantes de lados extremos do mundo. Conjunto ao desejo da vilegiatura marítima, nasce a arquitetura do mar e o processo de urbanização das orlas. Tal fenômeno, concomitante ao inchaço populacional mundial e cooptado pela lógica do capital imobiliário e turístico, fez com que grande parte das praias se tornasse palco de uma predatória forma de uso e ocupação, causando ao litoral inúmeros impactos, e tornando a situação no mínimo paradoxal. A paisagem que atrai, para o consumo, só está apta para ele após uma significativa modificação, para não dizer destruição. Sendo assim, a produção dos espaços praias deve ser motivo de reflexão para que se possa fornecer insumos à novas formas de pensar e viver o litoral.

Palavras-chave: espaços praias, uso e ocupação, produção do espaço.

RESUMEN

Este estudio se propone a analizar las formas de uso y ocupación impuestas por el hombre a los espacios playales en Anchieta e Vila Velha, Espírito Santo. Las sociedades occidentales han desarrollado sus imaginarios en relación al mar y a las playas de manera distinta, aunque en un determinado período de la historia la moda de los baños de mar surgida en Europa tenga por su hegemonía, suprimido otros símbolos y códigos y se han tornado la norma vigente. De norte al sur, de este al oeste, donde hay playa y temperatura mínimamente agradables, lo imaginario occidental nacido a partir del siglo XVIII difunde y se alastra, debiendo mucho al desarrollo del capitalismo, las redes mediáticas y al fenómeno del turismo, tornando las prácticas de las orillas del mar pasteurizadas y previsibles, mismo para población y viajeros de lados extremos del mundo. Juntamente al deseo de la villegiatura marítima nace la arquitectura del mar y el proceso de urbanización de las orlas. Tal fenómeno, concomitante al crecimiento de la población mundial y cooptada por la lógica del capital inmobiliario y turístico, hizo con que gran parte de las playas se tornase palco de una predatoria forma de uso y ocupación, causando al litoral inúmeros impactos, y tornando la situación en el mínimo paradoxal. El paisaje que atrae, para el consumo, solo esta apto para él después de una significativa modificación, para no decir destrucción. Así siendo, la producción de los espacios playales debe ser motivo de reflexión para que se pueda fornecer insumos a nuevas formas de pensar y vivir el litoral.

Palabras-llaves: espacios playales, uso y ocupación, producción del espacio.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| 1. INTRODUÇÃO | 13 |
| 2. A INVENÇÃO DA PRAIA | 32 |
| 2.1 AS REPRESENTAÇÕES DO MAR | 32 |
| 2.2 GENEALOGIA DA ADMIRAÇÃO | 36 |
| 2.2.1 A físico-telogia ou teologia natural | 37 |
| 2.2.2 A exaltação das praias fecundas da Holanda | 38 |
| 2.2.3 A moda da viagem clássica às margens luminosas da Baía de Nápoles | 40 |
| 2.2.4 O discurso médico sobre as propriedades do mar | 41 |
| 2.3 O IMAGINÁRIO BRASILEIRO DAS PRAIAS | 48 |
| 3. PRODUÇÃO DO ESPAÇO: PONTO DE PARTIDA E DE CHEGADA | 54 |
| 3.1 A GÊNESE DO CONCEITO: ALGUNS AUTORES E SUAS CONCEPÇÕES | 54 |
| 3.1.1 Henri Lefebvre e a análise das práticas humanas | 61 |
| 3.1.2 David Harvey e o modo de produção capitalista do espaço | 70 |
| 3.1.3 Neil Smith: produção do espaço e desenvolvimento desigual | 75 |
| 4. DIVISÃO TERRITORIAL DO TRABALHO E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO: USO E OCUPAÇÃO DAS ORLAS DE ANCHIETA E VILA VELHA | 80 |
| 4.1 SOBRE A DIVISÃO DO TRABALHO E A REPARTIÇÃO DOS RECURSOS | 82 |
| 4.2 TEMPOS DA DIVISÃO DO TRABALHO | 83 |
| 4.3 RUGOSIDADES DO ESPAÇO E A DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO | 85 |
| 5. APROXIMANDO A ESCALA E FOCANDO A DISCUSSÃO | 87 |
| 5.1 AS “NOVAS” FORMAS DE USO E OCUPAÇÃO DO LITORAL DO ESPÍRITO SANTO | 90 |
| 5.2 ANCHIETA E AS NOVAS TENDÊNCIAS DE OCUPAÇÃO DO LITORAL | 92 |
| 5.2.1 Quem opera a produção do espaço local? Quais instituições respondem pela avaliação ambiental estratégica? | 99 |
| 5.2.2 Rebatimentos da economia global sobre a produção do espaço local | 102 |

| | |
|--|------------|
| 5.3 VILA VELHA E O MODELO CLÁSSICO DE OCUPAÇÃO À BEIRA-MAR..... | 107 |
| 5.3.1 Processos especulativos no território da orla de Vila Velha..... | 117 |
| 6. A CIDADE COMO MERCADORIA: O CONSUMO DAS PRAIAS NA ESTRATÉGIA DO CAPITAL..... | 126 |
| 6.1 CIDADES DOMINADAS: A HEGEMONIA DAS CORPORAÇÕES..... | 131 |
| 6.2 RESTAURAÇÃO DA CIDADE SUBJETIVA E OBJETIVA..... | 133 |
| 7. LITORAL BRASILEIRO, UMA INTRODUÇÃO..... | 137 |
| 7.1 REFLEXOS DO USO E OCUPAÇÃO NO LITORAL..... | 141 |
| 7.2 MAS AFINAL, QUEM É O GOVERNO? E QUAIS SÃO SEUS PROBLEMAS?..... | 144 |
| 7.2.1 Governabilidade e seu reverso..... | 146 |
| 7.3 A GESTÃO PÚBLICA DO PATRIMÔNIO COSTEIRO..... | 150 |
| 7.4 CENÁRIOS COSTEIROS: APLICABILIDADE..... | 155 |
| 8. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 159 |
| 9. REFERÊNCIAS..... | 168 |
| APÊNDICES..... | 174 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|-----|
| Tabela 1 – Nível de instrução da população de Anchieta, ES..... | 95 |
| Tabela 2 – Composição de faixa etária, Anchieta, ES | 96 |
| Tabela 3 – Distribuição geográfica de residências secundárias no Brasil, Estados litorâneos (2005)..... | 141 |
| Tabela 4 – Quadro Teórico conceitual | 148 |

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|-----|
| Figura 1 – Orla urbanamente consolidada, Praia de Camburi, Vitória, ES----- | 17 |
| Figura 2 – Predomínio de edifícios altos, Praia da Costa, Vila Velha,ES ----- | 17 |
| Figura 3 – Modelo de ocupação largamente reproduzido, Orla de Santos, SP----- | 22 |
| Figura 4 – Condomínio fechado com acesso à praia restrito, Anchieta, ES----- | 23 |
| Figura 5 – Esquema básico de funcionamento da especulação imobiliária ----- | 26 |
| Figura 6 – Esquema básico de funcionamento da especulação imobiliária ----- | 26 |
| Figura 7 – Praia de Scheveningen, Holanda, gravura de Pieter Bruegel ----- | 39 |
| Figura 8 – Praia de Dieppe, França, gravura de Louis Garneray ----- | 44 |
| Figura 9 – Orla da Praia de Castelhanos, Anchieta, ES ----- | 89 |
| Figura 10 – Mapa Base de Anchieta, ES ----- | 93 |
| Figura 11 – Disposição das edificações em Anchieta, ES----- | 94 |
| Figura 12 – Zoneamento Plano Diretor Municipal de Anchieta, ES ----- | 94 |
| Figura 13 – Áreas edificadas e zoneamento do PDM de Anchieta, ES----- | 95 |
| Figura 14 – Terceira usina de pelletização da mineradora Samarco, Anchieta, ES----- | 97 |
| Figura 15 – Imagem do Condomínio Gran View Residence, Anchieta, ES----- | 103 |
| Figura 16 – Praia do Tombo, Condomínio Moorea Tennis & Beach, Anchieta, ES ----- | 104 |
| Figura17 – Maquete do Moorea Tennis & Beach, Anchieta, ES ----- | 104 |
| Figura18 – Localização espacial do Pólo Industrial e de Serviços, Anchieta, ES ----- | 107 |
| Figura 19 – Mapa Base de Vila Velha , ES ----- | 109 |
| Figura 20 – Disposição das edificações em Vila Velha, ES ----- | 110 |
| Figura 21 – Zoneamento Plano Diretor Municipal de Vila Velha, ES----- | 111 |
| Figura 22 – Áreas edificadas e zoneamento do PDM de Vila Velha , ES ----- | 112 |
| Figura 23 – Evolução do uso do solo em Vila Velha, antes e depois da construção da Terceira Ponte, 1980, 2002 e 2009 ----- | 114 |

| | |
|--|-----|
| Figura 24 – Evolução do uso do solo em Vila Velha, antes e depois da construção da Terceira Ponte, 1980, 2002 e 2009 ----- | 115 |
| Figura 25 – Evolução do uso do solo em Vila Velha, antes e depois da construção da Terceira Ponte, 1980, 2002 e 2009 ----- | 116 |
| Figura 26 – Macrozoneamento de Vila Velha, Lei 4.575 ----- | 120 |
| Figura 27 – Orla de Pontal do Ipiranga, Linhares, ES ----- | 128 |
| Figura 28 – Quando a praia é notícia ----- | 129 |
| Figura 29 – Vista aérea da orla de Vila Velha, ES ----- | 130 |
| Figura 30 – Quando o imaginário se torna marketing ----- | 131 |
| Figura 31 – Orla de Santos, SP ----- | 140 |
| Figura 32 – 1930 e 1999 Copacabana, RJ ----- | 155 |
| Figura 33 – Jurerê Internacional, Florianópolis, SC ----- | 156 |
| Figura 34 – Costa do Sauípe, BA ----- | 157 |
| Figura 35 – Padrão de uso e ocupação da região de Interlagos, Vila Velha, ES ----- | 162 |
| Figura 36 – Reprodução em série do modelo de ocupação das Orlas ----- | 164 |
| Figura 37 – Na escala do globo o modelo de ocupação das orlas se repete. ----- | 165 |

1. INTRODUÇÃO

Entre os locais que a sociedade elege como de preferência, a praia ocupa lugar de destaque. Em todos os pontos do globo durante períodos de condições climáticas favoráveis desenvolve-se a cultura de praia. Formas de conduta à beira-mar, práticas esportivas, maneiras de vestir-se, de pensar, de agir, de morar e de consumir. As sociedades das praias possuem suas próprias normas e formas.

De acordo com Corbin (1989) o interesse da sociedade pelos espaços praias¹ emerge durante o século XVII e mais visivelmente no século XVIII, quando o discurso médico volta-se às benesses do banho de mar. A Europa é o palco inicial dos primeiros indícios da moda das praias e rapidamente a tendência terapêutica dos banhos espalha-se pela Inglaterra, França, Holanda, Itália e Espanha para depois ganhar o restante do litoral europeu e posteriormente os Estados Unidos da América.

Cabe lembrar que não fora imediatamente após a consolidação do discurso médico que relacionava os banhos de mar aos tratamentos terapêuticos (sistemáticas imersões que em nada se comparam ao que entendemos como os banhos de mar contemporâneos) que viu-se as praias receberem enormes contingentes de pessoas enfermas. O processo para consolidação social das praias foi lento e diferente em cada região.

Interessante mencionar que a arquitetura do mar e toda infra-estrutura, ou seja, a real produção dos territórios praias aconteceu através da consolidação do desejo social do mar e de suas praias.

¹ Por espaços praias entendemos não só a faixa de areia e a porção de mar utilizada comumente pela sociedade, mas a faixa de areia e a porção de mar somado ao entorno imediato da praia em questão seja qual for sua característica geomorfológica: costões rochosos, áreas de restinga, mata atlântica, falésias ou mesmo orlas urbanizadas. A definição de espaços praias também está ligada a uma faixa medida a partir do limite da praia estendendo-se a 50 ou 200 metros em direção a hinterlândia.

Corbin (1989) lembra que a arquitetura do mar² no ocidente nasce somente em meados do século XVIII, e que até então os europeus sequer construíam suas casas de frente para o mar. Diegues (1998), antropólogo que estuda as sociedades ligadas ao mar, tanto em regiões continentais como insulares, também acredita que a arquitetura do mar se deve muito mais à consolidação do desejo social pelas praias do que por quaisquer outros motivos.

A influência da Igreja Católica que por um longo período abominou o mar e suas praias considerando-os espaços contrários ao paraíso, ou ainda como resultado do inacabamento divino na construção da Terra, posteriormente os abençoa. Esse fato foi importante para que a sociedade ocidental aceitasse o mar e suas praias.

O desejo pelas praias foi importante mote para o desenvolvimento do turismo enquanto atividade econômica indutora e produtora dos territórios à beira-mar. Com o aumento do desejo de banhar-se nas praias, mencionados em guias e enciclopédias médicas, surge naturalmente demanda por equipamentos de hospedagens, lazer, compras e transportes para então, suprir outras necessidades concernentes as, agora constantes, idas a praia.

O fato das praias estarem distantes dos núcleos urbanos fazia com que os serviços básicos de atendimento a sociedade não existissem. Portanto, abria possibilidades de investimentos nesse sentido.

Na obra *O Olhar do Turista*, *Jhon Urry* (2001) observa o status atribuído àqueles que gozavam de uma temporada nas praias inglesas. Logo, não só os banhos bastariam como motivo para que um enorme contingente de pessoas se deslocasse para as praias. Durante as próximas temporadas, o simples estar na praia e ali viver intensamente os códigos sociais instituídos, eram motivos para o deslocamento da residência para vilegiatura marítima.

² Corbin (1989) nomeia todas as intervenções arquitetônicas contemporâneas ao desejo social pela praia de arquitetura do mar, pelo fato dos projetos estarem contaminados com a moda dos banhos de mar e fruição das praias, e incorporar principalmente o desejo de contemplação do mar e da natureza marinha.

Do *Grand Tour*³ da Idade Média ao Turismo comercial, a consolidação das praias foi importante para que os primeiros balneários ingleses, franceses, espanhóis e holandeses voltados para a hospedagem, alimentação, lazer e para a mais importante das funções que é a prática dos banhos de mar fossem criados e logo se tornassem símbolo e sinônimo de turismo moderno. O foco era a geração de lucro, através da prestação de uma gama cada vez maior de serviços, mas nada comparado à busca de conhecimento e o processo de formação da juventude aristocrata, que as viagens possibilitavam.

Urry e Corbin concordam que a moda das praias foi um fator importante para consolidação do turismo moderno, que por sua vez, está ligado a consolidação do modelo capitalista de produção com todos seus componentes em pleno funcionamento (trabalho, lucro excedente, salário, férias, dias de descanso). Igualmente importante fora à evolução dos sistemas de transportes.

A partir do século XIX a moda das praias cresceu e o turismo ganhou cada vez mais adeptos, mas foi no século XX que tanto as praias como o turismo tornaram-se locais e atividades consumidos massivamente no ocidente.

Atualmente, mesmo que o século XXI não tenha uma década completa, seus primeiros anos já dão sinais da continuidade das praias como importante lócus da vida social. Para os agentes do mercado turístico este fato é deveras positivo, mesmo que não mais dependam somente da praia para obter seus altos lucros. Hoje todos os locais tornam-se turísticos tendo ou não praias.

Na América do Sul e mais precisamente no Brasil a moda das praias também ganhou adeptos desde o século XIX. A elite portuguesa reproduziu em sua colônia, tão bem servida de praias e climas favoráveis, o modelo europeu de consumo desses espaços. Gradativamente durante o século XIX e posteriormente durante o século XX a praia vai tomando importância, e aos poucos se torna o espaço público de maior utilização da sociedade da capital que então era a cidade do Rio de Janeiro.

³ Modelo de viagem ligado ao conhecimento e ao processo de formação dos jovens filhos da aristocracia na Idade Média, praticado por poucos e extremamente importante na preparação dos jovens para vida adulta.

Gaspar (2004) relata que fora em 1950 que as praias cariocas ganharam as características européias de desenvolvimento, mas não se podem confundir características de desenvolvimento com modelos arquitetônicos. O que o Brasil reproduziu do modelo europeu foi o gosto pelas praias, e não suas edificações.

Por motivos econômicos claros e pelo período tardio com que a moda de praia chegara ao Brasil, quando se desenvolveu o gosto por estes espaços, eles foram ocupados para fins tanto turísticos quanto residenciais, sendo que este último também acontecia na Europa e EUA ainda que com menor frequência no continente europeu, que privilegiava a ocupação da orla para fins turísticos. Para Dantas (2004), os modos de fruição das praias no Brasil absorveram claramente padrões europeus:

Estes traços de ocidentalização relativos ao mar e ao marítimo aparecem mais claramente nos países pouco tocados pelo turismo internacional (DANTAS, 2000), os quais podem produzir modelo de maritimidade próximo do advindo dos países desenvolvidos. A oposição entre maritimidade externa-moderna e maritimidade interna-tradicional deve então ser relativizada. Na realidade, encontram-se grupos locais que produzem os mesmos territórios e alimentam os mesmos desejos existentes no Ocidente. Assiste-se a uma mudança de mentalidade de grupos locais em relação ao mar. É neste quadro que se pode inscrever o desejo pelo mar no Brasil, próximo daquele da invenção da praia no Ocidente (DANTAS, 2004, p. 66).

A cidade do Rio de Janeiro foi precursora na produção dos espaços praias, e a moda rapidamente espalhou-se por todo território nacional. Hoje grande parte da população disputa regiões litorâneas e nutre geração após geração o gosto pelas praias.



Figura 1 – Orla urbanamente consolidada, Praia de Camburi, Vitória, ES
Fonte: Ramos (2007).



Figura 2 – Predomínio de edifícios altos, Praia da Costa, Vila Velha, ES
Fonte: Ramos (2007).

É mister lembrar que no caso do Brasil, em nossos 7.367 quilômetros de costa, e quando se revelam às reentrâncias do litoral esse número se eleva para cerca de 8500 quilômetros (MORAES, 2007), o processo de urbanização das orlas (entorno imediato das praias) não atingira sua capacidade máxima de realização. No entanto, as áreas restantes sofrem ou podem ainda sofrer pressão para que a capacidade máxima de ocupação seja alcançada.

Destacam-se neste contexto os territórios livres ou com baixos índices de ocupação e intervenção urbana. Destacam-se ainda os vazios intersticiais, parcelas do solo que encontram-se não edificadas e que interessam ou que podem interessar ao mercado imobiliário em algum momento.

Por outro prisma, podemos inferir que no Brasil existem praias que são para todos e outras praias que são para poucos. O poder econômico invariavelmente determina onde cabem muitos e onde cabem poucos.

Milton Santos, ao definir o espaço como um capital comum a toda sociedade, comenta: “Com a mundialização da sociedade, o espaço, tornado global, é um capital comum a toda humanidade. Entretanto, sua utilização efetiva é reservada àqueles que dispõem de um capital particular” (SANTOS, 1997, p.21). Neste sentido, algumas praias enquanto fragmentos do espaço nos servem de tristes exemplos do uso seletivo deste capital “comum” a toda humanidade. Para Santos (1997, p.21) “a utilização deste capital comum, o único de que dispõe a humanidade, é seletivo”.

No Brasil, a insuficiência jurídica e a ineficácia dos órgãos fiscalizadores no cumprimento da lei, provocam aberrações, tais como a livre existência de praias particulares (e proibidas por lei), a total supressão das características ambientais de alguns espaços praias e a exclusão sócio-econômica através do mercantilizado imaginário social.

Assim, não parece absurdo que este estudo parta do fato de já existir consolidado historicamente um interesse social pelas praias, o qual é determinado por uma sociedade capitalista que cada vez mais transforma tudo em mercadoria.

A produção dos territórios praias se processa justamente pela existência de um imaginário social consolidado, e o problema reside na forma com que grande parte da sociedade consome os espaços praias. Este consumo se mostra alheio à supressão das características naturais da orla e, também, à manutenção do imaginário social, que está intimamente ligado a preservação/manutenção das praias com as características que dão forma ao interesse social.

O cerne, a origem deste imaginário social em seu passado remoto, ligava a praia a uma espécie de “lugar paradisíaco” e mesmo nas mutações a forma com que a sociedade apropria-se destes espaços, a idéia/imagem de paraíso ainda está associada, salvo ocupações com fins produtivos, portuários, entre outros fins econômicos. No entanto, parece haver um paradoxo em questão. Cada vez mais, os espaços praias tendem a se tornarem em espaços urbanos consolidados, tanto em seus sistemas de objetos, quanto em seus sistemas de ações, o que converte o “lugar paradisíaco” em uma verdadeira “selva de pedras”.

Se, por um lado, podemos caracterizar como excludente a maneira como os territórios praias são loteados e ocupados, por outro, podemos falar da reificação que ocorre no consumo do espaço. Na produção do espaço – assim como conceituaram Smith (1988) e Santos (1996) – não só uma elite social produz o espaço praias, embora em sua produção ela contribua decisivamente, uma vez que as classes sociais economicamente desfavorecidas também o fazem.

Ora, distintas classes sociais atuam na produção dos espaços praias. Existem classes que não residem no espaço praias, mas têm suas ligações com praia através de outras vivências e referências o lazer e o trabalho, por exemplo. O que devemos entender aqui é de que forma ocorre a produção dos espaços praias e de que forma o público é realmente público.

A dinâmica de produção dos espaços praias acontece no seio de uma sociedade capitalista. Isso pressupõe por sua própria característica que coexistam agentes e atores hegemônicos, e uma grande quantidade de sujeitos passivos. Desta forma, cabe-nos estudar a dinâmica capitalista de produção e consumo do que convencionamos chamar de territórios praias, bem como os impactos decorrentes desta utilização.

Parece não haver questão mais ou menos importante. O que existem, de fato, são pontos estruturantes de um estudo que se propõe analisar os espaços praias sob o ponto de vista das relações entre o espaço físico e a sociedade que o anima. A produção dos espaços praias, assim como a produção de qualquer outro espaço social é, em suma, produção de vida. “Não há produção que não seja produção do espaço, não há produção do espaço que se dê sem o trabalho. Viver, para o homem, é produzir espaço” (SANTOS, 1994, p. 08).

Se o imaginário ocidental moldado por inúmeras influências, ao longo da história, corrobora para que a praia tenha importância social, cabe perguntar: o que faz com que o consumo destes territórios aconteça de forma tão predatória ou, como chamou Antonio Moacyr Madrugá (1992), “autofágica”? Como se dá a produção deste fragmento do espaço?

Nas forças que atuam na constituição da subjetividade humana, pode haver explicações para entender as conflituosas relações sociais estabelecidas nas orlas. O exame dos textos de Félix Guattari (1992) pode mostrar quais são essas forças que atuam na constituição da subjetividade humana, e forçosamente exercem influências nas decisões e escolhas dos indivíduos. Para este autor na constituição da subjetividade individual e coletiva dos indivíduos concorrem diversos fatores. Em suas palavras:

Devem-se tomar as produções semióticas dos *mass média*, da informática, da telemática, da robótica etc... fora da subjetividade psicológica? Penso que não. Do mesmo modo que as máquinas sociais podem ser classificadas na rubrica geral de equipamentos coletivos, as máquinas tecnológicas de informação e de comunicação operam no núcleo da subjetividade humana, não apenas no seio das suas memórias, da sua inteligência, mas também da sua sensibilidade, dos seus afectos, dos seus fantasmas inconscientes. A consideração dessas dimensões maquínicas de subjetivação nos leva a insistir, em nossa tentativa de redefinição na heterogeneidade dos componentes que concorrem a produção de subjetividade (GUATTARI, 1992, p.14).

No caso específico da praia e seu entorno imediato, concorrem para a constituição da subjetividade humana tanto as máquinas sociais, visto serem elas equipamentos coletivos quanto as máquinas tecnológicas de informação e comunicação, ambas a serviço do capital. O capital imobiliário e o turístico atuam em parceria com as ferramentas constituídas nos processos de subjetivação formalizando o imaginário quanto a essa porção específica do território.

Assim, para entendermos a dinâmica social das praias no que tange os processos de constituição e manutenção do interesse social por estes espaços, é necessário que o entendamos em uma perspectiva mais generalista, ou seja, no seio de uma sociedade capitalista em que as forças de informação e comunicação são fundamentais.

Ou seja, não se deve partir da praia para entender a sociedade que dela se utiliza, mas sim do entendimento das dinâmicas socioculturais para entendermos os usos que as sociedades fazem das praias. E dentro deste vastíssimo universo de análise, estudar quais os mecanismos que o capital dispõe para consolidar seus modelos e estratégias.

Guattari não se prestou ao estudo das sociedades e sua relação com as praias, seu interesse na verdade estava voltado para a sociedade numa perspectiva geral, não importando sua localização geográfica e algum possível determinismo geográfico. No entanto, a compreensão do que hoje constitui a subjetividade individual e coletiva, e suas conseqüências na vida cotidiana das sociedades, podem ajudar-nos a entender a dinâmica social das praias.

Por meio do escopo teórico formulado por Milton Santos, traçamos o entendimento dos espaços praias a partir das relações de dominância, ou melhor, de hegemonia exercida pelos agentes do capital especulativo, construtivo e imobiliário sobre o poder público, quase sempre omissos, embora onipresentes, vide a situação das orlas como as das cidades de Vitória e Vila Velha, ES.

Milton Santos denuncia através de seu pensamento que na produção das cidades (sistemas de objetos):

Os construtores do espaço não se desembaraçam da ideologia dominante quando concebem uma casa, uma estrada, um bairro, uma cidade. O ato de construir está submetido a regras que procuram nos modelos de produção e nas relações de classe suas possibilidades atuais (SANTOS, 1997, p.24).

O mesmo podemos dizer dos construtores dos espaços praias. As regras e os modelos de produção são calcados nas relações de classe, e tratando-se de um território consolidado em diversas escalas de classes sociais, inclusive nas classes mais abastadas, o espaço que deveria ser comum à humanidade, é construído para ser consumido de forma seletiva.

Em vários casos a praia, que exerce fascínio na sociedade, é construída para que os mais dispostos a consumir, a consumam. Neste caso o fator determinante (disposição) irá ser o poderio econômico, e este exemplo não carece de provas; estas saltam aos nossos olhos em centenas de casos no litoral brasileiro. Se considerarmos a escala mundial, como o é a economia e os padrões de consumo, os exemplos saltam das centenas para os milhares.

Além do consumo seletivo das orlas, os modelos de produção destes espaços são repetitivos, e em várias praias urbanas dotadas de grandes edifícios, a arquitetura e os problemas também se repetem. Milton Santos critica a arquitetura que se presta à subserviência das determinações de ordem econômica esquecendo-se do seu caráter artístico e criador, poderia sem dúvidas ilustrar sua fala com imagens das praias de Vila Velha, Rio de Janeiro, Guarujá, Anchieta, entre outras. Nas palavras do autor:

A arquitetura adaptou-se ao novo mundo dos negócios, à concentração e a estandarização na indústria da construção, à rigidez dos novos materiais e das novas máquinas. O designer devia suceder e não proceder, e a tal ponto que se pode falar de uma arquitetura sem arquitetos. Era a glorificação do repetitivo, do feio, a serviço de uma reprodução mais rápida do capital (SANTOS, 1997, p.23).



Figura 3: Modelo de ocupação largamente reproduzido, Orla de Santos, SP.
Fonte: Ramos (2006).

Observemos que não se trata somente de uma reprodução mais rápida do capital, mas de uma reprodução mais rápida de um padrão de uso e ocupação das orlas no modelo de

dominação do capital, consolidado socialmente e amplamente reproduzido a partir do século XX.

Não há limites para o capital, uma vez que este espalha em nichos de oportunidades e de possibilidades de ganhos e utiliza-se dos saberes humanos que possuem validade social. O problema não reside somente nos padrões arquitetônicos. Arquitetos, sim, podem ser aliados ao capital, “é a arquitetura como massa-média, preche de intencionalidade e de simbolismo” (SANTOS, 1997, p.24).



Figura 4: Condomínio fechado com acesso à praia restrito, Anchieta, ES.
Fonte: Ramos (2009).

A menos que haja empecilhos, as estratégias e os modelos planejados pelos agentes do capital são implantados a qualquer custo. Havendo barreiras, sejam elas jurídicas, econômicas ou culturais, o capital age para driblar os obstáculos (jurídicos), para adiar o investimento (econômico), ou afinar seu discurso ao desejo social vigente (cultural).

Podemos considerar como obstáculos jurídicos os embargos recentes feitos pelos ministérios públicos estaduais e federais a iniciativas de especulações, loteamentos e condomínios imobiliários em regiões litorâneas restritas ou não por diplomas legais. Quanto aos obstáculos econômicos podemos exemplificar as situações em que um estudo de custos de implantação, muito comum para loteamentos e condomínios, revela serem

altos os investimentos de um projeto de edificação para fins residenciais ou comerciais. E por fim os obstáculos culturais podem ser aqueles nos quais por algum motivo a sociedade condene ou ampare algum modelo de uso ou ocupação, como por exemplo, o atual senso de “sustentabilidade” que permeia o discurso social e por consequência o empresarial que condena construções que não perpassem o senso comum atual.

A separação e distinção dos usos que as sociedades fazem destes fragmentos do espaço (que não são uma máxima, os usos podem se sobrepor) constituem-se de exercícios metodológicos utilizados nesta pesquisa para a leitura dos espaços praias. Não se trata de um ou alguns espaços praias, mas sim das relações e situações recorrentes encontradas em alguns exemplos desses fragmentos.

O recorte espaço-temporal da pesquisa foi estabelecido da seguinte forma: optamos por uma análise da história do presente dos municípios litorâneos de Vila Velha, na região metropolitana da Grande Vitória (centro), e do município de Anchieta, localizado no sul do estado.

O fato de optarmos por uma história do presente não significa abandonar os registros e escritos sobre as origens de nosso problema, pelo contrário, cumprimos tal função ao analisar a natureza do interesse ocidental pelas praias no decorrer do tempo. Assim, optar pela história do presente é aceitá-la como estratégia metodológica. Para os fins desta pesquisa, interessa-nos analisar o problema da produção dos espaços praias hoje, e a partir do presente tentar desenhar cenários futuros ou, pelo menos, descrever seus riscos.

Vila Velha e Anchieta, embora apresentem algumas semelhanças no processo de produção dos espaços praias, possuem situações distintas de interesse de uso e ocupação e seus resultados. Em função de sua importância econômica e social no Espírito Santo, o município possui um padrão de ocupação do solo que atinge níveis avançados, se comparados com Anchieta. Todo o trecho central e norte da orla encontra-se densamente ocupado. A ocupação, na grande maioria, atende a uma função residencial, e é composta por grandes edifícios à beira mar, coexistindo com alguns equipamentos hoteleiros e uma variada rede de serviços. Ou seja, as praias da Costa, Itapoã e Itaparica possuem a

composição clássica dos bairros das médias e grandes cidades situadas à beira mar ao longo da costa brasileira.

Ocorre que os bairros na parte sul do município, tais como Barra do Jucu, Interlagos, e Ponta da Fruta possuem uma outra configuração. Podemos até dizer que eles são um retrato das praias do norte e do centro em épocas passadas. No entanto, em função do atual processo de especulação sobre a possível ocupação do trecho sul do litoral de Vila Velha e da permissividade do poder público, o cenário poderá tornar-se homogêneo em questão de pouco tempo.

Em Anchieta, município situado no litoral sul do Espírito Santo, a problemática é outra. A especulação gravita em torno da instalação de um Pólo Industrial e de Serviços, com investimentos previstos desde 2007, contendo nada mais do que 93 projetos. Em função disto, criou-se um momento propício para o início de uma forte especulação imobiliária na região.

Neste momento se faz necessário um melhor esclarecimento em relação ao que entendemos como sendo especulação imobiliária. Primeiramente ela, a especulação imobiliária, não é uma prática alicerçada em uma única ação somente. Pelo contrário, especulação imobiliária é uma prática composta por inúmeras outras, ela é processo antes de tudo. Outro aspecto importante relaciona-se ao fato da especulação imobiliária poder ser levada a cabo por todos os membros da sociedade que detenham uma determinada quantia de terra, não somente por grandes empreendedores do capital.

Fenômeno de ganho privado pelo proprietário de imóveis à custa de um investimento de comunidade, através, inclusive, da ação estatal, é denominado especulação imobiliária. [...] uma forma pela qual os proprietários de terra recebem uma renda transferida dos outros setores produtivos da economia, especialmente através de investimentos públicos na infra-estrutura e serviços urbanos (CAMPOS FILHO, 1992, p.20).

Os custos de “melhoria” das localizações são coletivos, mas os ganhos derivados destas melhorias são necessariamente privados, ou seja, pertencem aqueles que detém porções de terra. Sabe-se, nos referindo ao Brasil especificamente, que é bastante comum a existência de uma norma de comportamento em algumas áreas desprovidas de infra-estrutura urbana, ou ainda aguardando a chegada de algum tipo de investimento privado, em que os

proprietários de terras aguardam a chegada dos possíveis investimentos para que os preços de suas terras alcancem valores superiores referentes a seus próprios investimentos.

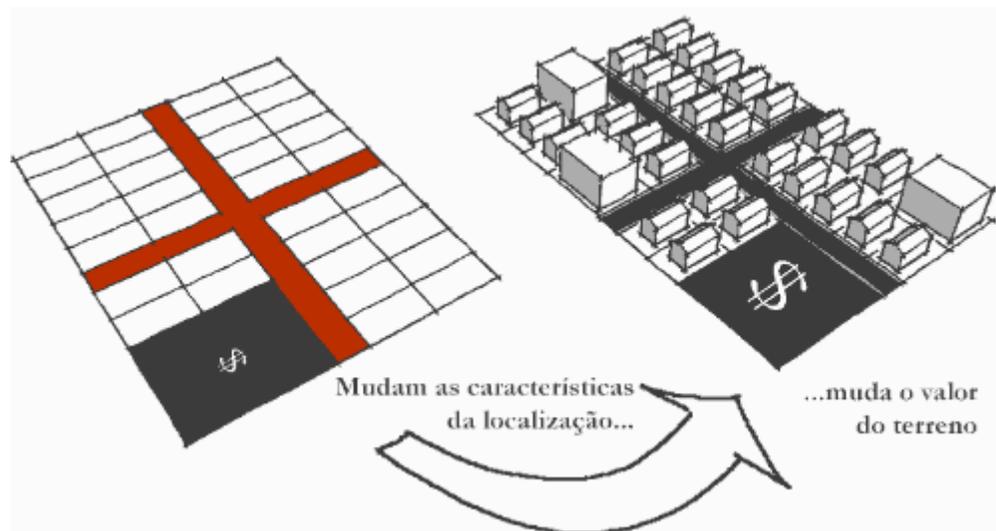


Figura 5 – Esquema básico de funcionamento da especulação imobiliária

Fonte: Saboya, (2009).

A localização dos terrenos, a pavimentação das vias de acesso, a abertura de avenidas, instalação de infra-estrutura urbana, investimentos privados e a proximidade com locais como praias, lagos e lagoas tendem a compor um quadro referencial para o processo e prática de especulação imobiliária.

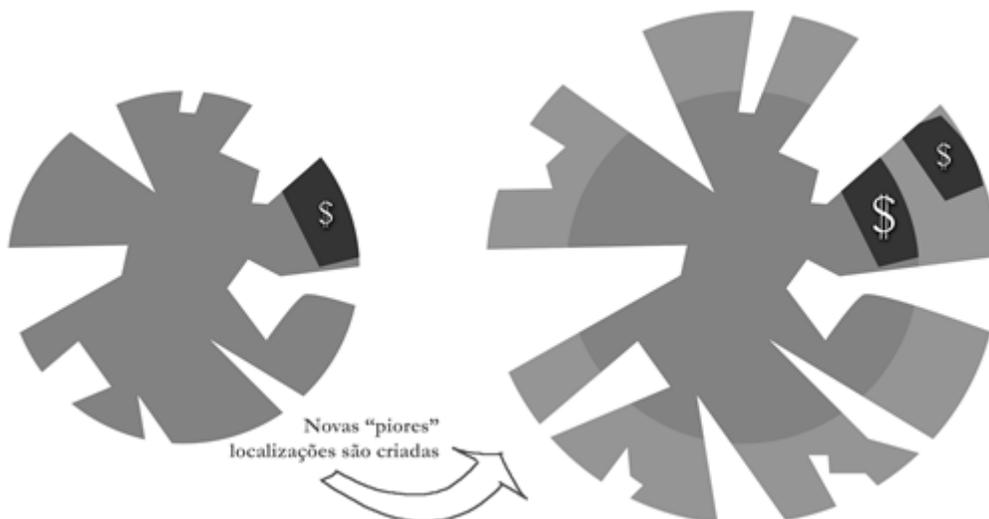


Figura 6 – Esquema básico de funcionamento da especulação imobiliária

Fonte: Saboya, (2009).

Outro fator de propulsão dos processos de especulação é conhecido como dispersão urbana. Tal dispersão consiste na criação induzida ou espontânea de novas áreas de ocupação social que surgem, não raramente em áreas periféricas, e acabam sendo as novas áreas indesejadas e de baixo valor de mercado. Este processo pode provocar o aumento dos preços das terras e dos imóveis localizados em outras áreas que passam a não serem mais vistas como áreas periféricas em relação às outras partes das cidades.

No entanto, a dispersão urbana também pode acarretar um processo contrário ao acima mencionado. Quando áreas já urbanamente consolidadas, dotadas de todas as infra-estruturas urbanas e de serviços, chegam a seus níveis de ocupação máximos, é comum observar a migração do capital, principalmente em sua forma imobiliária e turística, para outras áreas com baixos índices de ocupação e áreas férteis para novos empreendimentos.

As praias são exemplos claros deste processo de dispersão urbana. Notadamente o capital utiliza de seus melhores e mais eficazes argumentos para comprovar que seus novos empreendimentos estão situados no “novo Éden”, valorizando novas áreas e depreciando as antigas, já saturadas. A orla sul de Anchieta e Vila Velha são exemplos vivos destes processos.

Quanto ao controle do uso e do abuso da terra, isto é, o valor que assumem os imóveis no mercado imobiliário capitalista, depende de como o mercado está organizado. É conhecido pela teoria econômica o grã elevado da não substitutividade da gleba ou do lote urbano, isto é, cada lote localizado no espaço intra-urbano apresenta características próprias quanto às vantagens locacionais, sejam elas, paisagísticas (como a proximidade de uma praia, a encosta de um morro, a beira de um rio), sejam decorrentes das características da distribuição das redes de infra-estrutura urbana, especialmente a viária e de transporte (CAMPOS FILHO, 1992, p. 19).

Em Anchieta a perspectiva de instalação do Pólo, comandado pela vinda de uma mineradora chinesa/brasileira e da expansão da mineradora Samarco (já existente no local), construção de um porto de águas profundas e pela instalação de uma unidade de tratamento de gás e uma refinaria de petróleo da estatal Petrobrás, fez com que o preço da terra em Anchieta aumentasse em torno de 400%.

Pode-se constatar uma corrida por aprovações de loteamentos e construções de condomínios fechados junto ao poder público. Observou-se no mesmo período o aumento

na compra e venda de terrenos e casas nas praias. Além disso, a prefeitura permitiu o aumento do gabarito de construção através do recém instituído Plano Diretor Municipal.

Cabe ressaltar que a orla de Anchieta era ocupada por moradores, em residências com no máximo três pavimentos, e por casas de veraneio de igual porte. Hoje, nas praias de Castelhanos, da Guanabara, de Ubu, de Iriri, do Coqueiro, do Sapê, do Tombo, e das Freiras, predominam a venda de terrenos para construção de edifícios (com até sete pavimentos) e a construção de condomínios de casas fechadas (com até três pavimentos).

Deste modo, a escolha das orlas de Vila Velha e Anchieta são propositais. Todo o contexto mostrado até aqui nesta introdução, de certo modo, pode ser visualizado nas duas áreas litorâneas. Assim, os dois locais, como muitos outros espalhados pelo Espírito Santo e pelo Brasil, são exemplos recorrentes das formas de uso e ocupação da Zona Costeira. Exemplos que pelo cenário de atualidade e pela rapidez com que se transformam, necessitam ser pesquisados e discutidos pela academia.

Sendo assim, o objetivo geral deste estudo é entender a construção do interesse da sociedade pelos espaços praiais (orla marítima) e, a partir daí, discutir as formas de ocupação destes territórios, buscando elementos que propiciem uma compreensão sobre o processo de valorização cultural atribuído às praias e o contexto de seu aparecimento, para posteriormente, discutirmos as formas de produção dos espaços praiais nos municípios definidos.

Neste contexto, estudos de algumas questões obrigatoriamente necessitaram ser aprofundados e, com isso, foi necessária a leitura de alguns autores para embasar teoricamente a pesquisa. A seguir mostramos uma síntese de cada questão tratada na pesquisa e os respectivos autores utilizados para construção do quadro referencial teórico.

A primeira questão refere-se à origem do interesse social pelos espaços praiais, sendo necessária a leitura da obra *O território do Vazio* de Alain Corbin, 1989. A obra do referido autor centra-se na história da constituição do imaginário social das praias e, para isso, o autor retrata todas as mutações do interesse social por estes espaços ao longo do século. Corbin pesquisa sobre a relação entre a sociedade e as praias na Europa e nos Estados

Unidos da América a partir dos textos bíblicos, chegando até as relações estabelecidas no século XIX. Quanto ao Brasil, utilizamos o estudo de Claudia Braga Gaspar, na obra *Orla Carioca, 2004*, que parte do século XVI, até chegar aos atuais modos de fruição das praias e, para isso, trabalha com uma perspectiva semelhante a de Corbin.

Na segunda questão trazemos a tona, em dois capítulos, uma análise das formas como os atores hegemônicos do capital atuam na produção dos espaços na contemporaneidade. Neste sentido, no primeiro capítulo, autores como Henri Lefebvre, David Harvey, Neil Smith e Milton Santos, entre outros, foram indispensáveis para constituição de nosso arcabouço teórico central. Em todo estudo, durante as fases de pesquisa de campo, na tabulação dos dados e durante a escrita da dissertação, o entendimento das teorias dos autores acima mencionados e, mais especificamente, o conceito de produção do espaço norteou nossa percepção dos processos de produção do espaço, mais detidamente dos espaços praias. No quinto capítulo abordamos as formas de uso e ocupação dos espaços praias de Anchieta e Vila Velha, amparados no quadro conceitual construído.

Na terceira questão abordamos a possível existência de um estado de reificação em relação à ocupação e fruição destes espaços. Neste capítulo, nos servimos das idéias de Félix Guattari, Guy Debord, Milton Esteves Junior, entre outros autores, para mostrar a maneira como o capital transforma os espaços litorâneos em mercadorias e, desta forma, induzem e controlam os processos de consumo destes espaços.

Na quarta e última questão fazemos uma abordagem analítica dos instrumentos de gestão pública da zona costeira. Neste momento da pesquisa a leitura de autores como Antonio Carlos Robert de Moraes foi estratégica pela abordagem do autor em relação aos órgãos responsáveis pela gestão da Zona Costeira, seus planos, programas e projetos. Entre eles estão: Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, Projeto Orla e demais documentos técnicos.

No decorrer desta pesquisa, fizemos uso de fontes de conhecimento distintas, a saber: revisão bibliográfica de cunho teórico, para construção de nosso cabedal conceitual, e pesquisas em fontes diversas, como jornais, revistas e propagandas, para uma aproximação do tema escolhido. A partir da construção dos dispositivos teóricos partimos para

aproximação empírica dos territórios escolhidos, e neste momento ocorre a fusão dos mapas cognitivos construídos em temporalidades distintas, logo com durações igualmente distintas. Por nossa vivência como cidadão, transeunte e usuário assíduo dos fragmentos territoriais escolhidos nesta pesquisa (espaços praias), contémamos necessariamente mapas cognitivos vivenciais que nos muniam de informações, sentidos e sentimentos acerca do ambiente a ser pesquisado, o que também nos permitia inferir, com alguma propriedade, sobre as questões que se impunham no transcorrer do processo construtivo. No entanto, o mapa cognitivo vivencial que nos possibilitava condições propícias para argüir, era o mesmo que em algum grau e medida embaçava nossa visão sobre pontos de inflexão que logo no início mostraram-se complexos, demandando em caráter de obrigatoriedade, a construção de um novo mapa cognitivo, porém com um objetivo, ou melhor objetivado. Este mapa só foi possível de ser construído por meio do esforço em estabelecer diálogos entre teorias e conceitos, com o foco definido de criarmos um conjunto de dispositivos metodológicos de leitura e compreensão das dinâmicas de produção do espaço.

Deste modo, a sobreposição dos mapas cognitivos mostrou-se salutar, uma vez que onde a vivência pecava pelo cotidiano automatizante, o olhar objetivado nos municiava na análise dos dados não captados pela rotina. Do mesmo modo, apenas o olhar objetivado, quase estrangeiro, por si só, não seria capaz de estabelecer as relações e coerências entre atores e agentes que ignoram o tempo restrito de produção da pesquisa, e portanto não são possíveis de captar por meio do olhar somente, mas ao contrário, era necessário o entendimento do acontecer diário, não à distância, mas sim estando no cerne do território, sendo parte dele, para então compreendermos minimamente a produção dos espaços praias.

A explicação sobre a sobreposição dos mapas cognitivos (vivencial e objetivado) operados no presente trabalho, nos possibilita adentrar em uma característica marcante do texto que segue esta introdução e que convém chamar de “tom de denúncia”. A dosagem de nosso caráter, digamos ácido, nas denúncias e principalmente nas constatações, são frutos de nossa proximidade com o objeto de estudo e, conseqüentemente, de nossa orientação teórica, fato que em alguns momentos ficam mais fortes, e em outros mais brandos, mas que de imediato assumimos logo nesta introdução tal postura.

Sintetizando, partimos da construção de uma base teórica mais geral e assim estabelecemos um arcabouço conceitual, para então tomarmos conhecimento dos estudos específicos já produzidos sobre o tema e nos situarmos sobre a discussão do assunto. Caso necessária a pesquisa de campo, esta será feita, seus motivos apresentados e os resultados discutidos.

2. A INVENÇÃO DA PRAIA

2.1 AS REPRESENTAÇÕES DO MAR

A história nos fornece meios para entendermos o processo através do qual as sociedades tratam determinados aspectos de suas vidas e de suas relações com o meio. Nada parece ser constante e imutável o bastante para que, no transcorrer do tempo, não possa ganhar novas características ou sofrer alterações. Esta premissa vale principalmente no que se refere aos padrões sociais, sempre sujeitos a bruscas alterações de sentido e de valor. O caso da sociedade e sua relação com a praia, ou melhor, a forma como a sociedade imaginou e imagina este espaço, é exemplo destes tipos de mudança.

Alain Corbin, historiador francês, em sua obra *Território do Vazio*, partiu de uma análise dos séculos XVIII e XIX para propor a teoria de que a vilegiatura marítima ou, em outras palavras, a fruição das praias, nasce entre estes dois séculos, mais detidamente na metade do século XVIII. O fato estava atrelado a diversos fatores fundamentados no contexto de sua época. O autor recorre a poesias, romances, pinturas, diários, relatos de viagens, tratados de medicina e obras religiosas para pensar sua teoria sobre a invenção da praia no ocidente.

A menção à praia mais remota evidenciada é referente ao cristianismo e ao caráter diluviano que o mar remetia. Ao referir-se aos livros dos salmos de Jó e do Gênesis, diz:

Não existe mar no jardim do Éden. O horizonte líquido sobre cuja superfície o olhar se perde não pode integrar-se à imagem fechada de paraíso. Querer penetrar os mistérios do oceano é resvalar no sacrilégio, assim como querer abarcar a insondável natureza divina; Santo Agostinho, Santo Ambrósio e São Basílio compraziam-se em repeli-lo (CORBIN, 12, p. 1989).

Diversos mitos envolvem o mar. Em discursos pré-diluvianos o mar era mantido com dificuldades em seus limites. A era clássica parece ter se interessado pouco pelo mar. A criação operada em função do homem, e este sendo imagem e semelhança do criador, não poderia estabelecer como morada outro local que não fosse o jardim ou a cidade. Os textos

bíblicos destacam as criaturas dos ares e dos campos, mas as criaturas marinhas submersas no então abismo, escapam à compreensão do homem, são estranhas a este.

Ainda sobre a influência religiosa na formação do imaginário das sociedades pré-ocidentais e ocidentais, a passagem do dilúvio tem importância na constituição de um temor pelo mar:

Mais decisivo ainda, o relato do dilúvio. O oceano surge então, segundo os autores, como instrumento da punição e, na sua configuração atual como lembrança da catástrofe. De acordo com a cosmologia bíblica existem, com efeito, duas grandes extensões de água: a que ocupa a bacia dos mares, e a que prende a abobada celeste. O criador ao separá-las, desenhou uma dupla linha divisória: o litoral, que define os domínios respectivos do mar e da terra, e a linha das nuvens, limite movente entre a água do céu e a atmosfera que o homem respira; ora, as opiniões se dividem quando se trata de determinar em qual desses dois abismos submergiu a terra antediluviana (CORBIN, 1989, p. 12).

Sobre a passagem acima, ao referir-se sobre a criação das terras antediluvianas, e a dúvida sobre a origem destas, o autor está apoiando seu texto em dois autores, e suas respectivas obras: Thomas Burnet em *The Theory of the Earth*, 1684, e Wilian Whiston em *A New Teory of the Earth*, 1708, ambos ingleses que escreveram sobre o tema entre o final do século XVII e início do século XVIII.

Cabe destacar que durante muitos séculos o dilúvio foi tido como corte histórico, que possibilitou o entendimento da história da Terra e possibilita aos homens a proposição de teorias sobre ela. Tais teorias, carregadas de tons míticos, religiosos ou científicos, são para Corbin um importante elo na compreensão do despertar da sociedade para o mar, já como fonte de inspiração e contemplação.

Convém deter-se um pouco mais nessas cosmogonias, analisadas, na maioria das vezes, na perspectiva estrita de uma história das ciências; elas permitem captar com força o vínculo que se tece entre a evocação culta da grande catástrofe passada e a apreciação da paisagem. A esse respeito, a Teoria da Terra, de Thomas Burnet, reveste-se de uma importância particular. O livro referência constante ao longo de todo século XVIII, revela-se ao mesmo tempo, passadista e premonitório. É contemporâneo do surgimento da teologia natural, que, em breve, irá modificar as imagens do mar e de suas praias; além disso, anuncia a mutação na ordem da estética, que conduzirá à apreciação das horríveis belezas (CORBIN, 1989, p. 13).

Para o teórico britânico, a Terra antes do dilúvio era um paraíso sem mar nem montanhas. A evocação culta das origens da terra era repleta de menções ao paraíso e a fúria do dilúvio, catástrofe que define as feições da terra pós-diluviana.

A face da Terra antes do dilúvio era doce, regular e uniforme, sem montanhas e sem mar... tinha a beleza da Juventude e da Natureza em flor, fresca e fecunda, e nenhuma ruga, cicatriz ou fissura sobre todo corpo; nem rochedos, nem montanhas, nem orifícios cavernosos nem escarpas medonhas... O ar era calmo e sereno (BURNET apud CORBIN, 1989, p. 13).

O testemunho do dilúvio é algo assustador, tamanho o impressionismo do espetáculo que grande parte dos escritores e suas cosmogonias retratavam. As bordas, divisão entre terra e mar, com suas deformidades, também serviam de justificativas para corroborar com a tese de que eram frutos da ação diluviana, tamanha sua irregularidade e disposição incompreensível. Tal desordem não pode ser fruto da criação divina, “radicalmente inestéticos, o mar e suas bordas não podem, em boa teologia datar da criação” (CORBIN, 1989, p. 14).

Na teoria sobre a formação da Terra de Whiston, guardadas as semelhanças com a de Burnet, embora o oceano, tal como hoje conhecemos, permanecesse como resultado do dilúvio, a catástrofe por ele causada foi menor. Para Whiston, a Terra pré-diluviana já conhecia um mar, que circundava uma só porção de terra, e que desconhecia tempestades. Somente no século VI ou VII da criação, as fontes se abrem provocando um grande dilúvio universal. Só ao passar dos quarenta dias ele terminou, tempo este reservado para a segurança da arca de Noé, para que as águas que submergiam a terra não a fizessem naufragar.

Por muito tempo (séculos XVII e XVIII), as cosmogonias serão aceitas, os textos bíblicos vão ganhando força, até os novos cientistas corroboram sua veracidade em seus escritos e, não só o mar, como também a montanha é resultado do dilúvio. “Desagradável e agressiva verruga brotando a superfície dos novos continentes” (CORBIN, 1989, p. 16). Não só o mar e a montanha são fontes de forte simbolismo, as criaturas que habitam o profundo abismo marinho são enunciadas como gigantescos monstros colossais, durante os séculos XVI e XVII. Só para citar alguns: serpentes marinhas, o leviatã, o monstro que habita o

mar. Religiosos, historiadores e até poetas dão conta de terríveis monstros que habitam o mar.

Em meio aos significados religiosos que conferem ao mar um misto de sentimentos que vão do medo ao respeito, estão também os discursos poéticos que relacionam o mar e seus elementos à vida humana.

Ocorre também de interpretar-se o mar como um símbolo do purgatório. A imagem de uma travessia que pode ser, para o pecador surpreendido pela tempestade punitiva a ocasião do arrependimento e do retorno ao caminho correto (CORBIN, 1989, p. 19).

Além das influências da religião e, a partir das manifestações históricas, poéticas da arte e das ciências, o imaginário passa a ser pautado e reforçado pela idéia do mar e das praias como sinais claros do dilúvio bíblico. Os temores da desobediência à doutrina cristã podem também ser demonstrados através do mar e de suas criaturas além das tempestades monstruosas.

Na Grécia antiga, vários foram os que se incumbiram do mar para descrever monstros e deuses mitológicos para desenvolver uma oceanografia, uma geografia orientada à navegação, entre outras formas de tratar o mar, o litoral e as praias. Referente às praias, Sêneca escreveu:

O litoral antigo é também o receptáculo dos excrementos do mar; é ao longo da praia, que este se purga e expele seus monstros... Faz parte da natureza do mar, rejeitar sobre as praias toda secreção e toda impureza e tais purgações ocorrem não apenas quando a tempestade agita as ondas, mas quando reina a calma mais profunda (SÊNeca apud CORBIN, 1989, p. 23).

A impureza das praias e o fétido cheiro emanado pelo mar vão fazer surgir relatos sobre as insalubridades destes espaços. As navegações trazem relatos cheios de temor e ânsias decorrentes de uma viagem pelo mar. Aliás, as viagens que começam a se iniciar por motivos de puro diletantismo, vão fazer dos novos viajantes tripulantes temporários de naus. Assim, os viajantes passam a experimentar problemas que só viviam até então capitães e marinheiros.

O espantoso destino dos navegadores dos tempos modernos suscita uma abundante literatura científica e médica, que reforça as imagens negativas do oceano. Sobre os barcos no qual navegam inclusive turistas, continua Corbin (1989, p. 26):

Entre seus flancos de madeira úmida acumulam-se os germes da fermentação e da putrefação; no fundo do abismo negro e fétido do porão, a latrina concentra todos os miasmas. Dos navios, afirma-se, surge freqüentemente a infecção, emerge a epidemia. A nave no porto ameaça a saúde da cidade.

Mesmo sabendo dos males que o mar e seu meio de transporte inerente causam naquele que viaja, continuam a crescer naus e indivíduos dispostos a embarcar por motivos diversos, mesmo que açoitados por males também diversos.

Porém, atentemos para um movimento ainda singelo de três fenômenos que, após a efêmera atenção dada às maravilhas marinhas por um grupo de poetas barrocos, vai engendrar a mudança no sistema de apreciação do mar. São eles: os cantos idílicos dos profetas da teologia natural, a exaltação das praias fecundas da Holanda e abençoadas por Deus, e a moda da viagem clássica às margens luminosas da baía de Nápoles.

2.2 GENEALOGIA DA ADMIRAÇÃO

O primeiro destes três fenômenos diz respeito aos poetas do século XVII e às associações suscitadas entre a vida humana e as praias, mais precisamente as paisagens que o conjunto terra e mar forneciam aos poetas. O brilho lançado no mar vindo do nascer do sol, as tempestades marinhas, o movimento das marés, o canto dos pássaros, o recorte da costa, com suas falésias, as largas faixas de areia, as pedras, as reentrâncias e as enseadas suscitaram a possibilidade de associar a vida humana, de alguma forma, às paisagens à beira-mar.

Mais do que despertar o imaginário dos poetas, o novo prazer tem outra importância na criação social da admiração pela praia.

Este não fornece apenas a tais poetas a ocasião de evocar, por metáforas, o destino do homem confrontado às forças obscuras que o desafiam ou a provas iniciáticas que devam atravessar os amantes. [...] surgem modalidades específicas de desfrutar a paisagem (CORBIN, 1989, p.30).

Esta curta passagem sobre o interesse de um grupo de poetas pelo conjunto cênico da costa designa a existência de um movimento que antes do aval da igreja, ou seja, antes do nascimento de uma dimensão físico-teológica que exaltasse as belezas das praias e dos mares, rompe as barreiras diluvianas e apresenta uma nova maneira de contemplar o mesmo espaço.

2.2.1 A físico-tologia ou teologia natural

Por volta do ano 1628 vai aparecer um grupo de “transgressores” das formas de se pensar a praia. No século seguinte, com o aval da igreja católica, a cena começa a se modificar na França, com a teologia natural, e na Inglaterra, com a físico-teologia.

A teologia natural vai fundamentar-se na edificação do mundo. Após o dilúvio a Terra vive em perfeita harmonia. Todos os seres estão em seus postos e neles vivem em sintonia com o meio. Os cinco sentidos dados ao homem devem servir para captar a beleza da criação divina, e as praias e o mar não ficam de fora da admiração dos fiéis.

A nova postura eclesiástica pode, inclusive, ter influenciado profundamente os motivos das viagens turísticas, ainda que nesse momento ligadas mais ao campo do que ao próprio mar. O fato é que as elites passaram, de alguma forma, a buscar esse novo modo de olhar a natureza e no retiro no campo tinham o local para o novo exercício. O que importa aqui avaliar é a alteração, a mudança de foco que se observou na época. Mas, afinal, no que efetivamente implica a teologia natural francesa?

A teologia natural, com efeito, implica uma educação do olhar. Também pretende fazer da observação do mundo natural um hino à grandeza e a bondade divina. Não há nenhuma criatura de Deus que, à sua maneira, não manifeste sua glória; cabe ao homem recolher esse feixe de louvores e levá-lo aos pés do Criador (CORBIN, 1989, p. 37).

Do outro lado do Canal da Mancha, na Inglaterra, nasce a físico-teologia. Ela vai propor um sentido ao espetáculo da natureza, ao passo que também vai censurar a indiferença diante dele. A exaltação da obra divina pela sua criatura mais perfeita, o homem, deve servir para atestar o poder e a bondade de Deus. Assim como a teologia natural, essa corrente vai igualmente exaltar as belezas da Terra. Em seu bojo carrega, também, a alteração da visão de mundo na sociedade de uma maneira geral.

Os físico-teólogos enaltecem a observação empírica; a própria existência de Deus, garante, com efeito, a inteligibilidade de sua obra. O criador aprecia o sábio empenhado em discernir a significação religiosa da economia da natureza (CORBIN, 1989, p. 35).

Embora com nomes diferentes, tanto a teologia natural quanto a físico-teologia, em síntese, têm o mesmo propósito: instaurar uma exaltação coletiva das maravilhas da criação de Deus.

Essas duas correntes de pensamento da igreja visavam uma nova forma de olhar e exaltar a criação divina, e a faziam por meio de autores que escreveram naquele período, influenciados tanto pela teologia natural como pela físico-teologia. Entre tais autores podemos citar: *Nieuwentijdt*, na Inglaterra em 1715, *Brockes*, na Alemanha do norte em 1720 e *Henri Brémond* e *Jean-Albert Fabricius*, na França em 1650 e 1734 respectivamente, *Antonie Pluché* e *Richard Blackmore*, novamente na Inglaterra em 1750.

Cabe dizer que a exaltação das águas do mar e de suas praias não recebe a mesma atenção do que a beleza dos vales e a importância das colheitas, mas não houve uma total cegueira aos primeiros.

2.2.2 A exaltação das praias fecundas da Holanda

A influência dos novos movimentos nos sistemas de apreciação provoca também alterações na forma da sociedade observar o mar, as praias e todo litoral. Agora, os turistas viajam acompanhados de seus relatos clássicos de viagem e escrevem os seus próprios. Os relatos vão servir como guias, todas paradas de observação anotadas pelos autores tornam-se ponto

de visitação obrigatório daquele que viaja com o relato de viagem em mãos. Assim, se o autor relata a beleza, a característica da paisagem e as apreende em seu texto, transforma-a em local onde o novo viajante vai parar e, ali, tentar absorver a mesma experiência de que fala seu autor.

Neste contexto, em meados do século XVIII, a Holanda se torna referência através do Grand Tour, *hot spot*, para ingleses, franceses e toda gama de viajantes oriundos da nobreza. Contempla-se a brava saga dos holandeses em sua luta contra as forças naturais.

Scheveningen, vila de pescadores dotada de uma estrutura que a torna agradável com sua alameda para veículos e seus dois largos passeios para pedestres que terminam na praia, representa e alimenta o novo imaginário de contempla o que vai se delineando. Nesta praia holandesa, Corbin (1989) faz a importante observa o, baseado num relato de viagem, que já em 1768 se observara a cultura do banho de mar.



Figura 7 – Praia de Scheveningen, Holanda, gravura de Pieter Bruegel.
Fonte: we-english.co.uk (2009).

Quanto ao delinear de um novo modo de aprecia o, “o turista do século XVIII, em troca, vem antes de tudo para mergulhar numa dessas cenas de praia, imagem que a visita aos museus e a gravura imprimiram em seu espírito” (CORBIN, 1989, p.49).

Assim, os relatos de viagens e as pinturas da praia de Scheveningen, sob vários ângulos e com vários temas, tornam-se importantes instrumentos de apreensão do tempo e do espaço. E, a partir de agora, vão se difundir pela Europa e possibilitar a difusão das novas práticas à beira-mar.

O viajante que viu as telas pintadas por artistas que misturavam-se aos aldeãos, pescadores locais, ou que antecedem suas viagens, com a leitura dos relatos feitos por viajantes celebres como *Diderot* e *David Hume*, deseja estar onde os referenciais viajantes estavam, e ainda fazer parte daquela tela apreciada antes da viagem que a motivou.

2.2.3 A moda da viagem clássica às margens luminosas da Baía de Nápoles

As praias da Campânia, Baía de Nápoles já entre 1690 e 1760, simbolizam o que há de melhor em termos de beleza cênica à beira-mar. Ali naquele admirável recorte geográfico da costa italiana, encontra-se não somente um trecho, mas para muitos autores de relatos de viagens, artistas e viajantes, o mais belo trecho de litoral de toda Europa.

A educação transporta os novos meios de apreciação das paisagens, e assim campo e mar tomam novas perspectivas e alternam-se no posto de mais bela paisagem. Corbin (1989, p. 52) destaca a importância da disseminação dos gostos e práticas esperadas pelos viajantes.

A leitura dos autores antigos constitui na Inglaterra a base do sistema educativo. A imitação dos gregos, e sobretudo, dos latinos, inspira os programas de ensino. O conhecimento das línguas antigas parece indispensável para a formação do gosto; só ele permite imiscuir-se nas questões estéticas debatidas pela crítica literária da época. A leitura de Horácio e Virgílio entra no rol dos prazeres do adulto; os antigos fazem parte da cultura das classes dominantes; propõem modelos de conduta; em último caso, ajudam a alcançar uma bela morte.

Entre organizações de diletantes e academias de estudiosos de retratos das paisagens, a sociedade que pleiteie ser culta deve ater-se à boa educação, ao conhecimento atual e de bom gosto das viagens e de todo preparativo educacional que elas exigem. O viajante observa a natureza, mas segundo um código elaborado particularmente de acordo com o modelo clássico de apreciação de uma praia. Eis então o que pode ser entendido como o início da vilegiatura marítima.

2.2.4 O discurso médico sobre as propriedades do mar

A melancolia⁴, resultante do ritmo de vida, vai se consolidando e se alterando desde o século XVI e, entre outros males, vai demandando soluções médicas. Alguns autores da medicina vão sugerir e ilustrar o mar como solução para algumas doenças. Importante expor a relação entre a melancolia e a prática dos banhos, sejam de rio ou de mar.

Cabe dizer, para o tema que nos concerne, que o banho de mar ou de rio até então era considerado uma distração imoral, própria do povo sem educação; na época de Burton, torna-se uma prática autorizada. Em 1622 Henri Peachman considera inclusive que o verdadeiro gentleman deve saber nadar (CORBIN, 1989, p.71).

Se a ligação da cultura de praia ocidental estiver mesmo relacionada à medicina e a prescrição médica dos banhos de rio e de mar, autores como *Burton* em 1621 e *Peachman* em 1622, podem ser considerados de grande importância, ao menos, na origem e na constituição do que hoje conhecemos como banho de mar.

Corbin, ao citar Burton, diz que este considera o litoral um local salutar, muito embora suas recomendações de vilegiatura sejam referentes aos campos, bosques e às montanhas.

No século XVIII, os banhos de mar e os balneários ingleses à beira-mar (precursores desta forma de terapia) ainda não haviam se consolidado socialmente, mas sua relação de existência ou, em outras palavras, sua validade social estava relacionada à cura de diversos males, entre eles o *spleen*⁵.

A relação destas doenças, a diatribe⁶ no discurso de alguns escritores em relação ao mau ar, a poeira incessante e a insalubre água da urbe incitam os estudiosos do *spleen*. Não nos referimos somente aos estudiosos da medicina, mas a aristocracia inglesa que faz da doença moda entre seus pares e a toma como motivo para a continuação do Grand Tour⁷.

⁴ Definida nos séculos XVI e XVII como doença que causa desarmonia da alma e do corpo (CORBIN, 1989).

⁵ O mesmo que melancolia.

⁶ Na Grécia antiga, dissertação crítica que os filósofos faziam acerca de alguma obra. Crítica severa e mordaz. Discurso escrito ou oral, em tom violento em geral afrontoso, em que se ataca alguém ou alguma coisa (HOAUISS, 2001).

⁷ Modelo de viagem praticada pela aristocracia, principalmente a romana, com intuito de obter conhecimento sobre e descanso.

As angústias da classe dominante do século XVIII são estabelecidas quando a condição de abdicarem do trabalho a faz perceber que ela, classe dominante, não mantém e não acompanha o ritmo da natureza como os trabalhadores do campo ou os trabalhadores do mar. Se a elite gozava do direito de não exercer trabalhos que julgava ser do povo, parece também ter acabado por descobrir que sua palidez e delicadeza excessiva constituíam-se em desvantagens e não em aparente privilégio. Constantemente autores mostravam o vigor, a longevidade e outros atributos dos pescadores, por exemplo, que eram fruto de seus modos de vida rudimentares, porém saudáveis. Diversas frases transmitem bem essa relação e esse desejo das elites em também possuir o vigor de alguns povos.

As classes dominantes que julgam-se não beneficiadas pelo vigor que o trabalho proporciona às classes trabalhadoras, sentem-se minadas por dentro. A elite da sociedade teme seus desejos artificiais, seus langores, suas neuroses. As paixões e excitações que lhe são próprias ameaçam-na de morte social, por não saber participar dos ritmos da natureza (CORBIN, 1989, p.73).

O desejo do vigor tem nas praias e nos banhos de mar o agora almejado contato com os povos, cujo vigor a elite inveja. E também o contato com a natureza que ele propicia. Continua o autor:

É nessa perspectiva que se inscreve a emergência do desejo das praias de mar a partir do século XVIII. Mais ainda que o campo, repetimos, o oceano representa a natureza irrefutável (CORBIN, 1989, p. 74).

O curista⁸ vai à praia para tratar-se com os ingredientes certos e para resolver os males da urbe. Mas, ressaltamos, não se tratava de uma total imersão da elite nos fazeres dos povos do litoral, e sim da utilização de algumas práticas destes povos, porém adaptadas ao conforto e privacidade que são característicos das elites. Nos próximos séculos haverá balneários da moda, onde curistas e turistas entremeam-se numa badalada e elegante vida social.

Se no século XVIII o banho de mar era prescrito para cura da melancolia, já no século XIX suas propriedades terapêuticas eram destinadas à cura de inúmeros males:

⁸ Aquele que hospeda-se em estação de águas para tratar-se de algumas doenças (HOUAISS, 2001).

Constata-se mais do que no período precedente, com o mar para endireitar e revigorar as crianças raquíticas, para devolver a cor às jovens cloróticas, para dar esperança às mulheres estéreis. O banho nas ondas, que cura as “flores brancas” leucorréia, regulariza, acredita-se, o ciclo menstrual. E, acima de tudo, afigura-se como uma das únicas medicações eficazes no caso de neuroses (CORBIN, 1989, p.82).

Interessante mencionar que os distintos balneários foram também criando seus distintos códigos de fruição das águas do mar. Do mesmo modo, médicos prescreviam e escreviam sobre as benesses dos banhos de mar e o enfrentamento das ondas, nas partes do corpo que o médico julgava ser responsável pela enfermidade. Em alguns balneários aparece a figura do banhista, um auxiliar dos curistas que vinham com suas prescrições, e eram imersos ou suspensos para que a onda atingisse a parte do corpo prescrita pelo médico.

Nos banhos femininos e das crianças, a presença do banhista era quase indispensável, porém nos dos homens, os mais corajosos, sem medo algum do mar, o utilizavam somente para não parecerem esnobes. Com as mocinhas, o banho de mar tornou-se motivo para diversas interpretações inclusive na literatura. Os banhos iniciais das jovens acompanhadas por vigorosos banhistas nas águas gélidas prescritas, causavam involuntários pequenos gritos que eram imediatamente ligados ao coito, o que suscitava a imaginação de muitos rapazes e homens.

A praia e os banhos de mar possibilitam um novo universo. As moças com seus tornozelos descobertos e cabelos soltos, com os quadris desenhados pelas vestes fazem surgir um dos principais prazeres dos homens nas praias. Era natural a observação das moças em seus momentos nas praias. Já os homens viris, nadadores que enfrentavam o mar, as ondas e a baixa temperatura e saíam vitoriosos, também eram vigiados por olhares femininos.

A prática do que se convencionou chamar de natação, ou seja, o duelo do homem com o elemento líquido, era atividade para corajosos. Nela, os homens com movimentos impediam a natural imersão de suas vias respiratórias e assim, também possibilitava sua locomoção dentro do mar. Esta atividade acontecia independente da prescrição médica, era feita por vontade de alguns jovens homens.

Com relação ao fato de alguns homens irem se exercitar no mar sem prescrição médica, Corbin (1989, p. 90) levanta a dúvida de se realmente a invenção do mar estaria relacionada a fins terapêuticos:

O fato de alguns banhistas viris se emanciparem, parcialmente do código terapêutico nos leva a perguntar: uma prática autônoma do banho de onda, suscitada pela busca do prazer, não teria precedido, no meio das classes dominantes, a moda nascida da prescrição médica? O historiador não estaria sendo vítima de suas fontes ao decretar, a partir de Michelet, que o nascimento do mar data de 1750?

Vemos nesta passagem um cuidado do próprio autor ao mencionar a dificuldade em confiar nas fontes bibliográficas para dar conta da história. Isso interfere na possibilidade de inferir proposições sobre determinado assunto, neste caso, sobre determinadas práticas sociais.



Figura 8 – Praia de Dieppe, França, gravura de Louis Garneray.
Fonte: dieppe-rental.uk (2009).

Mesmo com essas indagações, o autor acaba por concluir que, ainda que tenha havido adeptos precoces da físico-teologia que antes de 1750 já se compraziam com a vilegiatura marítima, estes foram englobados, para não dizer engolidos, pelos códigos dos banhos terapêuticos que, por sua vez, ditaram os ritmos da vida social, das elites, nas praias.

As praias ideais para curistas e turistas são as que possuem areias duras de modo que não tornem o caminhar cansativo. Não se fica nas praias ao sabor do sol, este no século XVIII é

ainda visto como fator indesejável, pois queima a resseca a pele. Nas praias caminha-se e conversa-se muito, estas são as principais atividades das temporadas. O curista em uma praia ainda não consolidada pela moda da fruição do mar, e que por consequência ainda não possui seus códigos de banho, procura seu espaço individual para então começar seu ritual, já não tão definido como terapêutico ou de lazer.

Para conhecer melhor o local onde ele vai mergulhar, deve visitar o local escolhido para o banho na maré baixa para identificar bem o local na maré alta.

Corbin, no decorrer da obra menciona, apoiado em relatos de viagens, que mesmo antes de 1750 – suposta data da invenção da praia – populações que residem no litoral já desfrutam dos banhos de mar.

O doutor Lê François afirma, em 1812, que as crianças do povo do litoral adquirem o hábito de nadar os portos da Mancha desde os seis ou sete anos. [...] Pierre de Lancre descreve no início do século XVII a surpresa experimentada pelo viajante ao ver moças e jovens pescadores que misturam-se nas ondas[...] (CORBIN, 1989, p.95).

Estes banhos nada têm a ver com o modelo britânico. Toma muito mais um contorno lúdico, hedonista, em oposição ao formato britânico rígido e metódico, para que seja cumprida a prescrição médica.

Contudo, mesmo que tenham havido hábitos em sociedades de pescadores ou em povos insulares, como nos mostra a antropologia marítima de Diegues (1998), o fato é que estes hábitos prévios à moda dos banhos de mar, foram cooptados pelo modelo franco-britânico.

Isso significa reconhecer, que o modelo aristocrata originário da Inglaterra e da França dos séculos XVII e XVIII acabou por determinar, em todo continente europeu, os códigos de conduta e apreciação das praias.

As vestes para os banhos de mar são exemplos das alterações que os códigos da vilegiatura foram sofrendo ao longo do tempo. As roupas de banho deveriam sustentar a moral e os bons costumes da época e, para isso, as vestes que deixassem visíveis as formas femininas e masculinas eram desencorajadas.

O pudor e o medo da violação ocular determinam os trajes de banho. [...] no início dos anos de 1820, homens e mulheres vestem um longo traje de burel⁹ marrom sobre uma calça comprida. Por muito tempo proliferam ridículas vestimentas individuais; depois o traje de banho se normaliza, uniformizando-se em função de três imperativos: moral, terapêutico e relativo à ginástica (CORBIN, 1989, p.93).

Ocorre que a maioria das mulheres do povo europeu desconhece a extensa e prolixa literatura sobre os banhos de mar, o próprio hábito de banhar-se no mar, como antes mencionado, já era praticado em algumas sociedades. Banhos nus eram comuns entre jovens rapazes habitantes do mediterrâneo, porém as praias do mediterrâneo pelo insalubre calor que a caracteriza ainda não era densamente ocupada para os fins terapêuticos e modistas da elite européia.

Mas como os códigos não permanecem puramente fiéis aos discursos das benesses médicas e, sim, ganham novos elementos, o lazer e os esportes passam a fazer parte da apreciação das praias e dos banhos de mar. Contudo, novamente a medicina, o discurso médico, vai operar uma nova alteração na maneira de fruição das praias. O sol, até então maléfico e insalubre, ganha destaque no discurso terapêutico.

É então que o doutor Viel começa a entoar um hino aos efeitos benéficos da irradiação solar, que fortalece os órgãos e revigora o corpo inteiro. O surgimento da primeira grande estância balneária do Mediterrâneo francês acompanha a moda ascendente dos banhos mornos e quentes na literatura médica; ao mesmo tempo, ao longo das praias do setentrião, as qualidades do ar tendem a substituir, no espírito dos teóricos, os méritos da água fria (CORBIN, 1989, p. 99).

Novos códigos delineiam-se nas praias européias, mais detidamente na França e Inglaterra, o que não impede que com certa defasagem temporal tais hábitos influenciem a fruição das praias na Itália, Holanda e Bélgica.

No final do século XVIII e início do século XIX a arquitetura do mar aparece. Se antes da vilegiatura marítima era comum observar as residências e prédios públicos serem construídos de costas para o mar, com a consolidação das praias e o prazer que pressupõe sua contemplação bem como da vastidão do mar, institui-se uma série de construções que amparam esse propósito, e intervenções urbanas começam a ser observadas no litoral.

⁹ Tecido grosseiro de lã, geralmente de cor parda, marrom ou preta, usado na vestimenta de alguns religiosos (HOUAISS, 2001).

Com efeito, será preciso aguardar os anos 1820 para que se manifeste a arquitetura do mar. [...] Por muito tempo, nas estações balneares do litoral, o traçado dos passeios testemunhou uma paradoxal indiferença com o pitoresco marinho em Dieppe, a quase totalidade das casas alugadas pelos banhistas durante a Restauração, tem as costas voltadas para o mar (CORBIN, 1989 p.281).

A consolidação do imaginário social quanto ao pitoresco marinho até meados do século XIX é compartilhado apenas pela aristocracia européia. Se a aristocracia cria a fama de um balneário quando de sua visita, a mesma fama atrai a pequena burguesia e o povo de uma maneira geral. Não surgem balneários repudiados, ou melhor, balneários vão transformar-se em locais de repudia pela aristocracia industrial européia. A elite descobre, mas quando a população menos abastada apropria-se desta praia, a elite retira-se e elege para si um novo e selecionado estirâncio.

Em locais onde coexistem distintas classes sociais, ocorre uma clara divisão de localização das classes através da estrutura necessária para os banhos de mar. Se com a divisão dos sexos já ficava clara a separação, com a coexistência de classes algumas praias européias desenvolvem um complexo modo de segregar pessoas.

Recordemos que, em 1827, a estação de Swinemunde recebeu a visita de 1200 banhistas, aristocratas e grandes burgueses em sua maior parte: uma tal afluência impõe uma estrita partição. A praia, conforme descrição feita no ano seguinte, é dividida em cinco zonas. A do meio, com uma extensão de 500 passos, deve permanecer vazia; tem por finalidade separar os dois setores, um reservado aos homens e outro as mulheres. Desde os quatro anos, os garotos devem deixar de acompanhar suas mães, sendo confiados a um vigilante, na praia dos homens. Esta clássica distribuição segundo o sexo, praticada em Boulogne, em Granville, em Dieppe, vê-se acrescida de uma fronteira social. O setor reservado ao sexo masculino divide-se em duas zonas. Na primeira ficam os membros das classes inferiores, que não possuem cabines nem carros de banho. O segundo setor da praia destina-se aos ricos; estes dispõem de vinte ou trinta cabines de banho equipadas, de carros de banho e de um caminho de tábuas para evitar que seus delicados pés sofram eventuais cortes. A primeira das zonas reservadas às mulheres beneficia-se do mesmo tipo de equipamentos, do qual estão privadas as mulheres das classes inferiores, relegadas ao último setor (CORBIN 1988 p. 296).

Divididas em zonas ou não, as praias já estão muito mais ligadas ao prazer do que ao discurso médico. Aos poucos as propriedades terapêuticas são minimizadas pelo fim social das praias. Muito mais do que curar-se, a sociedade vai à praia para recrear-se. Bailes, cassinos, bibliotecas, banhos termais, hotéis, residências, clubes, atividades esportivas,

passeios, namoros, contemplação pura e simplesmente, são estruturas e atividades que os balneários europeus concentram em seu litoral.

Surge então a praia moderna, a mudança da água gelada para a água quente, o benefício dos raios solares, o convívio social e a arquitetura do mar vão possibilitar de vez a consolidação desses espaços de fruição. A moda da praia faz com que os códigos de conduta, primeiro instituídos pela prescrição médica, e depois re-elaborados pela aristocracia, sejam novamente revistos na sociedade que imita a elite européia e torna a ida à praia uma das prioridades dos breves períodos de ócio.

2.3 O IMAGINÁRIO BRASILEIRO DAS PRAIAS

Embora o modelo europeu de fruição da beira-mar tenha se tornado um código de conduta amplamente reproduzido, alguns povos, como os nativos brasileiros, eram portadores antes mesmo da chegada dos colonizadores, de maneiras próprias de relacionarem-se com as praias. A autora Claudia Braga Gaspar, em seu livro *Orla Carioca: História e Cultura* (2004), faz um resgate com base em documentos oficiais, cartas e outras fontes bibliográficas e iconográficas da relação entre homem e praia no Brasil. Em relação ao início do período colonial, ela nos fala da ligação dos nativos locais com as águas, notadamente as águas do mar:

No princípio, o Rio de Janeiro dos europeus ficava atrás da praia, porque só a terra lhes interessava. Vindos do mar para conquistá-la, os primeiros colonizadores deixavam as águas doces e salgadas do Novo Mundo entregues ao lazer de um povo brincalhão, que andava nu, e tinha os dias contados, mas vivia o presente como se fosse durar para sempre (GASPAR, 2004, p.31).

A orla no Brasil do século XVI se presta à navegação, descarregamento e carregamento de mercadorias, e no máximo à contemplação da exuberante natureza. Por fins amplamente conhecidos¹⁰ a leva de portugueses não reproduz o modelo, que ainda se inicia na Europa, de fruição das praias.

¹⁰ Considerando aqui, o Brasil como terra de exploração dos recursos, diferente das colônias de ocupação como os Estados Unidos da América.

Como tudo na colônia, os códigos de conduta à beira-mar também foram importados de “fora”, ligados ao discurso médico europeu discutido no capítulo anterior. Contudo, a importação do modelo europeu só remete à segunda metade do século XIX através de dois personagens. O primeiro deles, o príncipe regente Dom João que mesmo exilado na América colonial estava a par dos banhos terapêuticos, última moda na Europa. Para reproduzir a prática em território brasileiro, o príncipe adquire uma quinta no Rio de Janeiro, onde o mar era cristalino e as areias brancas.

O outro personagem importante no início dessa nova prática foi supostamente um inglês que, em 1830, no livro *O Rio de Janeiro de Antanho* de Afonso Escragnolle Taunay, deixa o seguinte relato: “Magníficos os banhos de mar em Botafogo! Onde as mais violentas ressacas não provocam ondas fortes, e onde a praia tinha o mais suave declive. Ótimo para as senhoras, sobretudo (TAUNAY *apud* GASPAR, 2004, p.32)”.

No entanto, somente no século XX os banhos de mar e a fruição das praias vão se consolidar no Brasil. Diversos aspectos sociais moldam-se para manter uma “ordem” nas praias, especificamente nas cariocas, onde a moda dos banhos de mar consolida-se primeiro. Como na Europa, os costumes e a moral impedem a indecência, ou melhor, tentam impedir uma possível indecência que ligue os banhos de mar à perversão social pública. Os trajes de banho são exemplos destes aspectos sociais regulados pelo Estado. Os trajes e condutas de banho eram:

Longos calções presos ao tornozelo e encimados por blusões do mesmo tecido, além das toucas de oleado franzido à Maria Antonieta, ou então vastíssimos chapelões de palha quase a encobrir o rosto. Nos pés, sapatos de lona e sola de corda, amarrados a romana. Por cima de tudo, amplos roupões. O tecido era sempre azul marinho, enfeitados com galões brancos, pala e gravata, a lembrarem os uniformes dos marujos. E completava o quadro a figura indispensável do banhista profissional, ou melhor, a equipe de musculosos portugueses, italianos e turcos, gente de confiança, a quem era dado, na maioria dos casos, o privilégio de levarem as sinhazinhas ao colo para entrarem na água, o que provocava natural inveja aos jacarés da praia (EDMUNDO *apud* GASPAR, 2004, p. 34).

Outro grande fator de consolidação dos banhos de mar no Brasil (e tomando sempre como exemplo a então capital Rio de Janeiro, primeira cidade a reproduzir a moda europeia e a polarizar tais modos para o restante do país) fora a implantação de uma malha férrea (bonde) que em seu traçado privilegiava aqueles que queriam deslocar-se em direção às praias. Tudo isso ocorrendo já em fins do século XIX, no ano de 1894.

Outro importante fato a ser descrito é a influência exercida pela consolidação do imaginário, no que podemos chamar de início da especulação imobiliária¹¹ da orla brasileira. Esta especulação tinha o objetivo de privilegiar ao consumidor/cidadão a chance de obter uma das melhores localizações para fruição da praia e do mar através da aquisição de imóveis situados na orla carioca.

O uso que o capital imobiliário vai, rapidamente, fazer em grande parte do litoral brasileiro, a partir do sucesso que fora o modelo de exploração da orla do Rio de Janeiro, é um dos motes para a leitura da orla enquanto porção bem definida do território, tanto em seus sistemas de objetos (cidade) quanto em seus sistemas de ações (urbano). Ou seja, admitimos que a porção do território que chamamos de orla, ou ainda espaço praiial, possui seus próprios elementos. Elementos esses de convívio social (normas e condutas específicas) e de infra-estrutura urbana (padrões arquitetônicos e urbanos).

Ainda numa perspectiva histórica do discurso médico, dos fins terapêuticos que os banhos de mar possibilitavam, da fruição da natureza em estado bruto, do lazer e da prática de esportes que as praias tornavam possíveis, os primeiros empresários rapidamente perceberam que era possível aliar o desejo da sociedade com a possibilidade de comercialização de terras para futuras edificações.

Gaspar (2004, p. 39) não tem como objetivo central de seu estudo analisar a forma com que o capital, particularmente o imobiliário¹², utiliza-se do imaginário social para obtenção de lucro, mas ao fazer menção em seu estudo sobre o início do bairro de Copacabana entre outros da orla carioca, torna possível entender melhor o início da especulação imobiliária da costa brasileira.

É um bairro a criar-se. Agora é que vão tendo começo as edificações, as melhores casas se levantam, depois de vendidos lotes de terrenos para esse fim. Já se acha organizada uma companhia, com capital suficiente, para edificar um clube de esporte e uma grande casa balneário, que, brevemente dará começo as obras. [...] não podemos duvidar da ação dos nossos bondes, que têm levado aos bairros afastados e desertos o gosto e o conforto na edificação de prédios, a vida e o progresso, dilatando assim o seu percurso, com aumento de renda.

Conjunto aos primeiros especuladores imobiliários, as empresas que administravam os bondes tinham interesse em aumentar o afluxo de pessoas à praia durante as estações mais amenas. Essa

¹¹ Como especulação imobiliária queremos nos referir neste estudo, ao conjunto de ações que os agentes do mercado de especulação, comercialização e construção imobiliária de lotes, ou edificações se utiliza para que a qualquer preço, sejam comercializados trechos ou espaços inteiros de terra.

¹² Como capital imobiliário denominamos aquelas empresas interessadas no ramo da especulação imobiliária e as ações inerentes a ela.

prática logrando êxito, obviamente resultava no aumento do lucro da empresa. Para tanto, as empresas criavam restaurantes balneários no final das linhas e, por meio de campanhas publicitárias, levavam o cidadão comum a conhecer as praias. Foi o que aconteceu no Leme, em 1905, com a construção do restaurante que mais tarde abrigaria a sede do Instituto Pestalozzi.

As estratégias deram certo. Tamanho foi o resultado das ações das empresas e agentes ligados ao capital especulativo imobiliário e das campanhas publicitárias das empresas de transportes públicos, que o Estado – mesmo sendo interessado nas ações destes dois segmentos empresariais privados –, vendo a consolidação em massa do modelo (já amplamente consolidado na Europa) de fruição das praias, vê a necessidade de criação de um cabedal jurídico para disciplinar a prática pública dos banhos de mar.

O Decreto nº 1.143 de março de 1917, de natureza municipal vem disciplinar a prática do banho de mar nas praias do Leme e de Copacabana. O Decreto vinha determinar os usos através dos seus artigos: no primeiro restringia o uso das praias para banho durante todo o ano e em qualquer horário. Para isso, determinava épocas e horários bem definidos: “01 de abril a 20 de novembro, das 06 às 18 horas; e de 01 de dezembro a 31 de março, das 05 às 08 horas e das 17 às 19 horas” (GASPAR, 2004, p. 43).

Com a Lei (DECRETO Nº 1.143 *apud* GASPAR, 2004, p. 43) o governo municipal tratava das regras de conduta nas praias:

Parágrafo único: será ampliado por mais uma hora, pela manhã, os banhos de mar nos domingos e feriados.

Artigo 2 – Os locais destinados ao banho serão assinalados por meios de mastros no perímetro determinado por duas balizas no sentido da praia para o mar, antes da arrebentação.

Artigo 3 – As pessoas que fizerem uso do banho de mar devem apresentar-se com vestuário apropriado, guardando a necessária decência e compostura de acordo com as exigências da autoridade respectiva.

Artigo 4 – As condições do tempo e o estado do mar serão indicados por sinais convencionais instalados nos mastros de que trata o artigo 2.

Parágrafo único: A cor branca facilitará o uso do banho e a vermelha indicará a sua proibição.

Artigo 5 – São expressamente proibidos quaisquer ruídos e vozerias na praia ou no mar durante todo o período do banho.

Artigo 6 – Será punido com multa todo aquele que infringir as disposições estabelecidas neste regulamento e, na falta do pagamento, com cinco dias de prisão.

Artigo 7 – Os detalhes de serviço, assim como avisos e demais providências complementares, serão afixados nos mastros, para conhecimento dos banhistas.

Artigo 8 – Fora dos locais indicados ou convenientemente assinalados, ficam em pleno vigor e serão rigorosamente observados as disposições do Artigo 3 e seus parágrafos do decreto ora regulamentado.

Além das restrições que na época acreditava-se que poderiam surtir efeitos de controle no novo hábito social, o governo, também tinha como intenção deixar mais às claras o que poderia e o que não poderia ser vestido nas praias. Várias foram às tentativas, mas, amparados pelos ícones das tendências do momento na Europa e EUA, que já exibiam modelos menos comportados de vestimentas femininas à beira-mar, a juventude carioca aderiu aos novos modelos de vestimentas na praia, e assim os trajes de banho diminuíram e diversificaram-se os modelos.

Não só os códigos de conduta e os biquínis que mudaram nas praias brasileiras durante o século XX. Os esportes de praia também foram criados e/ou exportados, dando origem à miscelânea de usos que podemos presenciar nas praias.

A cultura de praia e o começo da produção dos espaços praias no Brasil datam do século XIX e mais massivamente do século XX no Rio de Janeiro. O modelo se intensifica em grande parte da orla brasileira. A utilização ao longo do século XX vai aumentando. Todas as capitais dos estados litorâneos crescem abruptamente. As normas sociais de convívio à beira mar e os padrões construtivos repetem-se em larga escala. No ritmo observado, quase se homogeneíza o litoral brasileiro. Suas diferenças são marcadas menos pelo uso e ocupação, do que por suas feições naturais.

Três modelos vão repetir-se, quando não misturar-se, numa coexistência ao longo do litoral brasileiro, e são facilmente identificados: o modelo de ocupação residencial, o modelo de ocupação sazonal e o modelo de ocupação turística. Estas três recorrentes formas de ocupação e produção da orla só são intercaladas por diplomas legais que proíbem a

ocupação em razão da existência de uma unidade de conservação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação do Ministério do Meio Ambiente – SNUC/MMA.

Os três modelos citados podem ainda ser coibidos pela existência de comunidades tradicionais como pescadores (embora estes sofram pressão constante para venda de suas terras) ou pelo uso da orla por atividades agropecuárias, industriais e/ou portuárias.

O fato é que mesmo havendo outras formas de uso, ou não uso no caso de unidades de conservação, a praia e seu entorno, a orla, são em sua maioria produzidas dentro dos moldes de um destes três modelos citados. Nos capítulos seguintes, nos propomos a entender de que forma ocorre a produção dos espaços. Também nos interessa saber quais os agentes e atores que orquestram esse processo e, em última análise, observar casos concretos de produção do espaço em regiões litorâneas, tomando os municípios de Anchieta e Vila Velha como exemplos.

3. PRODUÇÃO DO ESPAÇO: PONTO DE PARTIDA E DE CHEGADA

A produção do espaço é um conceito recorrente utilizado por aqueles que empenham esforços em compreender a dinâmica das sociedades humanas. No estudo dessa dinâmica emergem outras variantes, que tomadas como questões separadas – no intuito da pesquisa – demonstram suas grandezas.

Dentre as grandezas a que nos referimos, está o fato de que somente uma dessas variantes pode tornar-se objeto de estudo de uma ciência ou disciplina específica por longo tempo, sem que a discussão seja encerrada.

As relações homem natureza, os impactos inerentes desta relação, sejam eles ambientais, sociais, ou econômicos, a dinâmica da vida na urbe, no campo, em sociedades insulares, etc..., são, só para exemplificar, algumas das variantes que podem surgir no exame da dinâmica das sociedades, que costumeiramente lemos como “produção do espaço”. Mas o que é e como se dá essa produção do espaço?

Para a análise conceitual servimo-nos das idéias de Henri Lefebvre (1974, 1991, 2004), Neil Smith (1988), Milton Santos (1994), Rita de Cássia Ariza Cruz (2007) e David Harvey (2005), entre outros autores, para estabelecer uma compreensão sobre a gênese e importância do conceito de produção do espaço.

3.1 A GÊNESE DO CONCEITO: ALGUNS AUTORES E SUAS CONCEPÇÕES

A expressão “produção do espaço” foi cunhada no século XX, mais precisamente em 1974, pelo filósofo Henri Lefebvre. A expressão “tem sido utilizada nos mais diversos sentidos, e nesse caso, a primeira necessidade que se nos coloca é definir o que entendemos pela mesma” (CRUZ, 2007, p. 5).

A expressão cunhada na obra “O Direito à Cidade” ganhou força conceitual tamanha sua utilização. De modo sintético e objetivo, a produção do espaço para Lefebvre significava a própria produção de vida, ou seja, viver é, em síntese, produzir espaço. Com a grande

utilização do conceito pela academia, surgem naturalmente às primeiras releituras com as respectivas ampliações, revisões e recortes conceituais.

A exemplo deste (re)pensar conceitual vê-se, em Neil Smith, uma nova maneira de interpretar a produção do espaço, entendendo-a como uma maneira de superar o dualismo entre espaço e sociedade:

Não é verdade que espaço e sociedade interagem; é uma lógica histórica específica (a do acúmulo de capital) que guia a dialética histórica do espaço e da sociedade, já que, duas coisas somente, podem interagir ou refletir-se mutuamente se elas forem definidas, em primeiro lugar, como coisas separadas (SMITH, 1988, p. 122).

Cruz (2007) vai defender a idéia de que com o entendimento de Smith, somos levados a tomar como elementos fundadores à prática humana e o espaço – num mesmo patamar – na própria definição de espaço, sem dualismo, mas como condição de existência do conceito. Ou seja: “o espaço, é para Smith um produto social, um espaço geográfico que é abstraído da sociedade torna-se uma amputação filosófica” (CRUZ, 2007, p. 07).

Elevar a prática humana e o espaço ao mesmo patamar de Smith assemelha-se ao que Milton Santos fala sobre a inseparabilidade dos sistemas de objetos e os sistemas de ações na compreensão do espaço. O espaço é feito disso, até as coisas, em função do presente, são objetos. A categoria filosófica “coisa” para muitos autores perdeu o sentido, onde até os movimentos ecologistas corroboram essa assertiva, quando para legitimar seus discursos dão ao natural – as coisas – um valor (SANTOS, 1996).

Assim, o espaço inanimado não existe, ao menos no campo teórico conceitual. Ele é indissociável de uma vida pulsante, de uma produção de vida. Sem vida, inanimada, é a paisagem, e não o espaço.

Nessa reunião de interpretações conceituais convém apresentar o entendimento de Milton Santos a respeito da produção do espaço: “Não há produção que não seja produção do espaço, não há produção do espaço que se dê sem o trabalho. Viver, para o homem, é produzir espaço” (SANTOS, 1994, p. 08).

Assemelha-se a Smith a idéia de Santos de condição do espaço, como condição de vida, de existência. No entanto, o caráter inanimado que não define o espaço enquanto conceito deve ser melhor explicado.

Milton Santos toma o fato da explosão de uma bomba – antes da explosão existe o espaço, após ela só resta a paisagem – para ilustrar o espaço enquanto vida. No entanto, Smith (1988, p.120) faz ressalvas e diz que “por mais social que ele possa ser, o espaço geográfico é manifestadamente físico; é o espaço físico das cidades, das estradas, dos furacões e das fábricas”.

Reconhece-se que o espaço tem, portanto, uma característica abstrata e uma concreta. Assim, apresentamos abaixo as definições de Smith e Santos sobre espaço e produção do espaço.

Para Smith (1988, p. 132).

A sociedade não mais aceita o espaço como receptáculo, mas sim o produz; nós não vivemos, atuamos ou trabalhamos “no” espaço, mas sim produzimos o espaço, vivendo, atuando e trabalhando.

Para Milton Santos espaço é o:

Conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá (SANTOS, 1996, p. 51).

Aqui, há uma tentativa de romper o dualismo, e não enxergar as características abstratas e concretas do espaço como separadas, mas sim como condição solidária e contraditória de sua existência. Como forma de entender o mundo, Milton Santos lança o conceito de formação socioespacial¹³, porém, seu conceito é utilizado na escala das nações, não sendo sinalizada a possibilidade de sua atuação em outras escalas. Em Lefebvre e Smith, as escalas de análise da produção do espaço não são, a priori, determinadas, mas há de se notar que, nos dois autores, os espaços urbanos locais e metropolitanos são mencionados. Aí a necessidade, independente da escala, da localização do espaço. Sua localização

¹³ Uma formação socioespacial é fruto de um processo social e histórico de produção do espaço (CRUZ, 2007, p. 09).

geográfica é tida como condição para validade das variantes-chaves da produção do espaço: sociedade, trabalho, cidade, etc...

Fora dos lugares, produtos, inovações, populações e dinheiro, por mais concretos que pareçam são abstrações. A definição conjunta e individual de cada qual depende de uma dada localização. [...] Cada atividade é uma manifestação do fenômeno social total. E o seu efetivo valor somente é dado pelo lugar em que se manifesta juntamente com outras atividades (SANTOS, 1996, p. 107).

Parece realmente não haver dicotomias. A relação estabelecida entre cada componente do espaço produzido torna-se uma imbricada gênese do espaço, ou seja, ele só é espaço quando constituído por esses componentes. Mas não é a soma de componentes homem, natureza, trabalho e dinheiro que formam o espaço, e sim sua composição, não em partes separadas e incluídas uma a uma, mas em substâncias que compõem o cenário e são, portanto, indivisíveis.

Para entender as formações sócioespaciais, Milton Santos desenvolve outros dois conceitos: A DIT (divisão internacional do trabalho) e a DTT (divisão territorial do trabalho). O autor vai trabalhar os conceitos apoiados e justificados na constatação de que a produção do espaço não ocorre de maneira natural e impensada, atores hegemônicos influenciam e determinam os caminhos para alguns aspectos da dinâmica espacial. Deste modo a DIT acabou por produzir DTT quando, através das transnacionais divide internacionalmente alguns segmentos produtivos, criando uma divisão territorial do trabalho na escala das nações.

O entendimento de tais divisões é, para Milton Santos, a via com a qual ele lê a produção do espaço. Em escalas menores, de âmbito estadual, municipal ou mesmo intra-municipal, a utilização da DIT e da DTT funcionam como instrumentos de leitura do território. Nessas duas divisões destacam-se os atores hegemônicos Estados e mercado, que têm seus papéis distintos, porém imbricados num jogo político econômico, de interesses e estratégias.

Outro pressuposto fundamental nessa discussão diz respeito, talvez, a mais importante contradição do modo de produção capitalista no que tange ao espaço: mesmo sendo produzido socialmente, sua apropriação é privada. Nesse caso, seria ingenuidade teórica acreditar que todos os indivíduos que habitam o planeta participam da mesma forma e com a mesma intensidade dos processos de produção do espaço. Há que se distinguir atores hegemônicos de não-hegemônicos (CRUZ, 2007, p. 10).

Sendo os dois mais influentes atores na produção do espaço, Estado e mercado, embora vivendo “numa relação dialética” (SANTOS apud CRUZ, 2007, p. 10), não se excluem. Nada impossibilita que o Estado auxilie o mercado no cumprimento e na realização de seus projetos e, de fato, essa subserviência do Estado é observada, o que por vezes atende e facilita os interesses mesquinhos e imediatistas do mercado (CRUZ, 2007). Por outro lado, em momentos de crise, como a atual crise financeira iniciada no mercado financeiro e imobiliário norte americano, os governos nacionais migram recursos públicos, portanto de propriedade dos cidadãos que contribuem por meio das taxas, cobranças e impostos, para as empresas privadas para evitar falências e descontrole dos mercados.

Em 2008, e atualmente em 2009, são comuns governos anunciarem repasses bilionários para bancos, empresas de capital imobiliário, indústrias automobilísticas. Em alguns casos, houve mesmo a nacionalização de empresas privadas que possuíam forte influência na dinâmica econômica dos países. Para dar alguns exemplos, podemos citar o auxílio bilionário do governo norte americano ao *City Group*, um dos maiores grupos financeiros do país e do mundo. Na Europa, países como França, Itália e Alemanha também injetaram grandes cifras para que outros bancos e empresas não viessem à falência. Na Argentina, o anúncio em novembro de 2008, da estatização de um conhecido fundo de pensão local chamou a atenção para o fato do governo apoiar temporariamente o mercado e, ao mesmo tempo, capitalizar-se para momentos de crise.

Ou seja, as imbricações do Estado e do capital privado são complexas, e na contemporaneidade tornam-se difíceis as identificações dos limites e atribuições de cada um a cada momento histórico.

Nas escalas local e regional, a produção do espaço pode se dar inteiramente pela mão do mercado. Algumas formas de ocupação de faixas costeiras ilustram bem essa passagem. A especulação imobiliária parcela e fornece meios para ocupação do solo em cidades litorâneas historicamente importantes para as sociedades. Essa forma de ocupação – independentemente da finalidade¹⁴, residencial ou turístico – é, em muitos casos,

¹⁴ Sabemos, principalmente no estado do Espírito Santo, que não são somente as rédeas do capital imobiliário que determinam o curso dos usos e formas de ocupação das regiões litorâneas. A indústria também o faz, e muitas vezes, de maneira muito mais incisiva, com repercussões e impactos de amplitude maior. No entanto,

idealizada, conduzida e concretizada pelo capital imobiliário imediatista. O processo ocorre em muitos casos, sem qualquer intervenção do Estado, seja no estudo dos impactos de ocupação, seja na aplicação das normas jurídicas concernentes.

Na urbe, o caso é ainda mais recorrente. “Não são incomuns os casos de empresas que abrem vias de circulação e implementam todo tipo de infra-estrutura necessária à realização de seus negócios, não raras vezes, inclusive, subvertendo normas” (CRUZ, 2007, p.11).

Cabe ressaltar que não é o mercado, numa perspectiva generalizante, que vai determinar a produção do espaço, e sim agentes e atores hegemônicos, ou seja, alguns agentes de mercado, em especial o das grandes e médias corporações.

Não cabe aqui, comparar a forma como uma empresa de âmbito local ou regional atua na produção do espaço, em relação à atuação das grandes corporações. É fato que as grandes corporações mundiais, e nacionais, fazem suas imposições, para que sejam atendidas suas demandas, acabando por gerar pressão e determinar os cursos da produção dos espaços. Cruz (2007, p. 12) é categórica ao definir tal questão:

Daí a necessidade de se dar nome aos “bois”, ou seja, o mercado não é um amálgama de empresas hegemônicas a render, todo o tempo, e em todos os lugares, o Estado. O mercado é formado por sujeitos ou, melhor, de agentes.

A produção do espaço enquanto conceito é via de entendimento da dinâmica das sociedades, e ao mesmo tempo, estratégia teórico-conceitual. Pode-se utilizar desta estratégia metodológica na realização de pesquisas com foco, por exemplo, nos processos resultantes das formas com as quais dispomos de produção do espaço. Ou melhor, no entendimento de tais processos em uma dada base espacial.

Vemos o conceito de produção do espaço de Lefebvre aliado aos conceitos de formação sócioespacial, de divisão internacional do trabalho e de divisão territorial do trabalho de Milton Santos, servindo de instrumentos que nos possibilitam denunciar as relações desiguais provocadas pelos agentes hegemônicos no processo de produção dos territórios.

para esta pesquisa, interessam as formas e usos residenciais e turísticos impostos pelas sociedades aos espaços litorâneos, mesmo sabendo que muitas regiões e cidades litorâneas somente desenvolveram-se durante ou após a instalação de uma indústria específica ou com uma atividade portuária intensa.

Pretendemos uma formação que nos habilite a leitura e intervenção no espaço e atentos à complexidade que lhe é inerente. Formação que nos possibilite estar apartados de dualismos e formalismos históricos e antiquados, que só fazem redundar o que, até aqui, nos foi fornecido enquanto representação espacial. Deste modo, faz-se necessário um rigoroso estudo dos fenômenos sociais e a construção de um arcabouço teórico coerente com as novas demandas que se impõem à sociedade neste novo século.

Nesta perspectiva, nos próximos sub-capítulos optamos por uma análise, ainda que sintética, de alguns autores chave. Suas idéias serão (re)vistas com o objetivo de entender não só a produção do espaço em termos gerais, mas sim, a produção dos espaços praias em termos específicos.

Cabe mencionar que partimos da produção do espaço em termos gerais, para então entendermos a produção dos espaços praias. Isso significa reconhecer que não há possibilidade de entender a dinâmica das sociedades em suas relações estabelecidas nos espaços praias, sem que entendamos inicialmente a lógica, ou as lógicas dominantes de produção do espaço.

O que acontece nas orlas e praias em termos de uso e ocupação do espaço não encontra seu fundamento somente em sua escala de vivência imediata, pelo contrário, são frutos, são partidários da lógica vigente de padrões de vida, modos de produção, fruição e ocupação do espaço urbano mundial. Uma decisão tomada na China para instalação de uma mineradora em outro continente, como o Brasil, por exemplo, pode mudar não só as relações entre os dois países, mas, sobretudo, pode alterar profundamente o local onde o investimento será alocado. Neste caso, a cidade de Anchieta no Espírito Santo é emblemática. Ela corporifica todos os conceitos e estratégias metodológicas aqui apresentadas, produção do espaço, formação sócioespacial, DIT e DTT, todos cabem na dinâmica de Anchieta.

Vejamos a interpretação que cada autor dá aos conceitos previamente apresentados.

3.1.1 Henri Lefebvre e a análise das práticas humanas

Um dos filósofos mais conhecidos do século XX, Henri Lefebvre, de origem francesa, pensou a produção do espaço no contexto “urbano” a partir, mas não somente, da teoria marxista. Como pensador, fez duras críticas às ciências parcelares (LEFEBVRE, 2004) que prostravam-se sobre as questões urbanas. Suas críticas foram dirigidas em especial aos urbanistas, sociólogos, economistas e geógrafos.

É atribuído à Lefebvre o conceito de produção do espaço. E o entendimento conceitual do termo se faz necessário nesta pesquisa, pois ele, como será mostrado, reconhece a produção de espaço como a própria produção de vida.

Lefebvre nos fala da aparente exatidão que o conceito de produção pode apresentar, mas imediatamente, mostra que já em Marx e Hegel, a questão da produção aparece como ambígua.

Em Marx e Hegel, emergem duas possibilidades do conceito. A primeira fala da produção, mas a produção das coisas, das mercadorias, dos bens. A segunda por outro lado, trata da produção das idéias, dos conhecimentos, das ideologias. Logo o conceito que parecia bem fixado, não representa, principalmente nos anos finais do século XIX e já no início do século XX, a vida cotidiana.

É importante dizer que Lefebvre não cria inicialmente uma incumbência teórica para o termo produção do espaço, pelo contrário, trata-se de uma análise das práticas humanas, da produção humana. Nas palavras do autor: “El concepto de la producción del espacio está naciendo como la realidad en si a la que corresponde. Esta producción del espacio está naciendo en sí misma” (LEFEBVRE, 1974, p. 219).

A economia política que antes operava através da estabilidade, atuando de maneira centralizada, e atando as empresas e os mercados às suas necessidades de estabilidade, passou a conceber uma maior importância aos fluxos. Sobretudo, passou a entender e construir sua solidez (a solidez dos Estados-nação) através das novas redes. “En la economía política tradicional el movimiento era lo excepcional, era una perturbación de la

estabilidad, ahora la estabilidad es simplemente un momento de los flujos” (LEFEBVRE, 1974, p. 220).

Podemos utilizar o modelo da indústria do petróleo que com o fluxo de seus produtos molda os territórios. Por exemplo: o petróleo sai da Líbia, atravessa o Mediterrâneo, passa por uma refinaria e posteriormente acaba em um posto de combustíveis em qualquer lugar da Europa.

Neste contexto, existem os pontos fortes dos fluxos. Os pontos fortes são os espaços urbanos, que para Lefebvre são nós de confluência dos diversos fluxos existentes. Ao mesmo tempo a influência crescente dos fluxos fez surgir uma nova forma de planificação do espaço urbano. Se os fluxos são movimentos no espaço, a planificação incorpora a questão do espaço e torna-se planejamento espacial, que trata do estudo dos fluxos e suas conexões. Agora, os fluxos do movimento fazem com que as empresas fortifiquem não mais o Estado-nação, mas sim, sua própria rede de investimentos e estruturas alocadas nas nações.

Cabe ressaltar que o autor crê na incapacidade do capitalismo em fazer planejamento espacial, ele rechaça a competência dos técnicos que tratam da temática urbana¹⁵.

A importância econômica da questão urbana difere entre países e até mesmo entre regiões de um mesmo país. Em 1974, quando Lefebvre escreveu a “Produção do Espaço”, esta característica já era possível de ser observada nos espaços urbanos, principalmente, dos países do ocidente.

La importancia creciente de un sector que antes era secundario, todo lo relacionado con el espacio; por ejemplo, la construcción, la urbanización, las inversiones en este terreno, la venta y la compra del espacio como totalidad y la especulación, por supuesto. Esta importancia es desigual según los países. Hay países en los que todo lo que concierne a estos aspectos se convierte en el sector principal de la economía, hay países en los que simplemente es una polea, en otros países es todavía secundario (LEFEBVRE, 1974, p. 220).

Hoje, a migração de capitais em determinados ciclos econômicos para o setor imobiliário é notadamente maior e facilmente identificável, principalmente no que tange aos preços. Nos

¹⁵ Sobre as idéias de Lefebvre sobre o urbano e seus especialistas é recomendável a leitura de A Revolução Urbana, 2004.

períodos/ciclos de crescimento econômico, ou em períodos de mera especulação dos agentes do capital imobiliário, observam-se capitais de outros setores da economia, e grandes parcelas da sociedade com poder aquisitivo, investindo seus recursos em tudo o que é imobiliário.

Nas regiões costeiras dos países e regiões, a especulação imobiliária é maior e contínua. Seu processo de “produção do espaço” só cessa quando o estoque de terras acaba. A oscilação dos preços atinge níveis elevados e altamente suscetíveis aos ciclos econômicos da região. No entanto, crises financeiras em países centrais na economia global, como a atual crise do capital imobiliário e financeiro mundial, afetam os investimentos no setor imobiliário, o crédito direto ao consumidor, os empregos diretos e indiretos relacionados ao setor e, conseqüentemente, os preços dos imóveis e das terras.

Na análise sobre a produção do espaço de Lefebvre não cabe mais o uso dos termos rural e cidade. Para o autor, a agricultura e a cidade atendem à funções sociais e econômicas anteriores ao capitalismo. “En la realidad economica y social había sectores precapitalistas; primer sector precapitalista: la agricultura; outro sector anterior al capitalismo: la ciudad” (LEFEBVRE, 1974, p. 221). A agricultura e a cidade compõem uma certa realidade histórica anterior ao capitalismo.

Neste novo cenário, o capital não se apóia somente nos mercados e nas empresas, mas sustenta-se no espaço como um todo. Não são mais somente as mercadorias ocupando o espaço urbano, é o espaço que se converte em mercadoria, ele próprio também pode ser consumido. Lefebvre ilustra a questão com o exemplo da moderna indústria do ócio. Para ele “el capitalismo se ha amparado de los espacios que quedaban vacantes: el mar, la playa, la alta montaña” (1974, p. 221). E esta indústria em 1974 e, sobretudo hoje, se convertera em uma das mais potentes e influentes na produção dos espaços costeiros turísticos.

Para Lefebvre, o capitalismo vive e opera num espaço contraditório. A principal contradição do espaço é o fato de ser possível analisá-lo, conhecê-lo e tratá-lo em uma escala imensa, global e até planetária. Por outro lado, este mesmo espaço encontra-se fragmentado, pulverizado pela propriedade privada, já que cada fragmento do espaço tem

seu proprietário. Os fins desta pulverização são claros, estão fragmentados para serem comprados e vendidos.

Porém, o espaço não encontra-se fragmentado somente pela propriedade privada, sua fragmentação ocorre também no campo das ciências e no campo das estratégias. Cada ciência trata de um determinado fragmento do espaço, quando muito de alguns fragmentos espaciais. Cada uma com seus métodos, cobiçando seus resultados parciais. Por fim, o espaço encontra-se fragmentado pela estratégia, não uma somente, mas várias estratégias, que se intermesclam e se sobrepõem.

Para Lefebvre, entre as várias estratégias que exercem pressão na produção de um espaço fragmentado, estão as engendradas pelos Estados, pelas empresas multinacionais e pelos setores econômicos envolvidos com a energia.

Estas são as principais características que fazem o autor optar pelo conceito de produção do espaço na análise do espaço urbano. Segundo o próprio Lefebvre: “Yo, en cambio, he tratado de mostrar que el concepto de espacio y el de producción del espacio son conceptos globales” (1974, p. 224).

No entanto, o autor faz a seguinte ressalva: “el análisis estratégico del espacio moderno no há sido hecho. Hay muchas informaciones que nos faltan” (1974, p. 225).

A contradição encontra-se no fato de haver hoje uma racionalidade altamente subsidiada e equipada pela ciência, pela técnica e pelas estratégias, e ainda haver uma ação política, não em todos os países, muitos menos em todas as esferas, carentes de instrumentos de leitura espacial. Por outro lado, mesmo com todos estes aparatos a serviço de uma esperada racionalidade política, encontramos-nos em uma situação de caos espacial. Lefebvre é deveras lúcido ao não crer na capacidade de planejamento do capitalismo.

Para o espaço urbano, não cabem mais estudos de sistemas encerrados em si; Eles já não atendem à demanda da produção do espaço urbano. Ao se estabelecer um sistema separando-o de sua coesão espacial que, por sua vez, é determinante e dominante, perde-se

a complexidade de vista, e com ela o sentido espacial. Sobre os planos e intervenções urbanísticas de produção do espaço, Lefebvre comenta que:

O arquiteto que desenha, o urbanista que compõe o plano-massa vêm de cima e de longe, seus “objetos”, imóveis e vizinhanças. Os que concebem e desenham movem-se num espaço de papel, de escritas. Após essa redução quase total do cotidiano, retornam à escala do “vivido”. Acreditam reencontrá-lo, embora executem seus planos e projetos numa abstração ao segundo grau (2004, p. 166).

O resultado destas formas de planejar a produção espacial são espaços urbanos desconexos em relação à vida social. Espaços que atendem em algum grau e de alguma forma (ainda que o controle total da dinâmica espacial os escape) às necessidades dos promotores da cidade, mas nem de longe constroem um espaço coeso. Lefebvre (2004, p. 166) continua:

Eles passam do “vivido” ao abstrato para projetar essa abstração no nível do “vivido”. Dupla substituição, dupla negação que estabelece uma afirmação ilusória: o retorno à vida “real”. Assim funciona o cegante-cegado, no campo que parece iluminado, mas que não passa de um campo cego.

A análise dos sistemas trata o espaço abstrato em si mesmo, o fragmenta, mas não o conhece em si mesmo. Por extensão desconhece o todo. No entanto, Lefebvre não crê na possibilidade de existência de um sistema total. A complexidade espacial não permite que exista um único sistema que se encerre em si mesmo.

É em uma nova forma de relação entre corpo, sociedade e espaço, que emerge como possibilidade a utopia lefebvriana. Isso não significa que as antigas relações desapareçam, elas estão expressas, cravadas, são as rugosidades do espaço. O espaço urbano comporta estas diferenças relacionais, não sem embates, muito menos de maneira passiva. As formas antigas têm muitos meios de se defenderem, principalmente os dois meios complementários, o espaço instrumental e a violência (LEFEBVRE, 1974).

As novas formas de relação com o espaço que as sociedades estabelecem são, em muitos casos, diferentes das relações antigas. Se pensarmos nos centros urbanos e em suas imediações, vemos que existem problemas de escassez de toda ordem. Entre as coisas escassas estão à água, o ar, a luz e o próprio espaço. No entanto os problemas se apresentam de forma desequilibrada e desigual, gerando embates entre classes sociais, onde a violência é um dos fatores gerados e agravados com o problema da escassez.

O próprio discurso do crescimento econômico a todo custo deve ser superado.

Se há creído hasta una fecha muy reciente que el crecimiento cuantitativo respondia y daba solución a todos los problemas. Ahora se empiezan a dar cuenta de que el crecimiento indefinido es imposible y que hay una modificación cualitativa en las fuerzas productivas en sí mismas (LEFEBVRE, 1974, p. 226).

Lefebvre crê que não há mais a possibilidade das forças produtivas serem definidas unicamente pela produção dos bens e das coisas no espaço. As forças produtivas devem ser definidas hoje, como motores de produção do espaço. Existe aí uma mudança sutil nas palavras, muito embora brusca, no que se refere à realidade.

Esta redefinição no papel das forças produtivas não significa suprimir a condição clássica de produção de bens e coisas, que para Marx, “son la base sobre la que se edifica la sociedad” (LEFEBVRE, 1974, p. 226).

Lefebvre em seu conhecido¹⁶ conceito de produção do espaço atribui um papel importante, e segundo ele mal executado ao arquiteto e ao urbanista. Para o autor, o especialista em arquitetura e urbanismo é um profissional especialista em palavras, muito mais, do que em desenhos. O seu papel como produtor do espaço é o de agente de intermediação entre os usuários e os promotores, as autoridades políticas e os agentes do capital financeiro.

No entanto, a produção do espaço não é simplesmente decisão e vontade dos arquitetos e urbanistas, muito pelo contrário, ela está imbricada a desejos e vontades de vários agentes de produção do espaço urbano que, não por coincidência, são os mesmos com os quais os profissionais encarregados de planejar o espaço convivem diariamente.

As contradições espaciais que caracterizam a produção e a dinâmica espacial na contemporaneidade, na escala do planejamento e das decisões, manifestam-se de maneira mais clara. O que resulta deste jogo de interesses difusos é o estilhaçamento do espaço urbano, desconexo, dividido em estratos e visivelmente separado por classes.

¹⁶ Texto extraído de um colóquio que participara em Barcelona na Espanha, publicado posteriormente na Revista Papers, no ano de 1974.

Mesmo em um espaço público por excelência, como as praias das cidades litorâneas, são notadas divisões sociais, que podem ser explicadas e ter suas origens desveladas ou revistas, na forma como estes mesmos grupos estão dispostos no tecido urbano. Para Lefebvre, a questão da produção do espaço é a questão da complexidade. Nas palavras do pensador:

La producción del espacio es un fenómeno extraordinariamente complejo, y en la práctica las contradicciones que he señalado aparecen constantemente; porque unos conciben sino a la escala de la propiedad privada. Así pues, la contradicción que apunté a nivel teórico es vivida prácticamente, constantemente. Y si tuviera tiempo de profundizar mostraría cómo aparece en la práctica (LEFEBVRE, 1974, p. 227).

O que importa para o autor é mostrar que o conceito de produção do espaço não nasce puramente no plano teórico, como se fosse explicar ou dar cabo da produção do espaço urbano. O conceito de produção do espaço emerge como necessário, e sua razão é a realidade, a prática. Suas origens são provenientes das contradições do capitalismo, mais especificamente das contradições capitalistas no trato da planificação e gestão do espaço urbano, admitindo-se que nele atuam diferentes agentes com interesses próprios e nem sempre semelhantes.

Lefebvre mostra exemplos das contradições da dinâmica dos espaços urbanos pelo mundo, EUA, Itália, França. São problemas distintos, com resistências e resoluções igualmente distintas. Nos EUA são os usuários que criam mecanismos para acender as contradições e, assim, mostrar que eles têm seus interesses e que querem fazê-los valer, para isso contam com representantes jurídicos, como é o caso das *Advocacy Planning*. Na Itália, pela tradição, estes problemas são, na maioria das vezes, mencionados e solucionados pelos arquitetos. Já na França, quando ainda era recente, o planejamento territorial era tratado por um organismo estatal importante, no entanto, sem poder de decisão. O organismo público era denominado *Delegación de Ordenación del Territorio* (DATAR). Segundo Lefebvre, este órgão era diretamente ligado ao primeiro ministro francês, fato que dava ao governo e aos agentes do capital, todas as informações que concernem ao espaço (LEFEBVRE, 1974).

Lefebvre diz que são os membros da DATAR que tratavam das questões dos fluxos que superam os interesses do capital privado, e são eles também que elaboram os planos para as zonas industriais.

O autor reconhece que é importante o experimento de criação de uma delegação, pois reúne um grupo de tecnocratas para tratar da produção do espaço. No entanto, Lefebvre utiliza os exemplos ao redor do mundo mencionados acima, principalmente a criação da DATAR, na França, para destruir as ideologias de dominação. Sua intenção é mostrar que:

Mi teoría va destinada a destruir su ideología, y lo saben muy bien. Ellos no creen en las contradicciones del espacio. Si muestro que hay contradicciones en el espacio es para destruir la tecnología del espacio. No creo que hasta ahora el espacio fuera lo más importante; lo que era más importante hasta ahora era el tiempo, el tiempo histórico, el tiempo del trabajo, los ritmos del tiempo. Creo que el espacio se vuelve lo más importante (LEFEBVRE, 1974, p. 228).

O autor dispõe de um dispositivo teórico antitecnocrático. Para ele, os tecnocratas, mesmo com boa vontade, fracassam na resolução dos problemas relacionados ao planejamento do espaço urbano. Um dos motivos para o fracasso dos tecnocratas é o fato de crerem na hipótese, implícita e simplista, segundo a qual o modelo de produção capitalista é um sistema estável e previsível (LEFEBVRE, 1974).

Na época em que o conceito de produção do espaço foi apresentado por Lefebvre, a China e a então União Soviética apresentavam modelos de gestão do espaço diferentes dos demais países. Esse fato chamava a atenção de Lefebvre, não sem duras críticas, para as possibilidades de outros modelos de produção do espaço. Na União Soviética, Lefebvre acreditava estar sendo operada uma planificação de maneira melhorada em relação aos países capitalistas, ainda que existissem regiões hiperindustrializadas e hiperurbanizadas, coexistindo com uma grande parcela de porções espaciais estagnadas. Em contrapartida, o fato de não haver propriedade privada dava ao governo a possibilidade de evitar certos inconvenientes do desenvolvimento desigual (LEFEBVRE, 1974).

No entanto, o autor não acompanhou a dissolução do país e seu regime, e a total inserção dos novos países fruto da dissolução soviética, incluindo a Rússia, nos ditames do regime capitalista. Todo esse período fora acompanhado de crises de toda ordem, e a ocorrência de pequenas guerras. Estes problemas acontecem ainda hoje.

Quanto à China, Lefebvre atribuía uma maneira nova de conceber o espaço e seu desenvolvimento. O modelo chinês estendia o crescimento a todos os povos, as pequenas cidades, em suma, a todos os espaços do país. Mesmo sem ter muitas informações sobre o modelo chinês, Lefebvre tinha conhecimento sobre o combate chinês contra o desenvolvimento desigual do espaço. Sabia-se que uma parte do que era produzido, criado ou engendrado em qualquer que fosse a porção do espaço, não tinha necessidade de passar pelos circuitos centrais da economia (bancos e ministérios) para então ser redistribuído. Ou seja, havia certa descentralização. Núcleos rurais possuíam certa autonomia e dispunham de parte da mais valia social criada localmente.

Contudo, ainda em relação à China, já havia rumores do país estar abandonando esta via de crescimento e desenvolvimento, para então assumir uma postura mais capitalista de produção do espaço. O redirecionamento da postura estava centrado em uma corrida armamentista, e conseqüentemente da indústria química e metalúrgica. Lefebvre não acompanhara, contudo, o desenrolar da história, principalmente no final do século XX e nesta primeira década do século XXI, onde observa-se a constante abertura do mercado chinês para o restante do mundo. O contrário também ocorre. A China vem se tornando uma grande produtora e exportadora de produtos, através de mão de obra mal remunerada, péssimas condições de vida nas médias e grandes cidades. Na área rural, os problemas relacionam-se à estagnação da produção e o descaso com a gestão dos recursos naturais do país.

A derrocada do socialismo, o capitalismo como regime globalitário e a continuação das contradições na produção do espaço são a tônica do século passado e da primeira década do século vigente. Não sem prejuízos, assistimos ao crescimento da escassez das coisas e dos bens, somados ao caos urbano em todos os continentes.

Os problemas mencionados por Lefebvre continuam e agravam-se, tornando mais complexo não só o entendimento da produção dos espaços atuais, mas, sobretudo, a resolução de seus problemas.

3.1.2 David Harvey e o modo de produção capitalista do espaço

O geógrafo britânico David Harvey em sua vasta obra, escreve em 2001 o livro *A Produção Capitalista do Espaço* que, em 2005, ganha tradução para o português, servindo de base para estudiosos do assunto. Fortemente influenciado pelas idéias de Marx, ainda que não se considere um marxista ortodoxo, Harvey construiu sua concepção de produção do espaço a partir da hegemonia dos modos de produção e seus agentes promotores. Essa obra acima citada é constituída por textos escritos entre 1975 e 2001. Interessa-nos a análise de um capítulo intitulado: *A Geopolítica do Capitalismo*, escrito em 1981. É neste texto que o autor vai expor melhor a produção do espaço, ou melhor, a produção capitalista do espaço.

Harvey inicia mostrando claramente as bases de seu entendimento, sobre o modo de produção capitalista enquanto forma de se alcançar lucro através das transações econômicas na vida cotidiana. Para ele, “se houver interrupção nesta forma de transação/circulação pela impossibilidade da obtenção de lucro, então a reprodução da vida cotidiana que conhecemos se dissolverá no caos” (HARVEY, 2005, p.130).

A criação de infra-estrutura social e física emerge como necessidade para circulação do capital, ainda que não seja em todos os casos algo positivo para ele. Mas o que nos importa apreender na concepção de Harvey é a importância com que o autor expõe a circulação do capital na dinâmica da sociedade. A lógica capitalista é quem determina a produção dos espaços humanos, sejam urbanos ou não.

[...] os sistemas legal, financeiro, educacional, e da administração pública, além dos sistemas ambientais não-naturais, urbanos e de transportes, para mencionar algumas das organizações chave que tenho em mente, precisarão ser desenvolvidos para sustentar a circulação do capital se for para reproduzir a vida cotidiana efetivamente (HARVEY, 2005, p.130).

Nesta perspectiva teórica aparece a necessidade de desvelar a existência de uma produção da organização espacial. Revisitando a obra de Marx, Harvey vai priorizar o tempo em relação ao espaço, pela característica da necessidade de circulação do capital no modo de produção capitalista. Neste sentido, “do ponto de vista da circulação do capital, portanto, o espaço aparece, em primeiro lugar, como mera inconveniência, uma barreira a ser

superada” (HARVEY, 2005, p.145). Trata-se da morosidade imposta pelo espaço para fluidez do capital. Marx corrobora essa assertiva; para ele o capitalismo é dotado de um esforço permanente de superação das barreiras espaciais, na célebre frase, de uma “anulação do espaço pelo tempo” (MARX *apud* HARVEY, 2005, p.145). Até aqui, os pensamentos de Harvey e Lefebvre muito se assemelham.

Para que a circulação/fluidez exigida pelo modo de produção e a difusão do capital ocorra, é necessária a produção de uma organização espacial. Essa organização é promovida através da instalação de infra-estruturas fixas e móveis como, por exemplo, serviços de logística distributiva e sistemas de transporte coerentes. Surge aí uma contradição do capitalismo: a organização espacial é necessária para superar o espaço.

Assim, a história do capitalismo estaria marcada pelas reduções dos custos e do tempo gastos para circulação do capital. As mudanças tecnológicas são, em muitos casos, as únicas responsáveis por tais avanços, no sentido da anulação do espaço em favor da diminuição do tempo. Assim as vantagens locacionais e as barreiras espaciais são determinadas e controladas pelos agentes produtivos, salvo exceções de matéria-prima e mão-de-obra específicas. No entanto, em algum ponto devem existir barreiras espaciais, principalmente as de cunho tecnológico que contenham em seus limites territoriais modos de produção específicos.

Evidentemente, o capital e a força de trabalho devem se unir em algum ponto específico do espaço para ocorrer a produção. A fábrica é um ponto de reunião, enquanto a forma industrial de urbanização pode ser vista como a resposta capitalista específica à necessidade de minimizar o custo e o tempo de movimento sob condições da conexão interindústrias, da divisão social do trabalho e da necessidade de acesso tanto à oferta de mão-de-obra como aos mercados dos consumidores finais (HARVEY, 2005, p. 146).

Existe aí uma coerência estruturada em relação à produção e ao consumo em um dado espaço. Essa coerência que o capital propicia em sua forma mais refinada, torna muitos territórios idênticos, pasteurizados. Tudo o mais se torna decorrência dessa coerência espacial estruturada, nada passa imune aos olhos do capital e seus tentáculos. Tergiversar hábitos de vida, modos de produção, sistemas de trocas e de relações sociais também é uma de suas características, aliás, uma das fabulosas artimanhas.

Hábitos sociais tornam-se padrões de estilo e, por conseguinte, de consumo, sobretudo hoje, agora.

A coerência se reforça informalmente, embora não menos poderosamente, por intermédio da constância ou criação das culturas e das consciências nacional, regional e local que dão significado psíquico mais profundo às perspectivas territoriais. (HARVEY, 2005, p. 147).

Como exemplo, note-se como a sociedade, não toda ela, mas uma massiva parte das parcelas que residem nas regiões litorâneas ou próximas a elas, produzem e consomem o litoral e a orla. Por mais que o modo de fruição à beira-mar de hoje tenha origens antes mesmo do início da industrialização, o que se vê é um código de conduta social em série, sobretudo em cidades de urbanização consolidada e/ou que atendam a uma função turística, ainda que sazonal.

Da maneira como se divertem, aos assuntos que permeiam os grupos nas praias, passando por suas vestimentas, suas opções gastronômicas e de entretenimento e chegando até à maneira de produzir suas residências, tudo é igual, salvo pontuais e inexpressivas exceções. Atenta-se aí para uma constatação de coerência estruturada do espaço, nesse caso o espaço praias. No entanto, não há como entender os espaços praias se não entendemos a lógica de produção do espaço dominante e sua produção de organização espacial.

Há processos em andamento, portanto, que definem os espaços regionais, em que a produção e o consumo, a oferta e a procura (por mercadorias e força de trabalho), a produção e a realização, a luta de classes e a acumulação, a cultura e o estilo de vida permanecem unidos como certo tipo de coerência estruturada, em soma de forças produtivas e de relações sociais (HARVEY, 2005, p.147).

Tal coerência não é absoluta, ocorrem tensões que resultam em características específicas do processo pelo qual o capitalismo submete os territórios e, por conseguinte, aqueles que se encontram ligados aos modos de produção capitalista. As tensões não negam a organização espacial imposta como condição de existência plena em um dado território, mas, pelo contrário, atuam como efeitos diretos e muitas vezes colaterais da lógica dominante. Edward Soja, na obra *Geografias do Poder* (2001), também recorre a Harvey e a Lefebvre para indagar sobre a condição de expansão dos territórios como consequência imediata da super acumulação de capitais e excedentes de mão de obra, utilizando como exemplo a cidade de Los Angeles, nos EUA.

As tensões de que fala Harvey são produzidas por diversos fatores, que cabem aqui ser mencionados:

[...] as revoluções tecnológicas, que liberam tanto a produção quanto o consumo dos limites espaciais, além do aumento da capacidade de superar barreiras espaciais e anular o espaço pelo tempo, tornam os limites de uma região muito porosos e instáveis. [...] a luta de classes em um território talvez force os capitalistas ou os trabalhadores a buscarem outros lugares com condições mais favoráveis para suas respectivas sobrevivências. [...] as revoluções nas formas capitalistas de organização (a ascensão do capital financeiro, das empresas multinacionais, das filiais de manufatura etc...) permitem maior controle sobre espaços cada vez maiores por capitalistas associados (HARVEY, 2005, p. 147).

Todas essas forças tendem a abalar a coerência estrutural do espaço, e talvez sua forma mais eficaz de manter essa mesma coerência se dê através de seu porte infra-estrutural. Ou seja, a diversificação e manutenção de todo sistema de infra-estrutura, aliado a concessões fiscais e outros gêneros de benefícios, podem garantir o interesse do capital por este ou aquele território e, logo, a manutenção de sua organização espacial.

No entanto, a própria detenção por parte de um território de um eficiente sistema de infra-estrutura é o que pode, também, causar a aceleração de seu processo de perda de organização espacial. Podemos observar como nos últimos 150 anos o sistema de transporte evoluiu, a ponto do tempo de movimentação de mercadorias cair abruptamente. Conjunto a evolução dos sistemas de transportes tem-se a incrível expansão dos sistemas de créditos e de telecomunicações. Estes três nichos estruturantes da ação capitalista, através do crescimento tecnológico, provam ao longo dos tempos a capacidade refinada do capital *na anulação do espaço pelo tempo*.

Cabe aqui ressaltar que os processos de organização e desorganização da coerência espacial de uma região, através das tensões decorrentes do capitalismo, não devem ser tomados como máxima. Ou seja, nem sempre ocorrerá deterioração das relações região-capital da maneira como foi mostrado, o que se quer é denunciar a forma mais recorrente de produção/organização e desestruturação espacial sofrida pelas regiões.

Uma das formas de retração da mobilidade geográfica do capital se dá na fixação das estruturas de produção e nos altos custos relativos a uma possível mudança.

“Quanto mais uma indústria depende de equipamentos de vida relativamente longa – ou seja, capital fixo e imobilizado –, menos facilmente essa indústria pode se transferir sem desvalorização” (HARVEY, 2005, p.148). Esta forma específica de mobilidade ligada ao contrário da forma com que circulam moeda, mercadorias e produtos, é exemplo da forma como os espaços são produzidos na contemporaneidade.

Contra a mobilidade geográfica excessiva de contingentes de mão-de-obra, o capital também adotou seus estratagemas, deste modo, assegura sempre a existência de um contingente necessário para seus moldes de relação com os trabalhadores. Lembremos que a garantia da existência de excedentes de mão-de-obra, garantem aos produtores hegemônicos do espaço a chance de melhor controle sobre os processos laborais e os índices salariais.

Para isso, esses capitalistas talvez apoiem ativamente processos básicos de reprodução social (educação, religião, saúde, serviços sociais, inclusive previdência), criados para produção e preservação da força de trabalho de determinada quantidade e qualidade em certo território (HARVEY, 2005, p. 149).

Em contrapartida, a adesão coletiva dos trabalhadores deve manter certa relação favorável frente aos empregadores. No entanto, o que cabe observar e perceber é a maneira como o capital, na condição de produtor hegemônico do espaço, controla as rédeas do desenvolvimento e da destruição quando não mais convém manter seus investimentos em um território. Nada parece ser em vão. Programas de “responsabilidade social”, apoio à construção e/ou restauração de infra-estruturas públicas, projetos culturais, de meio ambiente, nada escapa, tudo se reveste de meios para manter ou ampliar a vida útil do território para os fins do capital, que em primeira e última instância sabe-se ser o lucro.

Ocorre que em determinados locais, o nível de organização social garante certa estabilidade em qualidade de trabalho e, em último estágio, pode acelerar a saída de frentes capitalistas do território. As vitórias trabalhistas são indutoras deste processo de mobilidade, como no contrário é a “mobilidade do trabalhador individual para escapar das formas mais odiosas da exploração capitalista” (HARVEY, 2005, p. 149).

A capacidade de dominar o espaço implica na produção do espaço. O autor em toda sua obra qualifica a linha teórica de Marx como a estratégia correta para ler as formas de produção. Não estamos tratando só dos modos de produção e acumulação capitalistas, mas sobretudo, das formas de produção capitalista do espaço com todas suas contradições e paradoxos. Para Harvey (2005, p. 150), “as contradições internas do capitalismo se expressam mediante a formação e a reformação incessantes das paisagens geográficas. Essa é a música pela qual a geografia histórica do capitalismo deve dançar sem cessar”.

Apresentamos a idéia de Harvey sobre os modos de produção do espaço, ou em seus termos, sobre a produção da organização espacial capitalista. O intuito era o de nos munir de instrumentos que permitam o desvelar dos modos de produção e apropriação do capital em relação às orlas. Nossa tarefa foi entender as múltiplas produções do espaço, e entre elas, a mais geral, a que atende as demandas dos atores hegemônicos, ou como Peter Hall (2007) chamou: a lógica dos promotores da cidade.

3.1.3 Neil Smith: produção do espaço e desenvolvimento desigual

Neil Smith é geógrafo e professor assistente de Geografia na Universidade de Columbia, USA. Entre tantas obras e artigos escritos por este autor, todas de alguma maneira, embebidas das idéias marxistas, está uma: *Desenvolvimento Desigual: Natureza, Capital e a Produção do Espaço*, de 1984, traduzida para a língua portuguesa em 1988, que aqui damos ênfase.

O autor, no prefácio da edição brasileira de 1988, explica a retomada do estudo das teorias de Marx e seus sucessores, como sendo fruto da década de 1970, principalmente nos EUA. O autor esteve ligado ao movimento social que incluía entre outros intelectuais, o também geógrafo David Harvey.

De antemão, Smith vai expor que não se trata de uma retomada ortodoxa da doutrina marxista, mas de sua utilização como indicação para compreensão da geografia do lugar e

dos lugares, no âmago da produção capitalista do espaço. Trata-se de uma definição pela compreensão da história do presente, do contemporâneo.

Smith inicia sua explanação sobre produção do espaço, discutindo a impossibilidade de trabalharmos com espaço e natureza como categorias dissociadas. Não nos interessa essa questão neste trabalho, pois a concepção de espaço de que fazemos uso assemelha-se ao que o autor define como sendo espaço geográfico. Não o espaço da geometria, ou da física, distinguível entre relativo ou absoluto, mas sim o espaço geográfico que através do movimento e de uma base física pode ser apreendido. Vejamos:

Agora o espaço geográfico é algo novamente diferente. Por mais social que ele possa ser, o espaço geográfico é manifestadamente físico; é o espaço físico das cidades, dos campos, das estradas, dos furacões e das fábricas (SMITH, 1988, p.120).

Deste modo, esperamos dirimir qualquer outro entendimento de espaço. Assim, podemos dar seguimento às idéias de Smith sobre *espaço e história e espaço e capital*.

Sobre espaço e história, Smith mostra ter existido duas naturezas. A primeira é aquela em que o espaço e a sociedade não se distinguem sendo, portanto, a noção primitiva de espaço. Já num segundo estágio, com o desenvolvimento das economias de trocas, surge a primeira ruptura entre lugar e natureza, espaço e natureza.

Smith (1988, p.124) vai afirmar que: “com o surgimento da segunda natureza, surge à separação conceitual da sociedade e do espaço, pela primeira vez as regras da sociedade podem ser a-espaciais, completamente separadas das considerações do espaço”.

Por mais que as cidades sejam espacialmente fixas, as regras e as atividades dentro delas podem não ser. Ocorrem generalizações de regras e atividades, como elas também podem ser distintas de uma cidade para outra. Uma própria cidade pode ter apresentado em períodos históricos anteriores atividades e regras totalmente distintas das atuais. Com o nascimento do Estado, acentua-se a importância das normas nos territórios, estes sim definem os espaços, fins políticos o determinam, não mais qualquer outro motivo. O Estado promove a partir de sua instituição:

[...] o nacionalismo, e todas as outras formas de nativismo, encontram as suas bases históricas na divisão da sociedade por classes e por sexo e na formação de um Estado através do qual a classe dominante pode governar (SMITH, 1988, p.126).

Para o autor os indícios de uma concepção a-espacial da sociedade, através de uma segunda natureza tornam-se evidentes na instituição e no desenvolvimento do Estado. As relações econômicas, políticas e tecnológicas, ainda que produzidas para uma legitimação territorializada, não dizem respeito ao território, são a-espaciais em sua concepção. Elas podem ser reproduzidas na maioria dos outros territórios, se assim se quiser.

O que vale é a forma de criar meios para o livre desenvolvimento das forças produtivas, e a possibilidade de aquisição dos bens gerados, tanto para os indivíduos de seu território quanto, para as condições de exportação dos excedentes para mercados externos.

Smith partilha com Harvey a idéia sobre a organização espacial, calcada em alguns elementos estruturantes, a saber: baixos custos de transportes e mão de obra, rápida mobilidade de mercadorias e créditos (valores) e controle territorial dos modos de vida e relações sociais na cidade. Falando sobre a anulação do espaço pelo tempo o autor diz que:

[...] a emancipação do espaço natural somente aumenta a necessidade de produzir o espaço relativo. Como uma condição da universalização do valor, os custos de transporte e o tempo dedicado ao transporte têm que ser reduzidos ao mínimo. As distâncias relativas entre os lugares de produção e os de consumo, e os meios de superar essa distância – em suma, sua localização relativa – crescem em importância, proporcionalmente ao acúmulo de capital e à multiplicação das mercadorias, das comunicações e dos créditos que têm e devem ser movimentados. Do mesmo modo, à medida em que a escala do processo da produção aumenta com o desenvolvimento das forças produtivas, tornando-se cada vez mais necessário que um número progressivamente maior de trabalhadores esteja concentrado espacialmente nas proximidades do lugar de trabalho. [...] assim, permite a manutenção de baixos salários (SMITH, 1988, p. 132).

Nota-se que há uma semelhança entre o pensamento de Smith e Harvey, principalmente pela base conceitual dos dois ser a mesma, Karl Marx. A análise que este último faz do capitalismo, tornou-se, para muitos estudos, referência na denúncia do desenvolvimento desigual promovido pelo sistema vigente.

As características do capital em organizar o espaço socialmente fazem com que Smith chegasse finalmente à questão central deste capítulo, ou seja, a forma com a qual o espaço é produzido.

Emergem aí dois momentos distintos da noção de espaço: absoluto e relativo¹⁷, tomadas da Física, mais precisamente de Einstein e Newton, ambas sobre a produção do espaço. Smith alega que na própria sociedade existe a coerência de produção do espaço, não mais a simples idéia de espaço como receptáculo. O capitalismo estendeu-se ao final do século XIX por todo globo com a consolidação dos modos de produção, com o trabalho assalariado e do consumo. Mesmo em regiões não urbanas, acabou por nos permitir inferir que ele, o capitalismo, tornou-se absoluto, criando espaços/territórios relativos à suas vontades. Sua lógica montou um regime totalitário, dividindo o mundo em mercados que coexistem em uma economia mundial solidária e dependente. "Na medida em que o capital aumenta sua influência, todo o globo é dividido em partes legalmente distintas, separadas por grandes cercas brancas, reais ou imaginárias" (SMITH, 1988, p. 133).

Tal consideração demonstra que, por trás do fato de se considerar a habilidade do capital na criação de espaços absolutos, encontra-se o entendimento dos marxistas, principalmente o dos geógrafos, em considerar o espaço como resultado imediato da reprodução das relações de produção. Daí o termo produção do espaço.

Ainda neste entendimento, Smith lembra que o transporte industrial é um exemplo claro, uma vez que a distância entre destino e origem é um meio de produção, à distância, é em si mesma o meio de produção da indústria dos transportes, sua matéria prima.

Contudo, cabe aqui uma explicação acerca dos conceitos de espaço absoluto e espaço relativo. A natureza, ou espaço natural, figurava como espaço absoluto que serviu de base para o nascimento e desenvolvimento do capitalismo. Com seu desenvolvimento, o capitalismo tornou-se a forma hegemônica de expansão geográfica, ou seja, de crescimento das sociedades, das cidades e das nações, tornando-se espaço absoluto. O próprio espaço

¹⁷ Tomamos como base a noção para a qual o espaço absoluto é a base física, sua porção material, enquanto o espaço relativo é aquele que deriva de algo. O espaço social é, pois, um espaço relativo. Ambas concepções são variações dos conceitos newtonianos adaptados às ciências humanas, e tratados aqui nessa perspectiva.

natural existe, em estado pleno, enquanto reserva de matéria prima e terra para a lógica do sistema vigente e expansão do espaço absoluto.

Portanto, o capital criou espaços relativos, mas criou tantos a ponto de torná-los meros espaços de reserva, absolutamente dependentes do destino que o capitalismo traça a cada momento. Isso não invalida o fato de ainda existirem em meio ao absolutismo capitalista, ilhas de exclusão, ou espaços de exclusão.

Após a expansão geográfica do capital, que ainda não acabou, surge uma nova fase que consiste na diferenciação dos espaços absolutos do capital já criados:

Os últimos cem anos de desenvolvimento capitalista têm levado a produção do espaço a um nível sem precedentes. Mas ele não se tem realizado pela expansão absoluta num dado espaço, mas através da diferenciação interna do espaço global, isto é, através da produção de espaços absolutos diferenciados dentro do contexto mais amplo do espaço relativo (SMITH, 1988, p. 136).

A contradição conceitual entre espaço absoluto e espaço relativo se instala nas práticas dos centros da economia espacial capitalista. Seria uma retomada da validade relativa do espaço, mas com fins de diferenciação territorial, que importa àqueles que comandam as ações e estratégias e forçam a existência de espaços meramente produtores e consumidores de mercadorias.

Com essa condição de desenvolvimento seletivo dos territórios, fica evidente o que Smith (1988) denomina de *desenvolvimento desigual*, que é marcado pelas questões de centralização e descentralização do capital, a industrialização seletiva do Terceiro Mundo, o consumismo, o declínio regional, a (des)industrialização, o nacionalismo, o (re)desenvolvimento urbano e a gentrificação.

4. DIVISÃO TERRITORIAL DO TRABALHO E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO: USOS E OCUPAÇÕES DAS ORLAS DE ANCHIETA E VILA VELHA

O mundo natural, mediante as trocas de energia entre os seus elementos, conhece um movimento perpétuo, pelo qual sua identidade se renova, enquanto se modificam os seus aspectos (SANTOS, 1996). Estamos tratando aqui apenas do mundo natural pleno, ou em outras palavras, em estado puro. Quando referimo-nos ao natural em estado pleno desconsideramos, por conseguinte, o homem e o seu coletivo. Soma-se a esta perspectiva uma outra, a de *Ortega y Gasset* (1982), que julga ser o próprio homem um estranho no ninho da natureza.

Segundo Kant *apud* Santos, "a criação jamais termina, jamais se completa. Uma vez iniciada, não pára. Está sempre ocupada, produzindo novos objetos, novos cenários, novos Mundos. O trabalho a que preside corresponde ao tempo que sobre ela se estende" (SANTOS, 1996, p. 84). Já para *Witehead* *apud* Santos, "as mudanças de um objeto resultam das suas diversas relações com eventos diversos" e, "sem os objetos, a comparação de um evento com outro seria intrinsecamente impossível" (1996, p.84). A noção de evento é importante para as mudanças naturais; os elementos naturais são os objetos, e os eventos, as mudanças. Sem os objetos onde as mudanças tornam-se perceptíveis através dos eventos, de que valeriam somente os eventos? Ilustrando: de que valeria a seca, caso não houvesse as vegetações, e de que valeriam as variações de marés se não houvesse porções de terra para que pudéssemos avaliar seus efeitos? "A tese supõe, desse modo, a reunião indissociável de objetos e eventos. É o seu processo de interação, num mesmo movimento, que cria e recria o espaço e o tempo" (SANTOS, 1996, p. 84).

Se para *Witehead* importa saber o "papel que, no mundo natural, é representado pela diversificação da natureza" (WITEHEAD *apud* SANTOS, 1996, p. 85), para Milton Santos, a diversificação da natureza em estado puro não é o problema central, mas sim "o papel que no mundo histórico, é representado pela divisão do trabalho" (SANTOS, 1996, p. 85).

Partiu-se dessa sucinta compreensão da diversificação da natureza, para que entre outros aspectos inerentes ao mundo social, seja possível que entendamos o fato de que a natureza, em estado pleno, não mais existir. Ela é hoje socializada, no seio de uma mutante dinâmica humana.

Neste momento, estamos interessados em avaliar o papel da divisão do trabalho na vida dos homens e em que modo essa divisão se reflete em divisão ou produção do território. “Esta movida pela produção, atribui, a cada movimento, um novo conteúdo e uma nova função aos lugares. Assim, o mundo humano se renova e diversifica, isto é, reencontra a sua identidade e a sua unidade enquanto os seus aspectos se tornam outros” (SANTOS, 1996, p. 85).

Para o autor a entrada do homem no processo de diversificação da natureza é um fator novo, uma vez que as coisas passam a ter um valor, e acrescenta-se ao processo de mudança um dado social. Semelhante ao pensamento de *Ortega y Gasset*, Santos infere que:

Num primeiro momento, ainda não dotado de próteses que aumentem seu poder transformador e sua mobilidade, o homem é criador, mas subordinado. Depois, as invenções técnicas vão aumentando o poder de intervenção e a autonomia relativa do homem, ao mesmo tempo em que se vai ampliando a parte da "diversificação da natureza" socialmente construída (SANTOS, 1996, p. 85).

Com isso o autor quer dizer que, se antes a diversificação da natureza era feita em termos naturais plenos e predominantemente em escalas locais, após a consolidação do industrialismo e, posteriormente, da globalização, tal diversificação passa a ser processada mediante forças sociais: “primeiro, o social ficava nos interstícios; hoje é o natural que se aloja ou se refugia nos interstícios do social” (SANTOS, 1996, p. 85).

Com o avanço das técnicas, com as quais o homem vai dispor, essa mudança da natureza enquanto estágio pleno se intensifica. Com a industrialização, as interferências passam a ser maiores, e as técnicas num estágio superior passam a atuar em todas as fases de produção.

A diversificação da natureza é processo e resultado. A divisão internacional do trabalho é processo cujo resultado é a divisão territorial do trabalho. [...] Por um lado, a natureza é um processo repetitivo, enquanto a divisão do trabalho é um processo progressivo (SANTOS, 1996, p. 86).

É a divisão do trabalho e os modos de uso e ocupação social do espaço que nos interessa analisar. É ela, enquanto processo progressivo, que engendra as novas configurações territoriais observadas nos municípios de Vila Velha e Anchieta, no ES. A análise será embasada nos conceitos de produção do espaço, de divisão territorial e divisão internacional do trabalho, para entender o novo panorama urbano da costa capixaba, mais precisamente dos locais que são alvo de mudanças estruturantes através do aporte de recursos financeiros, tornando-se palco de especulações imobiliárias ostensivas e mudanças sociais inevitáveis.

Partimos para uma abordagem da questão da *revolução urbana* que, na acepção de Lefebvre pressupõe:

[...] o conjunto das transformações que a sociedade contemporânea atravessa para passar do período em que predominam as questões de crescimento e de industrialização (modelo, planificação, programação) ao período no qual a problemática urbana prevalecerá decisivamente, em que a busca das soluções e das modalidades próprias à sociedade urbana passará ao primeiro plano (LEFEBVRE, 2004, p. 19).

No entanto, a questão que para Lefebvre se situa não mais no crescimento e na industrialização, mas, sobretudo, nas questões urbanas, parece não ser uma máxima em nossas cidades litorâneas, pois o que se percebe é a predominância das questões de expansão e industrialização como principais produtoras do espaço, agentes de maior influência sobre as novas territorialidades que já se anunciam.

4.1 SOBRE A DIVISÃO DO TRABALHO E A REPARTIÇÃO DOS RECURSOS

A divisão do trabalho também pode ser vista como a forma pela qual os recursos¹ se distribuem pelo espaço, e a forma com que são utilizados pelas forças produtivas. Os recursos constantemente ganham a possibilidade de se transformarem em novos, fruto do conjunto de possibilidades e aparatos técnicos de que o homem dispõe. Por tais características, “nenhum recurso tem, por si mesmo, um valor absoluto, seja ele um estoque de produtos, de população, de emprego ou de inovações, ou uma soma de dinheiro” (SANTOS, 1996, p. 86). A divisão do trabalho também é tratada por Fredric Jameson (2007), na ótica do pós-modernismo, como algo que confere novos elementos constitutivos e nova natureza, dotada de uma flexibilidade e fluidez (ou ainda velocidade e falta de profundidade) que lhe é inerente.

Por meio do citado processo de divisão internacional do trabalho e seu resultado imediato, a divisão territorial do trabalho, “o valor real de cada recurso não deve ser considerado separadamente e sua importância não depende de sua existência separada, mas de sua qualificação geográfica, isto é, da significação conjunta que todos e cada qual obtêm pelo fato

¹ Os recursos do mundo constituem, juntos, uma totalidade. Entendemos, aqui, por recurso, a toda possibilidade, material ou não, de ação oferecida aos homens (indivíduos, empresas, instituições). Recursos são coisas, naturais ou artificiais, relações compulsórias ou espontâneas, idéias, sentimentos, valores. É a partir da distribuição desses dados que os homens vão mudando a si mesmos e ao seu entorno. Graças a essa ação transformadora, sempre presente a cada momento os recursos são outros, isto é, se renovam, criando outra constelação de dados, outra totalidade (p. 86).

de participar de um lugar” (SANTOS, 1996, p. 86). Com isto Santos fornece pistas sobre a formação sócio-espacial, sua principal linha estratégico-metodológica para o entendimento das questões de sua prioritária escala geográfica, que são os países.

Fora dos lugares, produtos, inovações, populações, dinheiro, por mais concretos que pareçam, são abstrações. A definição conjunta e individual de cada qual depende de uma dada localização. Por isso a formação socioespacial e não o modo de produção constitui o instrumento adequado para entender a história e o presente de um país. Cada atividade é uma manifestação do fenômeno social total. E o seu efetivo valor somente é dado pelo lugar em que se manifesta, juntamente com outras atividades (SANTOS, 1996, p. 86).

Então, a divisão das atividades ou dos recursos através do processo de divisão do trabalho, torna-se o movimento pelo qual a natureza social se transforma. Essa transformação não acontece ao acaso, aleatoriamente, ela se dá na escala dos lugares portadores de funções específicas no mercado da divisão do trabalho.

O resultado dessa divisão territorial do trabalho cria uma hierarquia entre os lugares e, segundo a sua distribuição espacial, redefine a capacidade de agir de pessoas, firmas e instituições, mesmo que pertençam ao mesmo conjunto de fatores (como organização sócioespacial, tecnológicos etc.), atuam e desempenham funções hierarquicamente distintas. As instituições multinacionais ilustram esse pensamento.

Esta hierarquia criada pelas divisões territoriais do trabalho que na pós-modernidade, segundo David Harvey (2007), em *Condição Pós-Moderna*, são menos relacionadas às cidades de controle (ou cidades centrais) do que às zonas de centralidade. O autor indica que numa mesma cidade co-existem zonas de centralidade (ou centros de controle mundial), com outras de forte subdesenvolvimento, citando os *Homeless* de Nova Iorque e as favelas sul-americanas. Em *A Produção Capitalista do Espaço*, Harvey (2005) ainda nos indica a natureza destas novas condições de co-existência e seus resultados, ao comentar sobre as novas divisões territoriais do trabalho como efeitos da economia flexível pós-moderna.

4.2 TEMPOS DA DIVISÃO DO TRABALHO

Podemos optar por duas possíveis formas de estudo da divisão do trabalho: a primeira, que a considera numa perspectiva sucessiva ao longo da história, com suas implicações nos lugares, e a

segunda – como Milton Santos utiliza –, que a reconhece em modos sobrepostos num mesmo momento histórico.

A cada momento histórico mudam as divisões do trabalho, que não excluem necessariamente as anteriores, pelo contrário, coexistem em suas temporalidades individuais. O autor considera mais apropriado analisar o fato de que, dentro do todo, em uma dada situação, cada agente promove sua própria divisão do trabalho, e este como a somatória e a síntese dos trabalhos individuais identificados de maneira singular em cada momento da história.

Neste sentido, pode-se inferir que cada divisão do trabalho cria um tempo próprio. No entanto, a percepção deste tempo individual só é possível através do entendimento da dinâmica produtiva de um determinado local por diversos conjuntos de agentes e atores.

É assim que, a partir de cada agente, de cada classe ou grupo social, se estabelecem as temporalidades (interpretações, isto é, formas particulares de utilização daquele tempo geral, "temporalizações práticas" no dizer de J.-P. Sartre) que são a matriz das espacialidades vividas em cada lugar (SANTOS, 1996, p. 89).

Chamamos vulgarmente este tempo da divisão do trabalho de modo de produção. Logo, as formas de produção são a medida geral para a observação dos novos e antigos modos de produção. As temporalidades conduzem e possibilitam o funcionamento da formação sócio-espacial. Assim: “os diversos tempos concorrentes trabalham conjuntamente e todos recobram sua completa significação a partir desse funcionamento e dessa existência conjunta” (SANTOS, 1996, p. 89).

Nas diferentes escalas geográficas coexistem diversos tempos:

- O Tempo Mundo – das empresas multinacionais e das instituições supranacionais.
- O Tempo Regional – das organizações regionais supranacionais, dos mercados comuns regionais, das culturas continentais ou subcontinentais.
- O Tempo dos Estados-Nações – dos Estados nacionais e das grandes firmas nacionais, os únicos que utilizam plenamente o território nacional com suas ações e os seus vetores.
- O Tempo dos Subespaços Nacionais – das regiões e lugares, das empresas médias e pequenas e dos governos provinciais e locais.

Cabe aqui uma divisão dos tempos nas distintas escalas geográficas para se entender mais detidamente a questão da sobreposição do tempo e as temporalidades individuais e coletivas de

seus atores/agentes. Quanto à sobreposição, podemos considerar que todos os lugares existem em relação com um tempo-mundo, regidos pela produção dominante, mesmo reconhecendo que alguns lugares não sofrem pressão imediata desta. No entanto, deve-se discutir algumas definições habituais para esclarecer.

Há, aqui, dois problemas. Pode-se, em primeiro lugar, falar também de tempos supranacionais embora não mundiais tempos continentais? Haveria um "tempo europeu", um "tempo africano" ou "sul-americano", um tempo dos mercados comuns regionais ou sub-regionais? Essa discussão merece ser feita, mas desde logo sabemos que apenas alguns vetores não-globais têm eficácia supranacional. O segundo problema vem do fato de que a palavra lugar é, como outras do vocabulário geográfico, prenhe de ambigüidades, já que a região é, também, um lugar e a própria expressão região serve para designar extensões diferentes. Sabemos a priori que a dimensão geográfica do tempo mais externo é o mundo, mas não sabemos qual a extensão do tempo mais interno. Ainda que um método laboriosamente estabelecido pudesse permitir, a posteriori, reconhecer esse tempo interno menor, tal constatação não seria absoluta (SANTOS, 1996, p. 90).

O que fica é o fato de que existe um tempo-mundo, que é o tempo absoluto e externo, e o tempo mais interno como o do Estado-Nação que ao tempo mundo é interno, mas que aos tempos das outras escalas geográficas hierarquicamente inferiores, torna-se externo.

4.3 RUGOSIDADES DO ESPAÇO E A DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO

A divisão social do trabalho é considerada comumente como a divisão do trabalho vivo, “vista através da localização dos seus diversos elementos, é chamada de divisão territorial do trabalho” (SANTOS, 1996, p. 91), duas formas complementares e interdependentes. Existe uma divisão do trabalho vivo e outra divisão do trabalho morto. O trabalho vivo é a força humana produtiva, e o trabalho morto aparece na forma de meio ambiente construído, e possui papel fundamental na repartição do trabalho vivo. As formas naturais têm importância fundamental na divisão social do trabalho. Santos se utiliza de outros pensadores para expor a questão:

Simmel, assim como Durkheim, havia proposto essa consideração desde fins do século XIX. A noção de prático-inerte introduzida por Sartre é igualmente fundamental. O processo social está sempre deixando heranças que acabam constituindo uma condição para as novas etapas. Uma plantação, um porto, uma estrada, mas também a densidade ou a distribuição da população, participam dessa categoria de prático-inerte, a prática depositada nas coisas, tornada condição para novas práticas (SANTOS, 1996, p. 91).

Em todos os momentos do acontecer social, as formas preexistentes herdadas participam como coisas, prático-inerte. As formas naturais e o ambiente construído incluem-se entre estas formas herdadas.

O que fica na atual paisagem daquilo que preexistiu nem sempre pode ser apreendido pelos sentidos. Por vezes só com rigoroso conhecimento identificamos tais pré-existências como rugosidades. Estas se apresentam como forma isolada ou como arranjo; elas nos trazem os restos da divisão do trabalho anterior, os capitais, as técnicas utilizadas, bem como suas respectivas cargas sociais.

O que acontece é um confronto entre tempo atual e tempo passado, cristalizado e representado pelas citadas rugosidades, constituindo-se numa escravidão das circunstâncias anteriores. A importância do ambiente construído reside no fato de seu coletivo (conjunto) ou individual (isolado) constituir um patrimônio que não se pode deixar de considerar, já que possui um papel importante na localização dos eventos atuais. Desta maneira, o ambiente construído se contrapõe aos dados puramente sociais da divisão do trabalho. Os conjuntos que constituem este patrimônio estão dispostos para servir a lógica atual da divisão do trabalho, ainda que limitados à sua própria estrutura. Sintetizando, a atual repartição territorial do trabalho repousa sobre as divisões territoriais do trabalho anteriores.

Cabe ressaltar que, para Milton Santos, a utilização do conceito de formação sócio-espacial substitui o conceito de produção do espaço, contudo, entre os constructos teóricos existe um ponto de coerência e semelhança fundamental para o entendimento da produção de vida na história da sociedade. Portanto, aqui este entendimento considera os modos de produção e os agentes do grande capital como sendo as maiores forças de produção ou de formação sócio-espacial no mundo.

Se, por um lado, a divisão social do trabalho é constituída pela força produtiva viva e, por outro lado, a divisão territorial do trabalho é tida como a disposição dos modos de produção e seus aparatos técnicos nos territórios, de que modo podemos considerar a produção dos espaços praias? Tal produção segue a mesma lógica? Para tanto, processamos uma aproximação entre os conceitos de Milton Santos, de David Harvey, de Neil Smith e de Henri Lefebvre na discussão da produção dos espaços praias sob a ótica da divisão social e territorial do trabalho, utilizando-os no entendimento das formas de uso e ocupação de trechos do litoral do Espírito Santo.

5. APROXIMANDO A ESCALA E FOCANDO A DISCUSSÃO

Por mais dividido que esteja o trabalho no mundo atual, na maioria dos lugares e, em especial, no ocidente, as regras de funcionamento, diferentes das relações salariais, equiparam-se umas às outras. Isso equivale a dizer que o tempo excedente na maioria dos países e lugares também é “trabalhado” pelo capital de forma semelhante, ou seja, todo mercado de entretenimento e diversão opera no tempo “livre” do indivíduo, embora todos os tempos da vida social na contemporaneidade estejam à venda, e seu consumo se efetive, de alguma forma, por meio da aquisição de bens, serviços ou lugares, sempre ligados ao regime do trabalho e consumo.

As orlas, em geral, e as praias, em particular, são bens de consumo, possuem uma vasta gama de serviços. Como em qualquer outra faixa territorial, para que se possa nelas residir, fixa ou temporariamente, é necessária a aquisição de um bem imóvel. Tanto os diversos prestadores de serviços que atuam em regiões praias quanto o capital imobiliário dispõem de variadas estratégias de *marketing* para estimular o consumo. Tais estratégias são baseadas, sobretudo, em campanhas publicitárias veiculadas em toda sorte de meios comunicacionais. As praias também são vendidas para serem consumidas durante o tempo livre do trabalhador e, para isso, a publicidade do circuito do turismo é bem eficaz, trazendo os que vivem distante para consumi-las por períodos de tempo variáveis.

No entanto, para uma parcela pequena da população, a praia e as orlas, podem ser consumidas diariamente e, nesse segmento de mercado ou nicho como preferem chamar os seus especialistas, o capital imobiliário se sai muito bem. É ele, em parceria com o Estado, que exerce a maior pressão para as formas de produção dos espaços praias em todo o Brasil.

Portanto, o capital imobiliário também opera na divisão territorial e social do trabalho, e o faz de forma peculiar. Para demonstrar como o interesse do capital especulativo imobiliário se volta para determinados territórios em detrimento de outros, serão elencados abaixo os principais fatores de produção dos espaços praias no Brasil e Espírito Santo, agrupados nos quatro tipos mais recorrentes:

- **Crescimento econômico**
- **Crescimento turístico**
- **Especulação imobiliária**
- **Intervenções urbanas públicas**

Crescimento econômico: o capital imobiliário especulativo e construtivo geralmente se interessa pelos períodos de crescimento na economia. Estes períodos invariavelmente carregam consigo “melhorias” ou grandes intervenções urbanas. A bandeira de desenvolvimento, nestes casos, está sempre aliada a algum tipo de investimento, tais como: aporte de recursos vindos de grandes empresas estatais e/ou privadas, que se instalam ou ampliam suas atividades no território, expansão e facilidade dos sistemas de crédito imobiliário, aumento quali/quantitativo do setor terciário (serviços ou turismo), etc.

Neste contexto, o mercado vislumbra a possibilidade de uma elevação na renda dos cidadãos, incrementando, assim, seu poderio de compra. Outro aspecto encontra-se na instalação de novas empresas no território e nos fluxos migratórios que ocupam parte das novas vagas de trabalho.

Este tipo de ocorrência na produção dos espaços praias, comumente é propalado por empresas públicas e privadas de comunicação de massa, como sendo “momentos ou ondas de desenvolvimento”, o que é suficiente para que determinados modelos de uso e ocupação sejam encorajados no território. No estado do Espírito Santo, os municípios de Vitória e Vila Velha, bem como os municípios de Serra e Anchieta, são os mais atingidos por esse processo.

Crescimento turístico: este modo é um importante mote de “desenvolvimento” urbano e possui características muito peculiares, pois pode variar de acordo com a lógica de cada território e do público consumidor prospectado. É produzido de acordo com necessidades e tendências para um consumidor que reside, na maioria dos casos, em locais diferentes de onde as estruturas turísticas se encontram. Tomando as orlas como exemplo, podemos ilustrar a questão da seguinte forma: naquelas onde predominam *resorts*, a produção do espaço praias acontece distintamente daquelas onde se vê a composição turística clássica em que co-existem casas de veraneio, equipamentos de hospedagem de médio e pequeno porte e uma rede de serviços mista. No Brasil, muitos são os exemplos paradigmáticos de produção espacial por meio do turismo em estados litorâneos, onde o “desenvolvimento” se deu através da atividade turística. No estado do Espírito Santo, o distrito de Pontal do Ipiranga, no município de Linhares, é um exemplo clássico de território que abriga predominantemente casas de veraneio. Já Guarapari, ao sul, possui uma composição mista de residências (fixas ou de veraneio), rede hoteleira e prestadores de serviços turísticos.

Especulação imobiliária: o capital opera por meio da especulação, independentemente de vir acompanhado de desenvolvimento econômico. A Região Metropolitana da Grande Vitória e as cidades limítrofes servem de exemplo desse processo. Mesmo com inúmeras incertezas quanto ao crescimento provocado pelos investimentos públicos ou privados, o que se vê é uma enorme antecipação do mercado de construção civil, o qual opera por especulação, transformando os territórios em verdadeiros canteiros de obras, utilizando-se de instrumentos de marketing e propaganda para criar, no meio social, uma “necessidade urgente” de aquisição de imóveis residenciais e comerciais como forma de garantir espaço privilegiado na cidade, e/ou garantir investimentos e retorno financeiro.



Figura 9 – Orla da Praia de Castelhanos, Anchieta, ES.
Fonte: Ramos, (2008).

Intervenções urbanas públicas: geralmente operada pelo Estado, que tem o intuito de aguçar o interesse do capital privado em ocupar o território. Tomando-se as orlas novamente como exemplo, constata-se que esses processos ocorrem em praias urbanas de cidades consolidadas. O caso da praia de Camburi, em Vitória, é exemplar, e atualmente vem sofrendo intervenções em quase toda sua extensão. O atual processo de “reurbanização”, sob o discurso de melhoria na qualidade de vida, garante uma grande valorização dos imóveis existentes, e vem provocando uma corrida por parte do capital imobiliário em novas frentes de expansão.

Além da praia de Camburi em Vitória, outras praias também passam por intervenções em suas orlas, tais como as de Coqueiral de Itaparica, em Vila Velha, e de Jacaraípe, Bicanga e Manguinhos, na Serra. Estas intervenções, em todos os casos, contemplam a retirada de quiosques em desconformidade com a legislação federal, a reforma e construção dos conhecidos calçadões, construção de ciclovias, espaços de convivência, lazer e esportes, implantação de jardins, instalação de proteção para os remanescentes de vegetação nativa, entre outras estruturas urbanas.

Sinalizamos que, ao relacionarmos a questão da divisão social e territorial do trabalho com a produção dos espaços praias, sugerimos que a lógica de uso e ocupação das orlas seja entendida no seio de uma dinâmica maior, ou seja, da dinâmica socioeconômica em escala mundial em seus rebatimentos e interferências nas escalas locais.

Por isso, não é descabido organizar os meios de produção das orlas nos quatro tipos acima relacionados, que certamente são verificáveis e comumente reproduzidos.

Sobre a previsibilidade ou a clarividência dos fenômenos sociais, como Milton Santos costumava dizer, podemos observar que:

A vida assim realizada por meio dessas técnicas é, pois, cada vez menos subordinada ao aleatório e cada vez mais exige dos homens comportamentos previsíveis. Essa previsibilidade de comportamento assegura, de alguma maneira, uma visão mais racional do mundo e também dos lugares e conduz a uma organização sociotécnica do trabalho, do território e do fenômeno do poder (SANTOS, 2000, p. 63).

De certo, essa mesma organização sociotécnica do trabalho, do território e do fenômeno do poder, entendida como diretriz imposta pelo capital, sendo previsível, é também passiva de críticas como as de David Harvey, já comentadas em capítulo anterior.

5.1 AS “NOVAS” FORMAS DE USO E OCUPAÇÃO DO LITORAL DO ESPÍRITO SANTO.

Na perspectiva que até aqui traçamos, foram utilizadas conceituações de diversos autores, como Milton Santos e David Harvey, que tratam do conceito de produção do espaço na escala local e nacional. Nossa escala de análise é um fragmento do local que, por sua característica

geomorfológica (faixa litorânea) e de uso e ocupação (modos territorialização), torna-se eficiente como objeto de estudo.

Analisaremos aqui Anchieta e Vila Velha, municípios litorâneos do Espírito Santo, pelo prisma de suas rugosidades e dos efeitos que advêm a partir destas (tais como os atos de consumo, os processos de reificação e a pressão do capital sobre a produção dos espaços). Estamos falando de duas formas de rugosidade: a que se apresenta como patrimônio imaterial, constituída por meio dos modos de vida e socialização, e aquela que se apresenta como patrimônio material, composta pelo ambiente construído por estas mesmas sociedades.

Esse enfoque pressupôs duas questões de partida:

1. De que forma analisar as mudanças impostas pela divisão internacional do trabalho e a divisão territorial do trabalho num determinado local (município de Anchieta), e que se apresenta como a questão territorial mais atual?
2. Existe respeito por parte do Estado bem como das cadeias produtivas locais (sobretudo relacionadas às indústrias mineradora e petrolífera) com relação às rugosidades locais?

No caso de Anchieta, nos interessa avaliar de que forma o capital imobiliário especulativo assimila a vinda de diversos tipos de investimentos (tal como o Pólo Industrial e de Serviços previsto para aquele município), transformando-os em insumos na produção dos espaços praias. Interessa-nos, também, avaliar o papel e a interferência do poder público nesses investimentos, reconhecendo-os como base econômica principal para sustentação do território e, também, como causadores de um efeito cascata que provocam outros segmentos de mercado relacionados ao mercado imobiliário e ao turismo.

Na cidade de Vila Velha, interessa-nos analisar a produção dos espaços praias como importante fruto do período de “desenvolvimento” econômico da região metropolitana, que implicou num aumento do número de habitantes, na chegada de novas empresas e no incremento de oferta para trabalho, em facilidades no crédito imobiliário, na valorização do preço da terra, entre outros fatores. Desde então, tal processo vem estimulando um grande adensamento da orla de Vila Velha para implantação de empreendimentos imobiliários.

Nos apêndices deste trabalho tecemos mosaicos dos dois municípios elencados para análise levando em consideração as formas majoritárias de uso e ocupação de suas orlas, optando pela classificação em cinco modelos/áreas de produção do espaço; área de ocupação consolidada

(uso misto²), área de ocupação consolidada (uso industrial³), área em processo de ocupação, área militar e unidade de conservação. Na construção dos mosaicos foram definidos trechos de 300 metros de largura contados a partir do contato terra-mar, independente das feições geomorfológicas existentes. Sendo assim, estendemos os limites propostos de 50 metros para áreas urbanizadas e 200 metros para áreas não urbanizadas ou em processo de ocupação definidos pelo projeto ORLA do governo federal brasileiro. A extensão dos limites territoriais se deu por motivos de agrupamento e entendimento das dinâmicas de uso e ocupação do espaço costeiro considerado, não havendo alusão com nenhuma escala de planejamento e gestão dos territórios.

5.2 ANCHIETA E AS NOVAS TENDÊNCIAS DE OCUPAÇÃO DO LITORAL

O município de Anchieta se localiza na faixa litorânea sul do Espírito Santo, a 71 quilômetros da capital, e possui uma área territorial de aproximadamente 420 km². Faz divisa com Guarapari, ao norte, Piúma, ao sul, Iconha e Alfredo Chaves, à oeste. Sua atual divisão político-administrativa é representada pelos distritos de Anchieta (sede), Jabaquara, Iriri e Alto Pongal. Sua população é de 19.459 habitantes (IBGE 2007). Sua estrutura social é formada por pescadores, agricultores e pequenos proprietários de uma rede reduzida de estabelecimentos comerciais e de serviços e por um contingente de jovens com baixos índices de escolaridade e poucas oportunidades de inserção qualificada no próprio local. As figuras 11, 12 e 13 ilustram a área edificada do município e a contrasta com o zoneamento construído pelo Plano Diretor Municipal de Anchieta, Lei Complementar 13 de 2006.

² Uso misto – orlas que atendem a funções variadas, sendo observadas a existência de residências, rede variada de comércio e prestadores de serviço públicos e privados.

³ Uso industrial – orlas que atendem a funções majoritariamente industriais e/ou portuárias, abrigando indústrias ou complexos industriais de diversos segmentos, como é o caso de Anchieta, ES.



Figura 10: Mapa Base de Anchieta, ES.
Fonte: Lira (2009).



Figura 11: Disposição das edificações em Anchieta, ES.
Fonte: Carvalho, (2009).

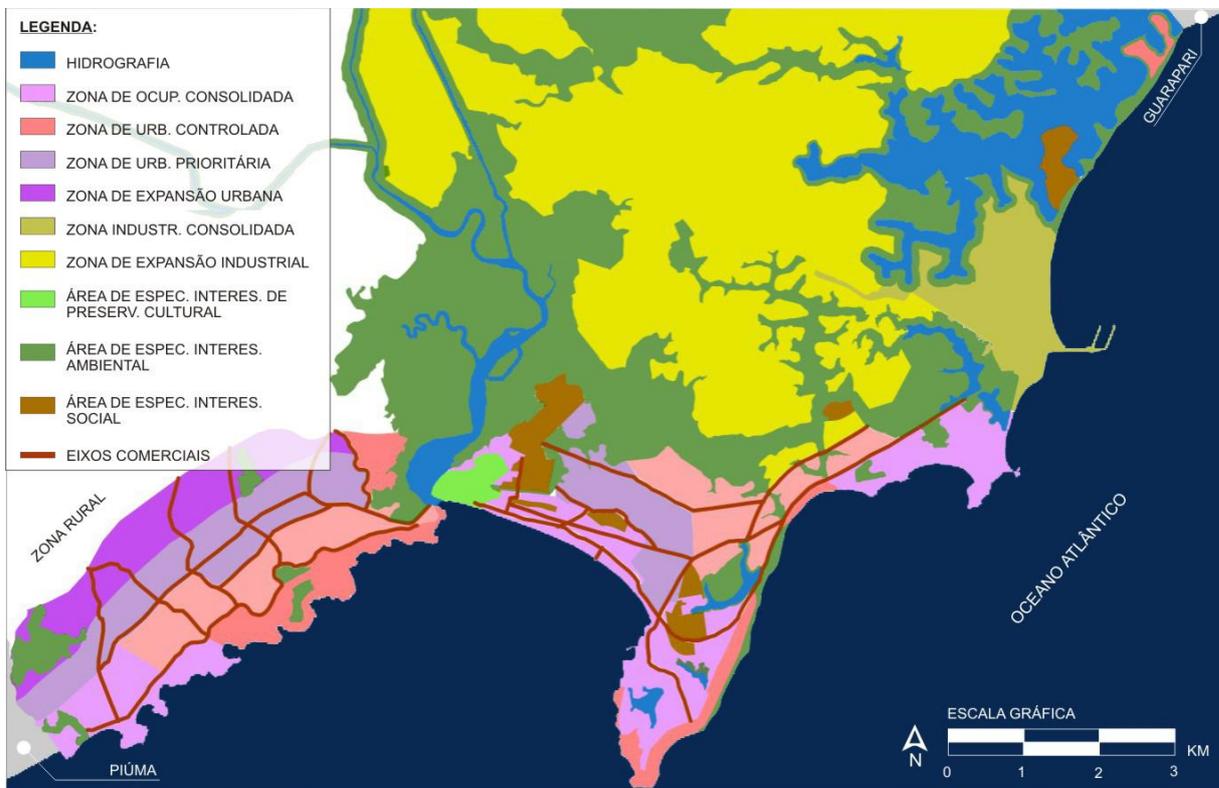


Figura 12: Zoneamento Plano Diretor Municipal de Anchieta, ES.
Fonte: Carvalho, (2009).

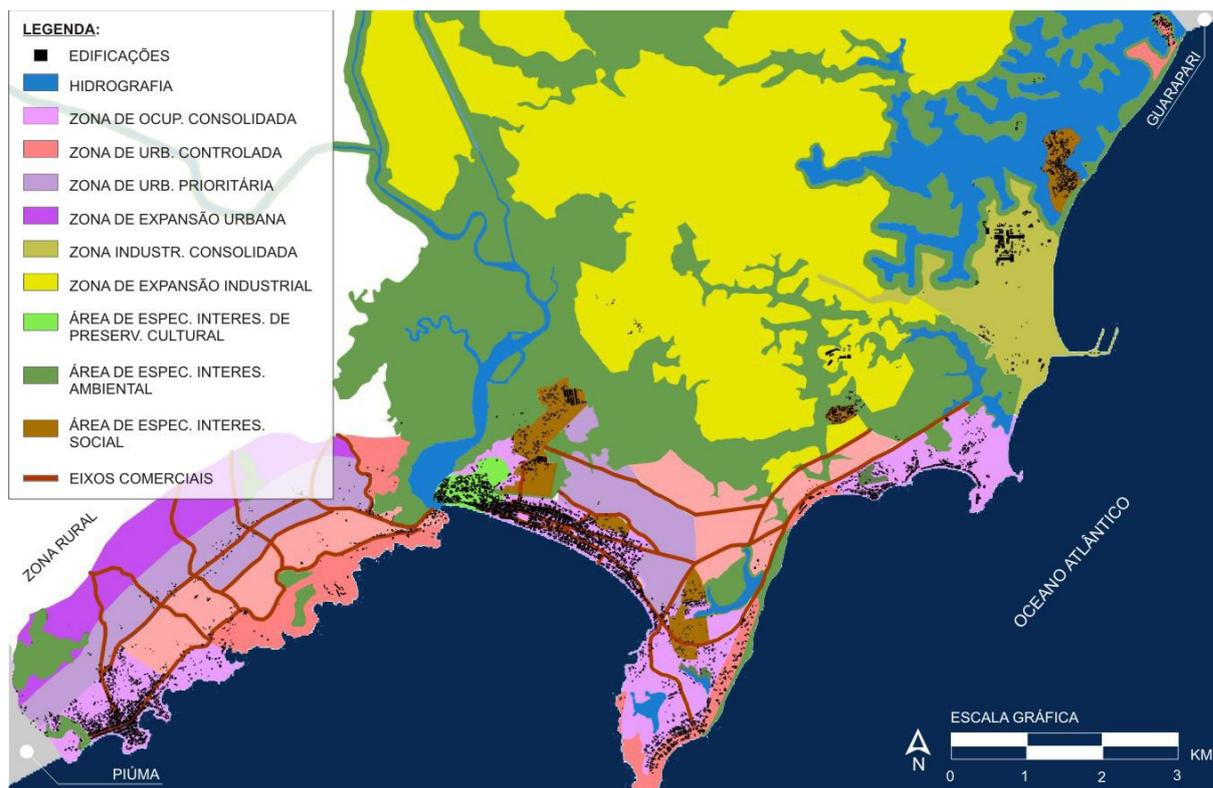


Figura 13: Áreas edificadas e zoneamento do Plano Diretor Municipal de Anchieta, ES.
Fonte: Carvalho, (2009).

Tabela 1 – Nível de instrução da população de Anchieta, ES

| Pessoas residentes - municípios vigentes em 2001 | Habitantes |
|---|-------------------|
| 10 anos ou mais de idade - sem instrução e menos de 1 ano de estudo | 1326 |
| 10 anos ou mais de idade - 1 a 3 anos de estudo | 2947 |
| 10 anos ou mais de idade - 4 a 7 anos de estudo | 6640 |
| 10 anos ou mais de idade - 8 a 10 anos de estudo | 2390 |
| 10 anos ou mais de idade - 11 a 14 anos de estudo | 2110 |
| 10 anos ou mais de idade - 15 anos ou mais de estudo | 386 |

Fonte: IBGE (2007).

Dados: Adaptados pelo autor.

Os dados apresentados⁴ (Tabela 1) demonstram que a maioria da população de Anchieta está na faixa de escolaridade que oscila entre 04 e 07 anos de estudo. Se considerarmos o tempo necessário para conclusão do ensino fundamental, que é de 08 anos, podemos inferir que, com exceção das pessoas que por ventura ainda estejam estudando e possam alterar estes dados, o índice de escolaridade da população encontra-se abaixo do ideal. Os dados a seguir demonstram a composição de faixa etária de Anchieta.

⁴ Os dados apresentados nas Tabelas são referentes ao último Censo realizado no município em 2001, pelo IBGE. Desta forma, os somatórios dos dados apresentados nas tabelas serão sempre inferiores a última contagem de população em 2007 que é de 19.459, enquanto que em 2001 esse número era de 19.217 habitantes.

Tabela 2 – Composição de faixa etária, Anchieta, ES

| Pessoas Residentes - municípios vigentes em 2001 | Habitantes |
|---|-------------------|
| 0 a 3 anos | 1.245 |
| 4 anos | 401 |
| 5 e 6 anos | 675 |
| 7 a 9 anos | 1.088 |
| 10 a 14 anos | 2.081 |
| 15 a 17 anos | 1.382 |
| 18 a 19 anos | 737 |
| 20 a 24 anos | 1.836 |
| 25 a 29 anos | 1.608 |
| 30 a 39 anos | 2.820 |
| 40 a 49 anos | 2.311 |
| 50 a 59 anos | 1.407 |
| 60 a 64 anos | 462 |
| 65 a 69 anos | 457 |
| 70 a 74 anos | 387 |
| 75 a 79 anos | 113 |
| 80 anos e mais | 207 |
| Total | 19.217 |

Fonte: IBGE (2007).

Dados: Adaptados pelo autor

A maior concentração demográfica municipal corresponde aos indivíduos que se encontram em idade produtiva, entre 18 e 59 anos, representando 55,78% da população total de Anchieta. Desse modo, os índices básicos de escolaridade, bem como a educação profissionalizante, não atingem números satisfatórios. O público beneficiado pelos possíveis empregos dificilmente será composto pela população de Anchieta. Este quadro não é novidade no Brasil, bem como os problemas decorrentes, tais como inchaço populacional, elevados índices de desemprego, aumento de atividades informais e de índices de criminalidade, de consumo de drogas, de alcoolismo e prostituição.

Por outro lado, se pensarmos nas estruturas arquitetônicas e urbanísticas existentes, que não se assemelham àquelas necessárias para o suporte dos investimentos previstos, resta-nos supor que as rugosidades do espaço serão dizimadas ou se converterão em ruínas, ou ainda em formas de apelo meramente turístico. Neste formato de alisamento do território promovido pelo capital e denunciado por Deleuze e Guattari, as rugosidades, de que nos fala Milton Santos, das produções do espaço anteriores, são desconsideradas, ou então, como enfaticamente aponta Guy Debord, são transformadas em imagens do espetáculo no seio de uma atividade (o turismo enquanto segmento econômico), que transforma os territórios em mercadorias estratégicas do capitalismo tardio.



Figura 14 – Terceira usina de pelotização da mineradora Samarco, Anchieta, ES
Fonte: Samarco (2009).

Em termos de rugosidades, não nos referimos somente aos investimentos em parques industriais e estruturas fabris. Pautamo-nos em todas formas de estruturas arquitetônicas e urbanas necessárias à vida cotidiana dos habitantes, antes ou depois da instalação deste ou de qualquer outro pólo industrial. Essas novas implantações pressupõem uma série de efeitos colaterais que agem sobre todo o contingente populacional, tais como instalação/construção de grande número de assentamentos (de luxo, de classe média e populares), incremento na estrutura para novos serviços, ampliação dos sistemas infraestruturais (sistemas viário, de esgotamento sanitário, de educação, saúde, lazer entre outros), serviços complementares às necessidades sociais, etc.

Esse conjunto de investimentos para a conseqüente produção do espaço urbano deve vir acompanhado de um excelente sistema de gestão e de participação pública, de modo a garantir o devido controle social e o desejável desenvolvimento urbano.

Recentemente, em novembro de 2008, a organização do terceiro setor Espírito Santo em Ação foi contratada pelo Governo do Estado através de Termo de Referência para realizar um estudo de Avaliação Ambiental Estratégica – AAE, objetivando analisar a viabilidade de implantação de uma indústria mineradora multinacional na região de Anchieta.

A locação da mineradora faria parte do Pólo Industrial e de Serviços de Anchieta. Segundo o decreto estadual que o institui, esse pólo compreende um conjunto de empreendimentos relacionados aos setores minero-siderúrgico e de petróleo e gás, além de suas estruturas logísticas (rodoviária, ferroviária e portuária), integrando a área formada pelo polígono

descrito no Art. 1º do Decreto Estadual n º 1.247-S, de 10 de julho de 2007. Esse projeto é parte dos 93 projetos com previsão de instalação no referido Pólo Industrial e de Serviços de Anchieta.

Embora o estudo de Avaliação Ambiental Estratégica não seja um documento oficial, e seus resultados não estejam obrigatoriamente relacionados à concessão de Licença Prévia e Licença de Instalação, sua realização e conclusão servem como documento técnico para consulta por parte do poder público. E no caso de Anchieta, foi exatamente isto que aconteceu. O poder público utilizou-se daquele estudo para embasar sua decisão em vetar o projeto de instalação da indústria mineradora, parceria entre as empresas Vale e Baoosteel. O Governo do Estado vem sugeriu que essas empresas se instalassem em outros locais do extremo litoral sul do estado, tais como Presidente Kennedy e Itapemirim, sem sucesso.

Na decisão do veto, pesaram os impactos ambientais decorrentes da ampliação da mineradora Samarco, da implantação do porto de águas profundas, e da vinda da mineradora Baoosteel. Foram 20 os temas estudados e avaliados no estudo de Avaliação Ambiental Estratégica do Pólo Industrial e de Serviços de Anchieta:

1. Rede Cidades
2. Dinâmica Populacional
3. Dinâmica Econômica
4. Turismo
5. Estrutura Ocupacional
6. Governança Pública
7. Finanças
8. Educação
9. Saúde
10. Segurança
11. Caracterização Urbana
12. Patrimônio Cultural, Arquitetônico, Arqueológico e Comunidades Tradicionais
13. Infra-Estrutura Viária
14. Saneamento Ambiental
15. Ecossistema Terrestre
16. Recursos Hídricos
17. Recursos Atmosféricos
18. Ruídos
19. Geologia
20. Instrumentos Legais e Regulatórios.

Os resultados obtidos por meio do estudo de Avaliação Ambiental Estratégica destacam os fatores considerados críticos para a implantação dos empreendimentos. Foram indicadas uma série de medidas mitigadoras e de políticas públicas estruturantes. Todos os resultados obtidos

espelham a visão das empresas consultoras CEPEMAR e o Instituto Futura, que consideraram, também, os primeiros diálogos junto à comunidade de Anchieta e ao poder público municipal e estadual.

Cumprе lembrar que a Avaliação Ambiental Estratégica é um instrumento norteador para o planejamento de políticas públicas, ou seja, atua fornecendo subsídios para a criação de planos de ações dos agentes e atores envolvidos, assim como as decisões sobre a manutenção ou modificação de projetos pretendidos frente às potencialidades e vulnerabilidades socioambientais e econômicas na área em questão. Neste sentido, a Avaliação Ambiental Estratégica constitui-se em um documento base para o planejamento estratégico da gestão pública, diferindo-se dos documentos oficiais de gestão ambiental, tais como o Estudo de Impacto Ambiental – EIA e o Relatório de Impactos no Meio Ambiente – RIMA, antecedendo a estes quando decidida sua utilização. Tanto o Estudo de Impacto Ambiental quanto o Relatório de Impactos no Meio Ambiente tratam de examinar empreendimentos e/ou atividades de forma individualizada, diferentemente da Avaliação Ambiental Estratégica, que trata de examinar um conjunto de empreendimentos e/ou atividades.

De qualquer modo a análise preliminar dos fatores considerados críticos pela Avaliação Ambiental Estratégica, relativos a diversos temas estruturantes, especialmente os ligados aos Recursos Hídricos e Atmosféricos, forneceram subsídios para o veto aos empreendedores da mineradora multinacional. Assim, a recusa centrou-se nas limitações da capacidade de suporte ambiental na área pretendida. É importante ressaltar que, no período da especulação sobre a instalação da mineradora em questão, houve um forte coro social manifestando-se contrariamente ao investimento prospectado. Movimentos ambientalistas e sociais, bem como membros de comunidades locais e da própria sociedade civil da região metropolitana, compunham este quadro contrário a instalação do empreendimento.

5.2.1 Quem opera a produção do espaço local? Quais instituições respondem pela avaliação ambiental estratégica?

O Governo do Estado do Espírito Santo, através de Termo de Referência, contratou a Organização do Terceiro Setor Espírito Santo em Ação para realização do estudo de Avaliação Ambiental Estratégica. No entanto, chama atenção a visibilidade do movimento

empresarial Espírito Santo em Ação no estado desde sua fundação. Neste sentido, interessou-nos saber quem são os representantes e sócios da entidade, por admitirmos as imbricações políticas e econômicas que um projeto estruturante como o Pólo Industrial e de Serviços pode conter. É coerente entendermos quem responde por tal estudo e qual o seu possível interesse em realizá-lo.

As empresas que mantêm o movimento empresarial Espírito Santo em Ação, por meio do pagamento de mensalidades e outras formas de cooperação, representam os maiores grupos empresariais do Espírito Santo, sendo alguns de grande influência nacional e até mundial, tais como:

- Grupo Água Branca (transportes);
- Aracruz Celulose (celulose/papel);
- Arcelor Mittal (siderurgia);
- Cepemar (consultoria e pesquisa);
- Cotia (alimentícia, importação/exportação, venda e financiamento de veículos, gestão portuária);
- Elkem (representações industriais);
- Escelsa (energia elétrica);
- Faesa (ensino/educação);
- Fucape (ensino/educação);
- Fibrosa (produtos plásticos);
- Futura (consultoria/pesquisa);
- Chocolates Garoto (alimentícia);
- Ambitec (assessoria ambiental);
- Grupo Coimex (importação/exportação e negócios diversos);
- Grupo Dadalto (negócios diversos);
- Itapemirim (transportes);
- Oderbrecht (construtora/engenharia);
- Oi Telefonia (telefonia);
- Rede Gazeta (comunicação/imprensa);
- Rio de Janeiro Refrescos (alimentícia/bebidas);
- Coca Cola (alimentícia/bebidas);
- Samarco (mineradora);
- Grupo Tristão (negócios diversos);
- Rede Vitória de Televisão (comunicação/imprensa);
- TV Capixaba (comunicação/imprensa);
- Vale (mineradora).

As atividades desenvolvidas por esses grupos empresariais estão ligadas direta ou indiretamente à execução, ocupação e gestão do Pólo Industrial de Anchieta. O Estado do Espírito Santo historicamente é dominado por poucos grupos empresariais, que diversificam seus ramos de atuação de acordo com a oportunidade, o que parece ter ocorrido nesse caso.

O próprio estatuto da organização Espírito Santo em Ação demonstra seus objetivos, entre eles está o que prevê a atuação da organização como catalisadora de idéias, organizadora de debates e condutora de projetos e ações públicas que visem o desenvolvimento sustentável do Estado. O artigo 3º, § XI do estatuto desse agrupamento do terceiro setor reza como finalidade do movimento empresarial Espírito Santo em Ação: “Incentivar e adotar ações concretas no sentido de permitir a continuidade de projetos públicos, eventualmente não priorizados em função das alternâncias governamentais” (ESPÍRITO SANTO EM AÇÃO, 2005).

Assim, a possibilidade de instalação desse pólo atua como uma “nova” diretriz de produção do espaço, ou, nos termos de Milton Santos, como regente do tempo local por meio do tempo Mundo. A lógica imperativa do capital é a única a determinar o curso da história do presente em Anchieta, a qual, para HARVEY (2005), desconsidera as características nacionais, regionais e locais dos países que se oferecem para o aporte deste tipo de investimento. Assim, a *divisão internacional do trabalho* permanece criando sua conseqüência, a *divisão territorial do trabalho*.

Interessante observar como uma entidade do porte e finalidade do movimento empresarial Espírito Santo em Ação atua na política estratégica do Estado. Se tomarmos como referência as atitudes desencadeadas pelas principais empresas mantenedoras desta entidade, no campo da responsabilidade socioambiental para com os territórios onde elas estão alocadas, seria quase impossível dar credibilidade à postura adotada.

Será que o movimento empresarial Espírito Santo em Ação e seus mantenedores estão realmente preocupados com as questões atmosféricas e hídricas, tornando-as impeditivas para a instalação da mineradora chinesa/brasileira?

É um fato plausível aceitar que a instalação do Pólo, bem como o conseqüente fluxo migratório que este deve pressupor e a imediata pressão socioeconômica e ambiental, resultantes de sua instalação, foram temporariamente adiados. É importante lembrar que, provavelmente, o uso e a ocupação de toda faixa costeira do território de Anchieta redundaria o modelo já observado em cenários consolidados em Guarapari a Piúma. Isso quer dizer, ocupados preferencialmente por residências e equipamentos prestadores de serviços turísticos.

Mas qual o real interesse do poder (público e privado) em frear o processo de implantação desses empreendimentos? Como o momento de “crise” econômica mundial vem interferindo

no processo de produção do espaço em Anchieta? Seria exagero considerar que os principais veículos de comunicação do estado, pelo fato de fazerem parte da entidade Espírito Santo em Ação, constroem informação e opinião pública acerca das decisões tomadas pelo poder público?

5.2.2 Rebatimentos da economia global sobre a produção do espaço local

A especulação sobre a instalação da mineradora Baosteel de capital chinês e brasileiro criou uma série de tensões no município. Pode-se dizer que foi criada uma atmosfera muito propícia para diversos tipos de especulações, sobretudo no campo do mercado imobiliário. Durante as visitas realizadas para este trabalho ao município de Anchieta⁵, constatou-se que esse mercado fez um enorme alarde sobre a valorização do solo. Segundo corretores locais, os terrenos de Anchieta e imediações começaram a encarecer logo após a notícia da possibilidade de instalação de algumas atividades e equipamentos no Pólo Industrial e de Serviços de Anchieta. Diversos terrenos tiveram uma valorização de aproximadamente 500%. Além desse aumento no preço, houve uma rápida corrida para aprovação de loteamentos, condomínios fechados, entre outros empreendimentos, que confirmaram a orla (sobretudo nos setores ainda não ocupados) como local preferencial para os novos empreendimentos.

Um exemplo do processo de produção do espaço, levado a cabo pelas incorporadoras e construtoras, foi a criação de uma série de condomínios fechados. Muitos desses empreendimentos implantados sem muitas dificuldades, em grandes áreas próximas ao centro de Anchieta e ocupando áreas públicas ou de interesse ambiental.

Na praia conhecida como Praia das Freiras, a empresa Tadeu Schenneider empreendimentos imobiliários planeja construir um condomínio fechado que, entre outras características,

⁵ Pesquisa de campo realizada entre os anos de 2008 e 2009. No período mencionado houve diversas visitas aos locais pesquisados (Anchieta e Vila Velha) com intuito de vivenciar as dinâmicas territoriais locais, com foco objetivado. A diferença da vivência, construída pelos laços relacionais com os dois lugares, deram lugar a visita com foco objetivado, que tem por característica a busca por determinadas questões específicas do território, com base em atores e instituições pré-definidos de acordo com o recorte escolhido. Cabe ressaltar, que houve em todo período de pesquisa de campo, uma parceria entre pesquisadores com a base escalar comum (território de Anchieta), porém com objetivos distintos. A parceria auxiliou no desvelar de questões gerais sobre Anchieta, que de uma forma ou de outra perpassavam as questões específicas de cada pesquisador. Tivemos a colaboração próxima de Andréia Acurtiss Alvarenga, que no mesmo período produzia conhecimento sobre a identidade no território de Anchieta (PPGAU-UFES).

“possui” uma área de mar privativa (devidamente marcada por bóias) para os condôminos, com acesso exclusivo e restrito.



Figura 15 – Imagem do Condomínio *Gran View Residence*, Anchieta, ES
Fonte: Tadeu Scheneider Empreendimentos Imobiliários, (2008).

Outro condomínio fechado em fase de comercialização de sua primeira etapa é o Moorea Tennis & Beach, comercializado pela empresa D&C Imóveis. Segundo informações obtidas através de um corretor da própria empresa, o local foi comprado por um empresário norte americano e o público-alvo do empreendimento são os novos funcionários das empresas ligadas ao Pólo Industrial e de Serviços de Anchieta, além dos turistas que freqüentam as praias do município.

Neste condomínio, o acesso à praia é privativo e exclusivo dos moradores, sendo somente permitida a entrada de pessoas “estranhas” por via marítima e com embarcações próprias. Fomos informados que o condomínio será equipado com marina para os barcos dos moradores e quiosques em ambas as praias demarcadas pelo empreendimento, a Praia do Sapê e a do Tombo.



Figura 16 – Praia do Tombo, Condomínio Moorea Tennis & Beach, Anchieta, ES
Fonte: Ramos; Alvarenga, (2008).



Figura 17 – Maquete do Moorea Tennis & Beach, Anchieta, ES
Fonte: Ramos; Alvarenga, (2008).

Esses dois exemplos de produção dos espaços praias de Anchieta não são únicos. Existem vários outros empreendimentos como esses, alguns estão prontos, outros já em fase de comercialização e outros ainda aguardando aprovação no poder público municipal.

No artigo 10 da Constituição Federal de 1988, observamos o direito ao acesso livre, amplo e irrestrito às praias marítimas que, na referida lei, são definidas como bens públicos da União por força do artigo 20, inciso IV. A lei determina ainda a proibição de modelo de urbanização ou qualquer que seja o uso do solo costeiro que impeça ou dificulte esse livre acesso que pode ser feito em qualquer direção e sentido, e esse mesmo direito se estende ao uso do mar.

Existem diversas discussões jurídicas sobre o assunto da privatização da orla. Poder público, iniciativa privada e sociedade civil, sempre que necessário discutem-no em tribunais, e decisões distintas são observadas nas comarcas dos municípios litorâneos. Um exemplo que ilustra esta paradoxal situação é o fato da Gerência de Recursos de Patrimônio da União – GRPU, órgão responsável pelos terrenos de marinha e seus acrescidos, direcionar seu trabalho no litoral do Espírito Santo para retirada dos quiosques das orlas. Este fato é curioso, uma vez que os mesmos estão, ainda que irregulares, contidos nos 33 metros de terreno de marinha, assim como muitos dos mais altos e caros empreendimentos imobiliários existentes no litoral.

Em outros municípios, como Linhares, Serra, Vitória e Vila Velha essa questão da retirada dos quiosques das praias vem causando inúmeras discussões em prol e contra a retirada dessas instalações. A atuação da Gerência de Patrimônio da União ainda não alcançou a cidade de Anchieta, mas o município está na rota do órgão que já aponta as praias de Castelhanos e de Iriri como as mais conflitantes com a legislação federal.

No entanto, em outra esfera mais privilegiada, condomínios fechados e empreendimentos residenciais de toda ordem e grandeza, são aprovados por órgãos ambientais para então serem tornados privativos. A produção dos espaços praias em Anchieta acontece por duas vias: a via principal, capitaneada pelos volumosos investimentos públicos e privados, e a segunda, comandada pelas empresas de capital imobiliário, que produzem o espaço local da forma que bem entendem.

Outro ponto importante que marca tristemente a análise sobre Anchieta, diz respeito ao Plano Diretor Municipal, Lei Complementar número 13 de 2006. O referido instrumento fornece

informações de difícil interpretação, por possuir uma redação confusa, uma formatação desregrada e por seus mapas e anexos não serem objetivos e claros.⁶

É importante salientar que a análise processada sobre os espaços praias de Anchieta não fica comprometida pela não utilização do Plano Diretor Municipal local, uma vez que se mostrou evidente que o motor e produção do espaço local, nas esferas políticas, legais e operativas, não é o dispositivo legal criado pela esfera municipal⁷. Em seu lugar aparecem os planos estratégicos, os estudos de viabilidade econômica, técnica, sócio-ambiental e política, dos mega-investimentos em mineração, logística e petroquímica. Ao serem levados a cabo, esses investimentos por parte da esfera estadual e federal, prescindem da lógica municipal, orquestrando as decisões e os rumos do território em uma plataforma superior. Já o município toma ciência dos prognósticos quando esses já estão confirmados, tendo, portanto, pouco ou nada a fazer, a não ser alinhar seu discurso aos discursos proferidos pelos dirigentes superiores e, assim, tentar manter a compostura diante do inevitável.

Fica claro que a principal via de produção do espaço em Anchieta está diretamente ligada aos investimentos previstos no Pólo Industrial e de Serviços e na indústria petroquímica que, juntos, despertam movimentos de especulação de todos os tipos. A vinda desse pólo produz uma segunda via de produção do espaço que encontra condições ideais para implementação de modelos de ocupação residencial e turística da orla, desencadeando um processo de transformação radical da configuração urbana de Anchieta.

⁶ Trata-se de assunto de interesse desta pesquisa utilizar seu conteúdo e seus elementos iconográficos (PDM), no entanto, pela dificuldade no manuseio do material e pelo risco de uma má interpretação do dispositivo legal, optamos por não fazer uso deste referencial bibliográfico jurídico. Mais à frente, quando a pesquisa estiver direcionada ao território de Vila Velha, o instrumento será útil para compreendermos as diretrizes legais que norteiam, ao menos no plano das possibilidades, o uso e ocupação dos espaços praias daquele município. Por hora, deixamos esta nota de constatação e justificativa sobre a não utilização do Plano Diretor Municipal de Anchieta.

⁷ Durante nossas inúmeras imersões no território, ficou constatado, ainda que não oficialmente, e repleto de temores por parte daqueles que nos concediam momentos de conversa, que a gestão pública municipal, mal sabia das intenções estaduais e federais para o território de Anchieta, e quando chegava o momento de tomar conhecimento das propostas, essas não tinham mais o caráter de proposta, e sim de condição, de fato.

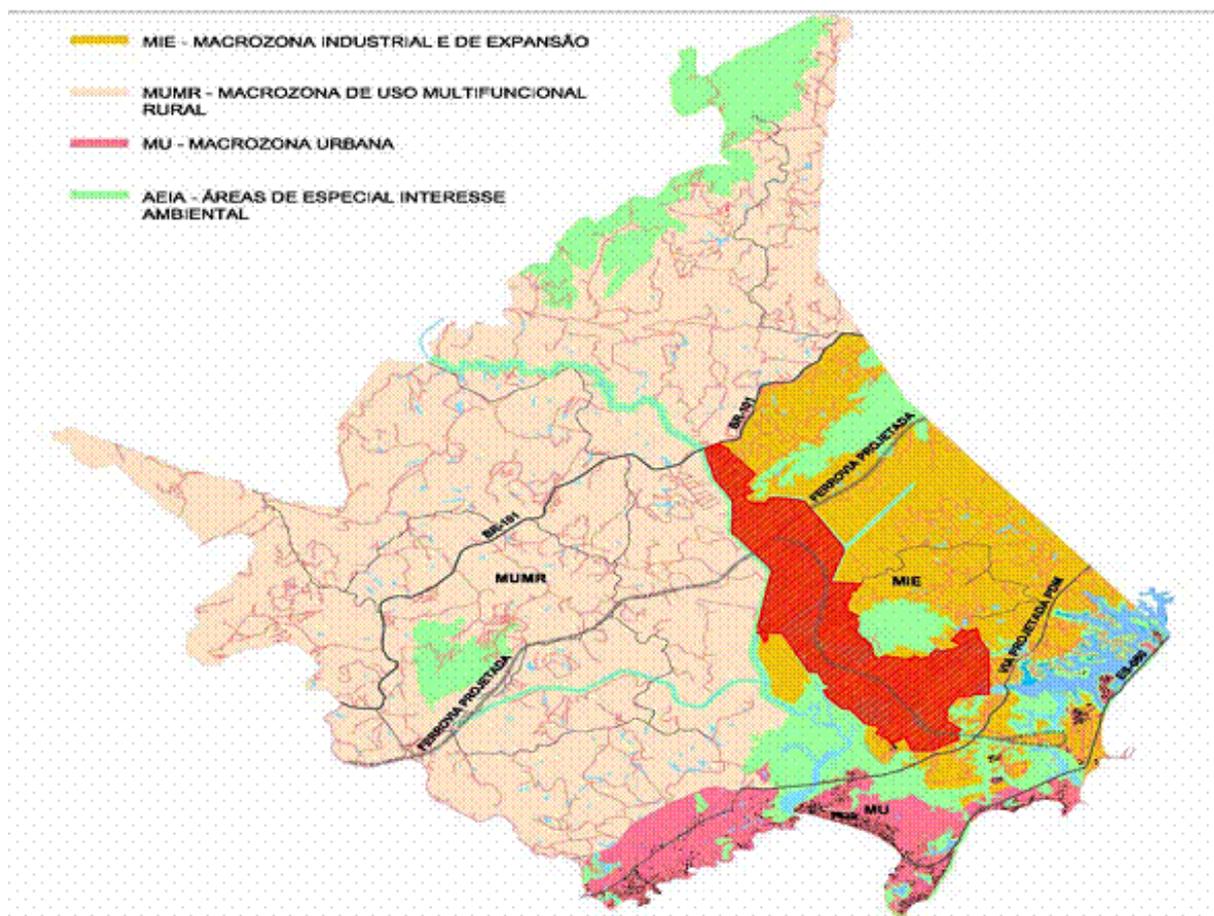


Figura 18 – Localização Espacial do Pólo Industrial e de Serviços de Anchieta.

Fonte: Espírito Santo em Ação, (2008).

Nota: Adaptado pelo autor.

5.3 VILA VELHA E O MODELO CLÁSSICO DE OCUPAÇÃO À BEIRA-MAR

O processo de produção dos espaços praias no que se convencionou chamar de “modelo clássico de ocupação à beira-mar” é ainda recente no ES, o que significa reconhecer que os espaços praias do estado, mesmo aqueles que já se encontram ocupados, estão sendo reterritorializados por novas formas de uso e ocupação.

Quanto às suas rugosidades físicas e sociais, estas tem sido “alisadas”, no sentido delezeano do termo, sem qualquer reticência. Há desrespeito por formas e modos dos antepassados, exceto quando eles, de alguma forma, são úteis para os fins do capital que engendra o território. A cidade de Vila Velha é um claro exemplo atual das “novas configurações” dos territórios à beira mar.

O município de Vila Velha faz fronteira com o município de Vitória, ao norte, ao sul com Guarapari, a leste com o Oceano Atlântico e a oeste com Viana e Cariacica, abrangendo uma área de 211 km², que corresponde a apenas 0,46% do território estadual. Vila Velha conta com 30 km de costa, o que equivale a 7,5% do litoral capixaba, sendo que alguns pontos oferecem condições propícias ao desenvolvimento de atividades portuárias e turísticas, bem como a expansão do mercado imobiliário típico de cidades litorâneas.

Juntamente com Vitória, Serra, Viana, Cariacica, Guarapari e Fundão, Vila Velha integra o núcleo político-administrativo denominado Região Metropolitana da Grande Vitória, de grande destaque por sua concentração urbana, industrial, comercial, portuária, bem como o maior complexo logístico de produção e escoamento do Espírito Santo (TRANSMAR, 2001).

Segundo dados do IBGE e do Instituto Jones Santos Neves – ISJN, respectivamente de 2000 e 2007, a população existente no município de Vila Velha passou de 345.965 habitantes, em 2000, para 398.068 habitantes, em 2007. Em 2000, 99,60% do total de habitantes residia na área urbana e apenas 0,40% na área rural do município (ESPÍRITO SANTO, 2007). De acordo com os dados de evolução da população do município de Vila Velha, publicados na Agenda XXI, em 2004, a previsão é de que em 2010 esse município tenha 437.500 habitantes, sendo que em 2020 esse número deverá subir para 521.600 habitantes. Desta forma, o crescimento seria de 9,91%, se relacionarmos a contagem de 2007 com a previsão para 2010. Se considerarmos o crescimento demográfico do período entre 2010 e 2020, podemos estimar que a média de crescimento deverá subir 19,22%. Nas figuras 20, 21 e 22 ilustramos toda a área

edificada do município, e fazemos um contraste com o zoneamento confeccionado por meio do Plano Diretor Municipal, Lei 4.575 de 2007 tal como fizemos com o município de Anchieta.

No estudo realizado por Perovano e Lima (2003), sobre a evolução das dinâmicas de ocupação da orla de Vila Velha, no período até 1988 e a partir de 1988 (esta última data corresponde à construção da Terceira Ponte), ficaram constatados os impactos da ocupação (mesmo que rarefeita) no litoral do município.

Para análise desses dados, os autores realizaram cálculos baseados nos valores estabelecidos por Eastman (1997) para, então, delimitar a faixa de preservação em 300 metros a partir da preamar máxima ao longo de toda costa. Com o auxílio de imagens do acervo público, foram contrapostas as delimitações da faixa de preservação litorânea de 300 metros, com os processos de uso e ocupação do solo em questão. No estudo, os autores consideraram todos os ecossistemas relativos à orla: Restingas, Manguezais e Estuários, Rios e Lagoas e Mata Atlântica. Esse processo resultou na constatação da impossibilidade de se manter os citados 300 metros, que ficaram resumidos a módicos 20 metros, os quais também não são respeitados.

Como o foco deste trabalho são os espaços praias, daremos ênfase aos resultados obtidos na análise do ecossistema de restinga, por sua distribuição na orla de Vila Velha e pelo recorte da pesquisa. Cabe mencionar que as restingas são consideradas legalmente Reservas Ecológicas e, portanto, áreas de preservação permanente. Dos 1.222,78 ha de Reserva Ecológica que, por lei, deveriam existir no município de Vila Velha em função da extensão e largura de seu litoral, foram encontradas apenas 517,64 ha em 1980, ou seja, somente 42,47% da cobertura devida; já em 1998, após a inauguração da 3ª Ponte, foram observados apenas 375,46 ha, ou seja, 30,71%. Considerando-se que os últimos dados remontam ao ano de 1998 e, portanto, que existe uma lacuna temporal de 11 anos até os dias de hoje, podemos supor que a cobertura de vegetação da Reserva Ecológica de Vila Velha continua a decrescer em ritmo acelerado.

Os fragmentos mais representativos [em 1998] estavam situados principalmente nas regiões da Barra do Jucú (principalmente pela Reserva de Jacarenema), na região situada entre a Barra do Jucú e Interlagos (Mata de Jacuném) e na região situada entre Interlagos e Ponta da Fruta, conhecida como Restinga de Interlagos, a qual apresenta [sic] um aspecto denso e fechado, predominantemente arbóreo, possuindo um formato alongado (PEROVANO E LIMA 2003, p. 02).

São estes mesmos fragmentos do biótipo de restinga que são ainda “preservados” em meio a inúmeros processos especulativos para tentativas de ocupação.



Figura 19 – Mapa Base de Vila Velha, ES.
Fonte: Lira (2009).



Figura 20 – Disposição das edificações em Vila Velha, ES.
Fonte: Carvalho, (2009).

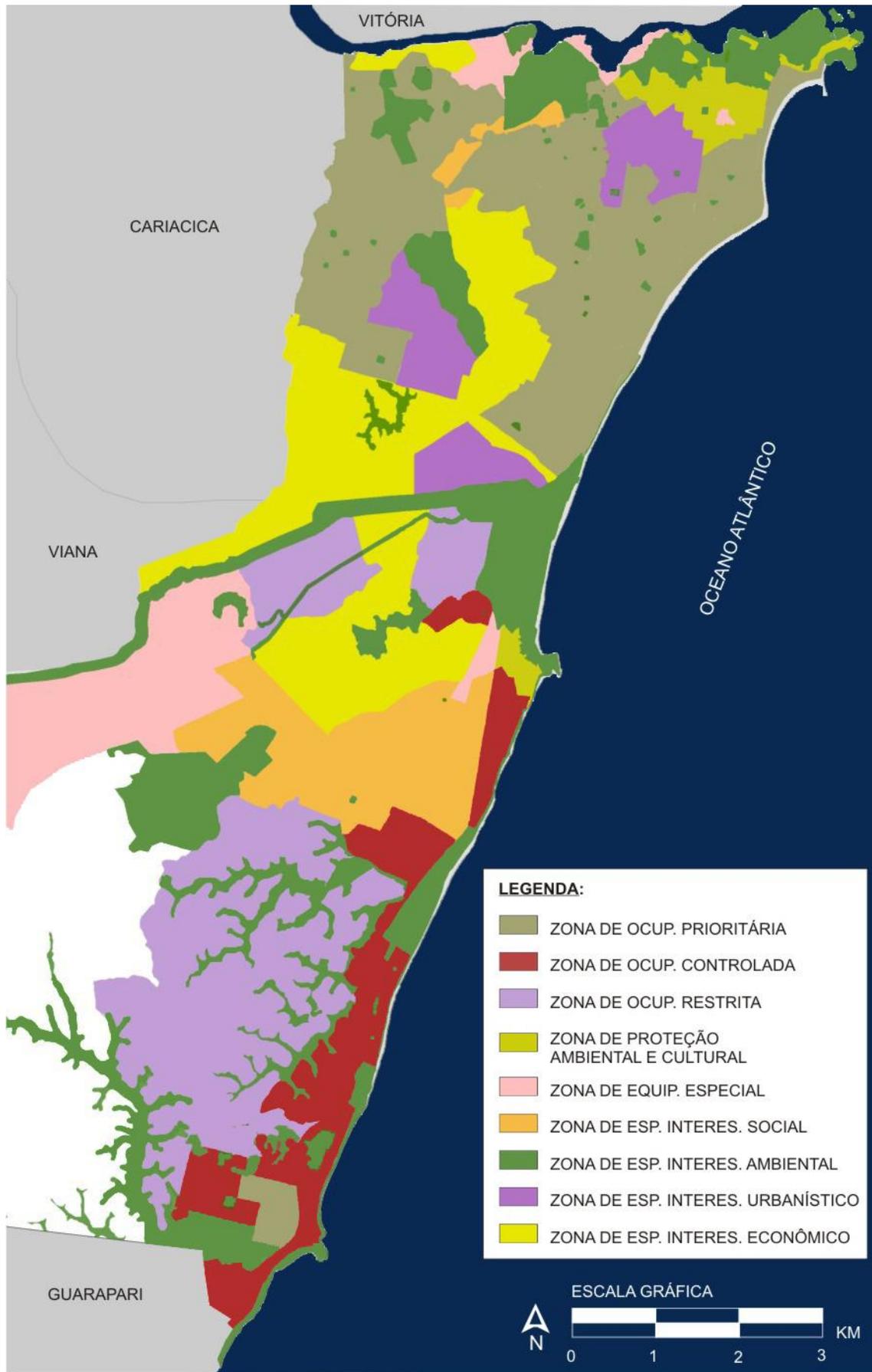


Figura 21: Zoneamento Plano Diretor Municipal de Anchieta, ES.
 Fonte: Carvalho, (2009).

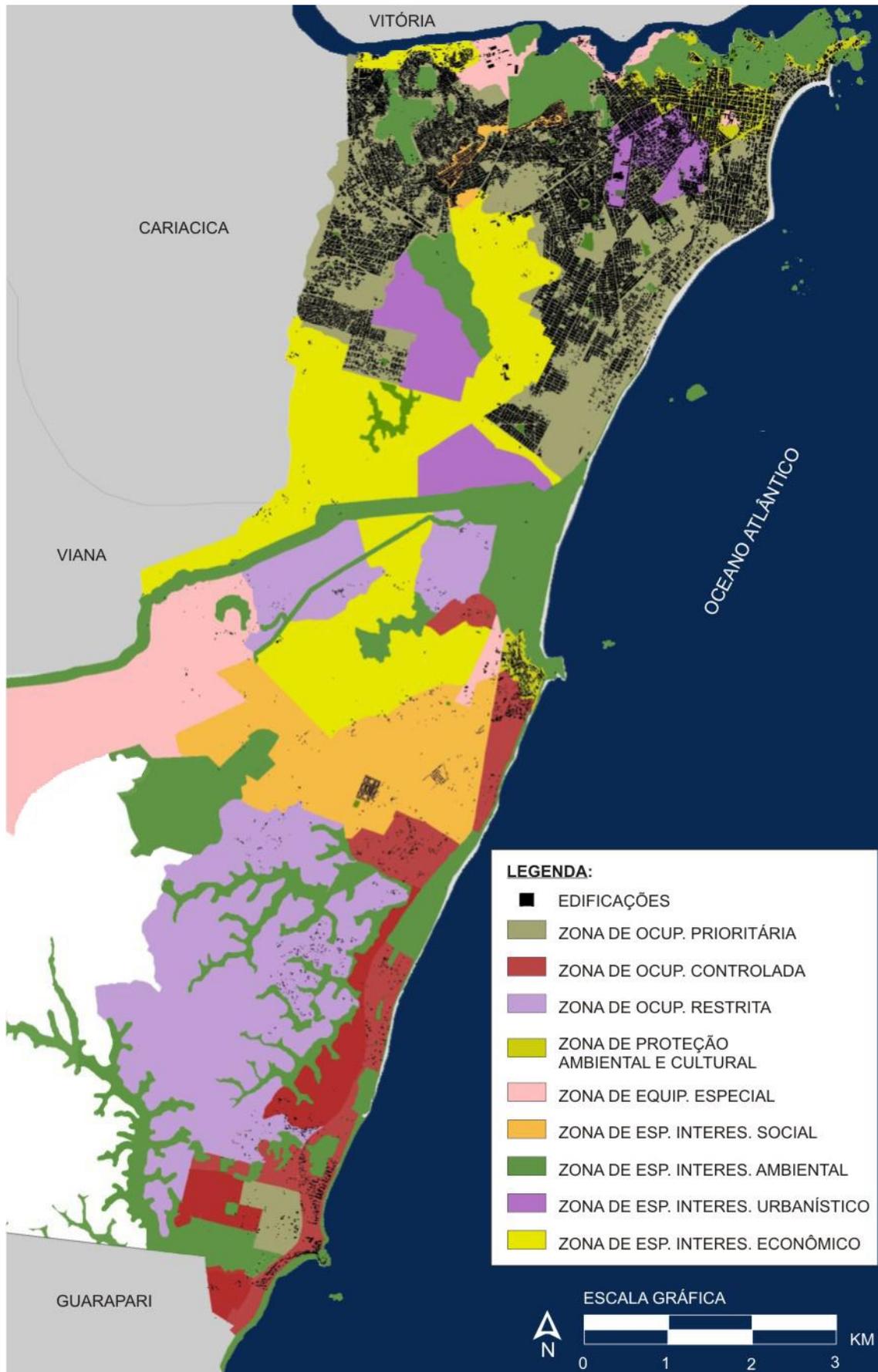


Figura 22: Áreas edificadas e zoneamento do Plano Diretor Municipal de Vila Velha, ES.
 Fonte: Carvalho, (2009).

Até meados de 1980, as Praias de Itapuã, Itaparica e Barra do Jucú ainda apresentavam uma ocupação rarefeita, mas que já era fruto de intervenções públicas como a construção da estrada ES-060, posteriormente Rodovia do Sol. Ao final de 1980, a urbanização definitiva dessa área, por meio de um formato de ocupação densa, somado à construção da Terceira Ponte, vão alterar definitivamente o tecido urbano de Vila Velha, sendo a Praia da Costa o local que viria ser mais densamente ocupado.

Hoje, a dinâmica de ocupação em locais como Praia da Costa, Praia de Itapuã e na Praia de Itaparica enfrentam um processo final de consolidação do modelo de ocupação clássica à beira mar: altos e luxuosos edifícios convivem com poucas edificações de pequeno porte, remanescentes do período de 1970 e 1980. Destas praias citadas, a única que ainda não completou seu processo de ocupação foi a Praia de Itaparica, que ainda possui construções em andamento e áreas livres, destinadas a futuros empreendimentos imobiliários. Mas o que realmente preocupa é a intenção de alguns representantes do poder público em “lotear” os trechos de ocupação rarefeita e/ou preservados que ainda restam no litoral de Vila Velha.



Figura 23 – Evolução do uso do solo em Vila Velha, antes e depois da construção da Terceira Ponte, 1980, 2002 e 2009.

Fonte: Perovano; Lima (2003).

Nota: Adaptado pelo autor.



Figura 24 – Evolução do uso do solo em Vila Velha, antes e depois da construção da Terceira Ponte, 1980, 2002 e 2009.

Fonte: Perovano; Lima (2003).

Nota: Adaptado pelo autor.

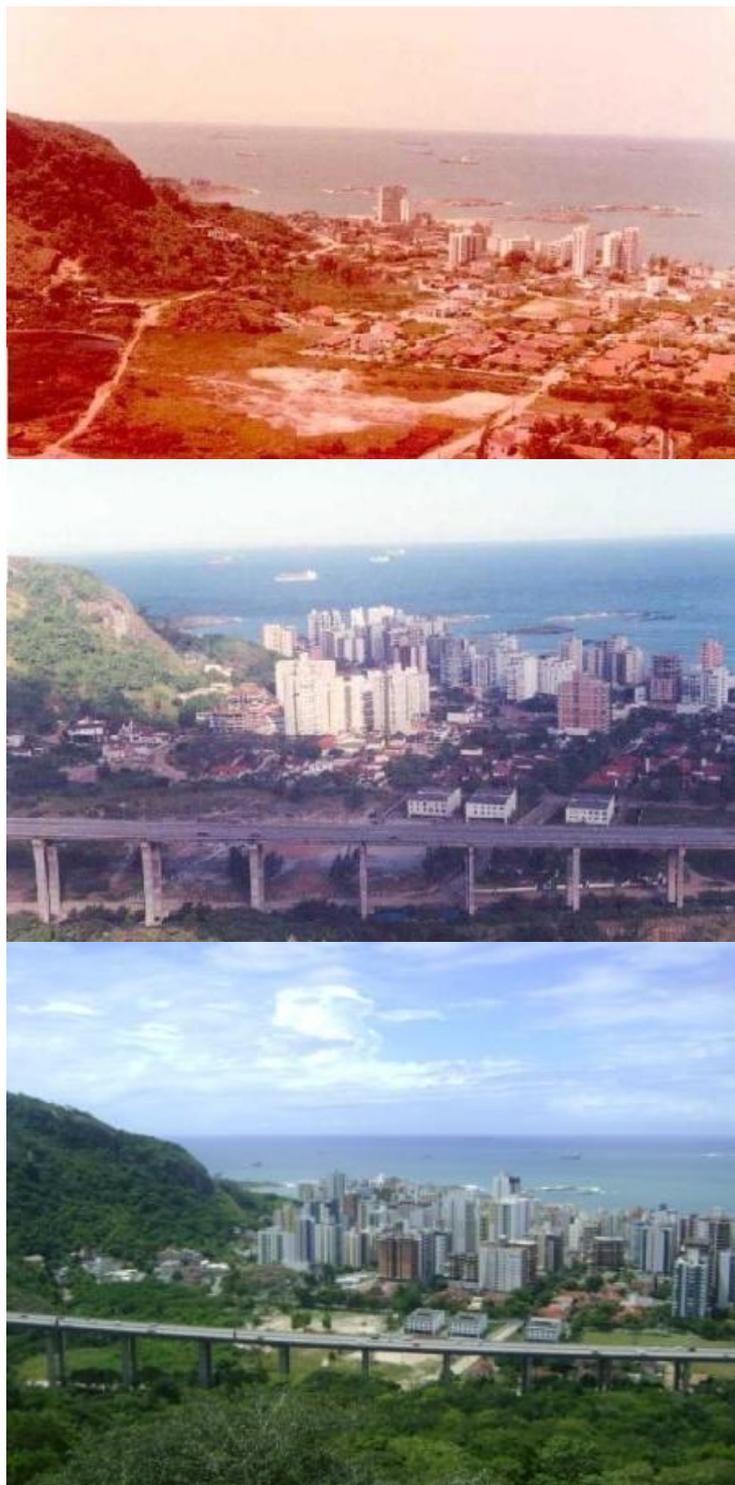


Figura 25 – Evolução do uso do solo em Vila Velha, antes e depois da construção da Terceira Ponte, 1980, 2002 e 2009.

Fonte: Perovano; Lima (2003).

Nota: Adaptado pelo autor.

Nas Figuras 23, 24 e 25 é mostrada a evolução da ocupação do trecho que compreende o Morro do Moreno até a Reserva de Jacarenema em 1980, 2002 e, posteriormente, em 2009. Nas últimas três figuras, é evidente o processo acelerado de ocupação da orla de Vila Velha, principalmente se considerarmos que, entre as imagens feitas em 2002 e as de 2009, existe uma lacuna de apenas sete anos, ao contrário dos vinte e dois anos que separam a primeira comparação feita por Perovano; Lima em 2003.

É forte a pressão do capital imobiliário em relação aos espaços públicos no sentido de transformá-los em áreas privadas, e tal pressão conta com bases de apoio em todos os segmentos da sociedade, inclusive na administração pública, principalmente daqueles ligados a legislação e dinâmica urbana dos territórios. Processos de impugnação da construção de empreendimentos imobiliários ainda são raros, principalmente aqueles encabeçados por iniciativas próprias da sociedade civil. Os mecanismos jurídicos e administrativos existem, embora sejam de acesso restrito, e salvaguardam o direito de uma ocupação mais equilibrada. No entanto, em geral entre a pesquisa acadêmica, o interesse da sociedade civil e as micro revoluções de cunho prático, existem barreiras históricas que necessitam urgentemente ser superadas, por serem transponíveis, para garantirmos mais do que o simples discurso da sustentabilidade e da qualidade de vida. Carecemos de uma postura mais atuante, algo como uma “pesquisa-ação”.

5.3.1 Processos especulativos no território da orla de Vila Velha

Comentando sobre as possibilidades de crescimento do mercado imobiliário, o então Secretário de Desenvolvimento Econômico de Vila Velha, afirmou:

Quanto aos prédios de apartamentos, ainda existe uma orla grande para se expandir. A parte norte já está ocupada, mas para o sul, até chegar em Setiba, ainda tem muita área disponível. Então, as empresas estão mais do que rapidamente correndo, comprando esses imóveis e lançando, não condomínios de lotes fechados, mas novos conceitos de prédios que integram um grande centro de lazer e até saúde. Por exemplo, um dos mais recentes, o *Ilhas Gregas*, tem esse nome porque é possível fazer quase uma mini-olimpíada ali, tamanha a oferta de possibilidades esportivas (ESBRASIL, 2008, p. 23).

Nota-se, portanto, que a situação é crítica, pois o próprio representante da sociedade deixa clara a permissividade do Estado em relação às vontades do capital. A área de que fala o ex-secretário na matéria é composta majoritariamente por edificações baixas, de no máximo três

pavimentos, e por um remanescente do ecossistema de restinga que, além de garantir equilíbrio ambiental na faixa de orla, é local de rara beleza cênica, isso sem mencionar a questão dos novos condomínios fechados e seu impacto na cidade.

A liberação da área para o capital imobiliário tende a tornar toda a extensão que vai da Praia de Itaparica à Ponta da Fruta, localizada no extremo sul do município, em um modelo de urbanização já consolidado nas regiões central e norte do município, que por seus impactos deveria ser desencorajado ao invés de incentivado. O próprio Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, Lei 7.661 de 16 de maio de 1988, e o Projeto Orla (2004) sinalizam a necessidade de melhor utilização das orlas.

No documento de subsídio teórico de criação e justificativa do Projeto Orla, são discutidos limites mínimos de largura para uma faixa não edificável definida como área de orla. Dieter Muehe (2004) propõe a adoção dos limites estabelecidos na Turquia, limite esse de 100 metros de largura de proteção costeira, contados a partir do limite da praia. No entanto, o próprio autor sinaliza a dificuldade de aplicação desta definição em locais de forte pressão imobiliária, como é o caso da orla de Vila Velha, o que se agrava em locais onde os índices de ocupação já são elevados. Deste modo, a adoção de tais limites tornar-se-ia inviável, até mesmo pela inviabilidade de remoção das inúmeras construções já existentes. Como alternativa, o Projeto Orla propõe as seguintes faixas de proteção da costa:

Assim, nas áreas de maior ocupação, a fixação de uma faixa mínima de 50m, contada a partir do limite terrestre mais interiorizado do prisma praial⁸ emerso (falésia em contato com a berma da praia, base do reverso da duna frontal, base do reverso de cordões litorâneos ou pontais submetidos à transposição por ondas), já representaria um avanço significativo nesse sentido (MUEHE, 2004, p. 27).

Assim, a adoção do limite de 50 metros já seria um avanço de grandes proporções, considerando que esta mesma distância na orla de Vila Velha não chega a esta largura. A discussão seguinte seria em função da escolha do limite de faixa de proteção costeira não edificável para o trecho entre a Reserva de Jacarenema até o Parque Estadual Paulo César Vinha (município de Guarapari). O limite proposto no Projeto Orla para áreas não urbanizadas é de 200 metros de largura, contados na direção do continente, a partir do limite de contato terra/mar, em qualquer de suas feições: costão, praia, restinga, duna, manguezal. Ocorre que todo trecho em questão, exceto as áreas de interstícios e de reserva, encontram-se ocupadas

⁸ Corpo propriamente dito da praia.

por uma urbanização rarefeita. Neste sentido, mesmo havendo baixos índices de ocupação, abre-se um precedente para adoção do menor limite que é de 50 metros.

Ainda que admitamos a adoção da faixa de 200 metros como a mais correta em função dos processos morfológicos, hidrodinâmicos, naturais e paisagísticos, sabemos que a pressão do capital imobiliário é forte, no sentido contrário, e decisiva na mudança de tais paradigmas.

A situação hoje da orla de Vila Velha encontra-se em um momento decisivo. Ou a cidade aceita o modelo de ocupação imposto pelos agentes e atores do capital imobiliário, ou esforça-se para limitar o raio de atuação destas empresas no trecho de orla entre Praia da Costa a Itaparica. Caso contrário, em pouco tempo irá conviver com um modelo de ocupação da orla bastante homogêneo e sem atributos naturais. Instrumentos legais existem, porém sua adoção pressupõe uma declaração de “guerra” com o capital imobiliário, que insiste em burlar as regras impostas e ameaça a administração pública local prometendo dirigir seus investimentos para outras localidades.

No horizonte territorial aqui projetado, se agirmos por meio da dedução poderíamos inferir que as decisões, de fato, ocorrem em uma esfera inalcançável pelo discurso teórico-crítico, uma vez que as preocupações dos pesquisadores aflitos com os rumos do uso e da ocupação do solo local definitivamente não são as mesmas dos agentes do capital imobiliário. Este preocupa-se apenas em identificar as áreas prioritárias para a produção de seus modelos ocupação, além de certificar o grau de flexibilidade do aparato jurídico local e o momento oportuno para especulação imobiliária e a pujança econômica traduzida na capacidade de consumo da sociedade. Os efeitos colaterais sobre o território, previstos ou não, pouco importam para esses agentes, pois sua ligação com este acaba quando esgota-se o solo urbano, quando então suas possibilidades de ganhos futuros são diminuídas pela escassez de estoque de terras e pelo aumento do preço de mercado.

No entanto, não podemos desconsiderar a importância do marco regulatório constituído pela Lei. 4.575 por meio do Plano Diretor Municipal e suas estratégias (visivelmente flexíveis) de preocupação e contenção do crescimento urbano. O referido aparato jurídico, quando dispõe sobre o macrozoneamento e o zoneamento urbano do município, o faz considerando as rugosidades do espaço, ou seja, os modelos de uso e ocupação existentes. A imagem abaixo ilustra o macrozoneamento de Vila Velha e nos permite visualizá-lo antes de discuti-lo.

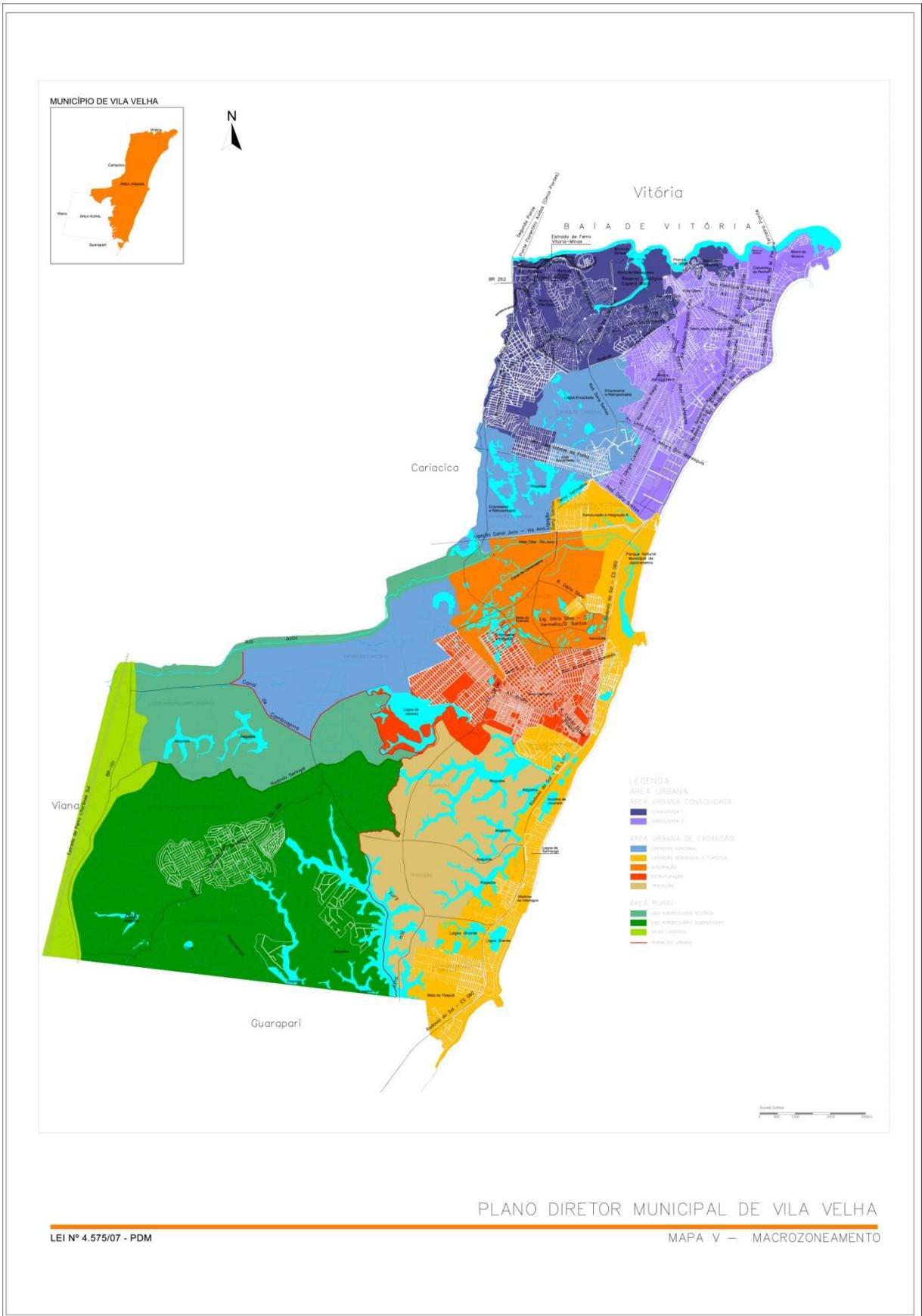


Figura 26 – Macrozoneamento de Vila Velha, Lei 4.575
 Fonte: Prefeitura de Vila Velha, 2007.

Mesmo que o antigo secretário da administração já citado (a atual gestão assumiu a prefeitura em março de 2009) tenha escancarado a permissividade da legislação, constituída na própria gestão da qual participou, os instrumentos jurídicos conseguem criar bloqueios de tempo e custo para o capital imobiliário em sua voracidade na ocupação da porção sul da orla de Vila Velha.

Na Lei 4.575, a orla de Vila Velha está dividida dentro do macrozoneamento urbano criado, porém nos interessa aqui apenas os espaços praias. Esta divisão está disposta da seguinte forma:

Zona Residencial Consolidada 2 – Praias do Morro do Moreno, Praia da Costa, Praia de Itapuã e Praia de Itaparica;

Art. 60. Os objetivos a serem alcançados nas Macrozonas Urbanas Consolidadas 1 e 2 são:

- I - promover a renovação urbana com a indução da ocupação dos vazios urbanos;
 - II - incentivar a produção de habitação de interesse social;
 - III - melhorar a infra-estrutura básica para possibilitar adensamento;
 - IV - promover melhorias viárias nas ligações intra-bairros e metropolitana;
 - V - qualificar os espaços urbanos e propiciar a implantação dos Centros Multifuncionais Regionais;
 - VI - preservar e revitalizar o patrimônio ambiental, cultural e histórico.
- (PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA, 2007, p.36).

Área Urbana de Expansão Residencial e Turística – Praia do Parque Natural Municipal de Jacarenema até as Praias da Ponta da Fruta, na divisa com Guarapari.

Art. 62. Os objetivos a serem alcançados na Macrozona de Expansão Residencial e Turística são:

- I - compatibilizar usos e intensidade de ocupação com a proteção das áreas de interesse ambiental e cultural;
 - II - permitir o uso comercial de baixo e médio impacto como suporte às atividades residenciais e de turismo;
 - III - requalificar espaços públicos.
- (PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA, 2007, p.37).

Já no que tange ao zoneamento, estas mesmas áreas são subdivididas novamente, dando lugar a outras classificações. Todas os componentes da orla, áreas de faixa de areia, costões rochosos, ilhas, restingas, lagoas e alagados, foram considerados como Zona de Especial Interesse Ambiental A, B ou C. Do ponto de vista da proteção ambiental, seria positivo, se não conhecêssemos a dinâmica do município. Porém, em se tratando das praias e áreas de vegetação imediatas, o que ficou “protegido” nas praias que fazem limite com o Morro do Moreno, Reserva de Jacarenema, Lagoa de Jacúnem, Matinha de Interlagos e Ponta da Fruta,

foi justamente a permanência destes remanescentes do ecossistema de restinga, com exceção da Matinha de Interlagos, que poderá ser utilizada para fins ecoturísticos, o que não é muito favorável, já que não é mencionado claramente no Plano Diretor Municipal ao que se refere essa atividade e seus pressupostos.

Nas outras praias como a Praia da Costa, Itapuã, Itaparica, Barra do Jucú, Interlagos e todas as restantes, o que ficou preservado são apenas as faixas de areia e os resquícios de vegetação existente, já encurralados pelas vias urbanas, não sendo relevante, do ponto de vista do reflorestamento, o enquadramento destas áreas em categorias restritivas como a ZEIA A ou B, conforme reprodução da legislação abaixo.

Art. 102. As Zonas de Especial Interesse Ambiental são parcelas do território municipal, de domínio público ou privado, onde é fundamental a proteção e a conservação dos recursos naturais, com sua adequada utilização visando a preservação do meio ambiente.

Art. 103. As ZEIA classificam-se em:

I - ZEIA A – áreas de preservação permanente, ilhas e unidades de conservação instituídas pelo Município, situadas na área urbana, com o objetivo de propiciar o equilíbrio ambiental e que deverão ser mantidas como unidades de conservação da natureza, conforme sua finalidade, respeitando seus respectivos planos de manejo;

II - ZEIA B – áreas verdes e paisagísticas públicas, praças, mirantes e parques urbanos situados nas zonas urbanas, cujas funções são proteger as características ambientais existentes e oferecer espaços públicos adequados e qualificados ao lazer da população;

III - ZEIA C – áreas ambientalmente frágeis que merecem tratamento diferenciado para regularização urbanística e fundiária dos assentamentos humanos, condicionados à manutenção e à conservação de áreas de preservação permanente.

Art. 104. Os objetivos principais das ZEIA são:

I - consolidar as Unidades de Conservação Ambiental;

II - proteger as áreas de restinga;

III - compatibilizar com as atividades de lazer;

IV - proteger as áreas frágeis e alagáveis;

V - promover ações conjuntas entre os diversos níveis de governo para a gestão e o manejo sustentável das unidades de conservação instituídas;

VI - proteger o Morro da Mantegueira;

VII - conservar o Morro do Convento da Penha;

VIII - proteger a Lagoa Encantada;

IX - criar o Parque da Cidade;

X - proteger todas as Lagoas e Matas do seu entorno – especialmente as áreas da lagoa Grande; Interlagos e Jabaeté; Morada do Sol; Itanhangá; Mata do Termas e Matinha de Interlagos;

XI - criar área de contemplação da paisagem em área alta do bairro Rio Marinho;

XII - proteger a região de Jacarenema e Morro da Concha;

XIII - proteger o Monumento Natural Morro do Penedo e a Nascente do Rio Aribiri.

§ 1º O Município poderá criar mecanismos de incentivo à proteção, conservação e recuperação das ZEIA.

§ 2º As ZEIA instituídas ou identificadas pelo Município estão delimitadas no Anexo II, Mapa X, integrante desta Lei.

Art. 105. As ZEIA A e B deverão ser criadas por lei municipal específica que estabelecerá as diretrizes para preservação do patrimônio ambiental e paisagístico, bem como a realização dos objetivos dispostos nesta Lei.

Parágrafo único. Ficam identificadas e delimitadas como ZEIA B, conforme Anexo II, Mapas IV e X, as seguintes áreas:

- a) área de lazer e campo de futebol em Nova Ponta da Fruta;
- b) área de turismo e lazer na Matinha Interlagos;
- c) lagoa do Cocal;
- d) Morro do Cruzeiro;
- e) Mirante no Bairro Rio Marinho;
- f) Área do Mangueiral em Cobilândia;
- g) “Morro da Esso”, no entorno dos tanques de combustíveis.

Art. 106. O Poder Público Municipal deverá delimitar ZEIA C, após estudos técnicos, mediante lei municipal específica, que determinará as diretrizes, condições e parâmetros para o uso e ocupação do solo na área afetada.

Parágrafo único. Fica identificada e delimitada como ZEIA-C a área identificada como “Matinha de Interlagos”, conforme Mapa X e VI.c, com exceção da parte discriminada na alínea “b” do artigo 105, ficando destinada para projetos especiais de ecoturismo, lazer e hotelaria, respeitada a legislação em vigor. (PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA, 2007, p.51).

Como se não bastassem as possíveis lacunas na legislação a operatividade e a conseqüente efetividade das áreas definidas como ZEIAS necessitam posteriormente de criação de diplomas legais específicos, o que compromete sua validade em função da morosidade destes processos. Todas as faixas de ocupação restantes localizadas na orla do município foram enquadradas em outras categorias, tais como:

- Morro do Moreno – Zona de Proteção Ambiental e Cultural 1 e 2;
- Praia da Costa – Zona de Ocupação Prioritária 2;
- Praia de Itapuã – Zona de Ocupação Prioritária 3;
- Praia de Itaparica – Zona de Ocupação Prioritária 3 e 1;
- Barra do Jucu – Zona de Proteção Ambiental e Cultural 1;
- Praia dos Recifes – Zona de Ocupação Controlada 1;
- Praia de Interlagos – Zona de Ocupação Controlada 1;
- Praias da Ponta de Fruta – Zona de Ocupação Controlada 1;
- Morro da Igreja Ponta da Fruta – Zona de Proteção Ambiental e Cultural 1.

As zonas acima têm como objetivo garantir os seguintes tipos de ocupação:

Art. 72. A Zona de Ocupação Prioritária corresponde à parcela do território municipal melhor infra-estruturada, onde deve ocorrer o incentivo ao adensamento e à renovação urbana, com predominância do uso residencial e prevenção de impactos gerados por usos e atividades econômicas potencialmente geradoras de impacto urbano e ambiental.

Art. 73. Os objetivos da Zona de Ocupação Prioritária – ZOP são:

- I - promover a requalificação urbanística e ambiental das áreas urbanas consolidadas;
- II - otimizar a infra-estrutura existente;
- III - qualificar os bairros e localidades consolidadas;
- IV - induzir a ocupação de imóveis não utilizados ou subutilizados;
- V - requalificar a paisagem urbana do centro da cidade;
- VI - orientar a convivência adequada de usos e atividades diferentes;
- VII - introduzir novas dinâmicas urbanas;
- VIII - absorver novas densidades populacionais nas áreas com potencialidade de adensamento, condicionadas ao provimento de infra-estrutura;
- IX - intensificar usos condicionados à implantação de equipamentos urbanos e sociais e à implantação de infra-estrutura de suporte;

X - garantir a proteção e preservação do patrimônio ambiental e cultural;
 XI - incentivar a instalação de atividades complementares ao turismo em suas várias modalidades.

Art. 74. A Zona de Ocupação Prioritária – ZOP subdivide-se em:

- I. ZOP 1 - baixo coeficiente de aproveitamento do terreno para proteção da primeira faixa da orla marítima da praia de Itaparica;
- II. ZOP 2 - coeficiente de aproveitamento compatível com a verticalização das edificações na orla urbana consolidada da Praia da Costa;
- III. ZOP 3 – coeficiente de aproveitamento compatível com a verticalização das edificações na da orla urbana de Itapoã e Itaparica;

Seção II

Zona de Ocupação Controlada - ZOC

Art. 75. A Zona de Ocupação Controlada constitui-se em áreas parcialmente ocupadas, com baixa oferta de infra-estrutura implantada, predominância de uso residencial, onde deve ocorrer um maior controle da ocupação, sobretudo do adensamento.

Art. 76. Os objetivos da Zona de Ocupação Controlada – ZOC são:

- I - garantir a predominância de uso residencial e a baixa densidade;
- II - incentivar a implantação de atividades de apoio ao turismo;
- III - controlar a utilização das faixas de domínio da Rodovia do Sol e das demais vias arteriais que cruzam a área urbana;
- IV - regulamentar e disciplinar a ocupação das faixas ao longo da Rodovia do Sol;
- V - conter a expansão urbana nas áreas de remanescentes florestais;
- VI - conter a ocupação das faixas marginais de proteção dos rios;
- VII - conter a expansão urbana na direção sul do Município;
- VIII - compatibilizar o uso e ocupação do solo urbano com a proteção do patrimônio cultural da Barra do Jucu e Ponta da Fruta.

Art. 77. A Zona de Ocupação Controlada – ZOC subdivide-se em:

- I - ZOC 1 – coeficiente de aproveitamento compatível com a limitação da verticalização na orla marítima sul e controle do adensamento populacional;

Seção IV

Zona de Proteção do Ambiente Cultural - ZPAC

Art. 81. A Zona de Proteção do Ambiente Cultural - ZPAC constitui-se de áreas centrais destinadas à proteção do patrimônio ambiental, histórico e cultural, com o objetivo de garantir a preservação e proteção dos bens existentes.

Art. 82. Os objetivos da Zona de Proteção do Ambiente Cultural – ZPAC são:

- I - proteger os remanescentes florestais e afloramentos rochosos que integram a área urbana;
- II - preservar os locais de interesse cultural e a configuração da paisagem urbana;
- III - incentivar e orientar a recuperação dos imóveis de interesse de preservação;
- IV - garantir a ambiência dos cones visuais do Convento da Penha;
- V - regulamentar e disciplinar a ocupação das faixas ao longo da via da Terceira Ponte;
- VI - incentivar a instalação de atividades complementares ao turismo em suas várias modalidades;
- VII - introduzir novas dinâmicas urbanas.

Art. 83. A Zona de Proteção do Ambiente Cultural - ZPAC subdivide-se em:

- I - ZPAC 1 – coeficiente de aproveitamento compatível com a baixa verticalização e proteção do ambiente cultural – unidades de conservação ambiental e cones visuais do Convento da Penha;
- II - ZPAC 2 – coeficiente de aproveitamento e verticalização limitados em decorrência da proteção dos cones visuais do Convento da Penha e aproveitamento da infra-estrutura urbana instalada;

O problema não é a quantidade reduzida de regras, mas, sim, a falta de parâmetros detalhados do que realmente é permitido e o que em tese seria proibido. Dizer que uma determinada área deve ser preservada do ponto de vista ambiental ou cultural definitivamente não direciona, de modo técnico, a maneira como a proteção será feita. Este é um dos principais problemas dos

Planos Diretores Municipais, principalmente em cidades litorâneas. As conseqüências de tal consentimento são encontradas em todos os estados costeiros do país, e nos levam a pensar que tais posturas fazem parte de um suposto interesse, com fins evidentemente econômicos.

Poderíamos acrescentar novos ingredientes na abordagem dos problemas atuais do litoral do Espírito Santo, mas um estudo desta envergadura ainda será produzido e pretende apresentar outras perspectivas e possibilidades para a orla, fragmento territorial tão cobiçado para ocupação por parte da sociedade. Existem outros casos no estado onde a lógica dominante desmonta toda coerência local, sua história e suas rugosidades, para implantar sua dinâmica de produção do espaço. Por hora, devemos dizer que não estamos aqui relutando contra o desenvolvimento e a dinâmica das cidades, a questão não é essa. O problema são as formas excludentes que a produção do território por parte do capital carrega consigo, bem como suas inerentes conseqüências tanto para o ambiente costeiro, como para a sociedade que o anima.

O que se coloca como questão crítica são os modos como são conduzidos os processos de desenvolvimento e suas políticas e práticas de produção do espaço. Não se observa (a não ser no discurso) respeito pela natureza, pela sociedade e pelas expressões culturais. O que se vê e se constata é que o modo de produção capitalista concretiza seus objetivos e, na maioria das vezes, o Estado atua como seu parceiro e a sociedade emerge como seu público alvo e, simultaneamente, seu patrocinador.

6. A CIDADE COMO MERCADORIA: O CONSUMO DAS PRAIAS NA ESTRATÉGIA DO CAPITAL

“A restauração da cidade subjetiva” (GUATTARI, 1992, p.168) em detrimento da aceitação de uma “sociedade do espetáculo”, como bem tratou Guy Debord (1997), ou ainda como superação da “lógica cultural do capitalismo tardio”, de que trata Frederic Jameson (2007), requer um esforço para criação de novas mentalidades em escalas individuais com aspirações globais. Mesmo que de partida se considere, como Milton Santos (2000), que na contemporaneidade, devido aos aparatos técnico-científicos que dispomos, seria possível desejar “uma outra globalização” mais solidária e menos excludente.

Retomando Debord (1997, p.14), podemos considerar que “o espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediatizada por imagens”. Por isso, pensar uma outra forma de relacionamento social significa um enorme exercício que inicia na singularidade do sujeito para, posteriormente, direcionar nossas práticas para uma nova política. Caso contrário, nossos esforços poderão ser tergiversados pelo capital como tudo até agora tem sido, e transformado em espetáculo.

En la edad espectacular, la autoconciencia del sujeto se dedica a la contemplación alienada. Es la edad de un tiempo que organiza la conciencia social para eliminar la conciencia del transcurso de la vida. Que borra la noción de subjetividad y la conciencia de temporalidad para convertir el tiempo de producción y de ocio en tiempo de frustración e ilusión (ESTEVEVES Jr. 1998, p. 03).

No entanto, para não sermos tomados por uma impotência acerca do futuro da condição humana, é preciso denunciar modelos hegemônicos de produção de subjetividade e de transformação das cidades em meras mercadorias. Exemplos da cidade como mercadoria são vistos nas práticas de uso e ocupação das praias e suas respectivas orlas. As cidades que as abarcam, consolidadas em termos sociais e econômicos, ou ainda, inseridas no circuito do turismo, são transformadas em mercadoria. Num primeiro momento, isso ocorre para atrair uma população/consumidora residente e, posteriormente, para atrair uma população/consumidora flutuante, ou ainda para o consumo de ambos os grupos.

A cidade litorânea como mercadoria a ser consumida, bem como suas praias como a parte mais cobiçada desta mercadoria, sinônimo do morar bem, do viver bem, é operada por agentes do capital imobiliário apoiados pelo Estado. Assim, perpetua-se o modelo de urbanização das orlas que observamos em cidades como Vitória, Rio de Janeiro, Recife, Natal, Guarapari,

Guarujá, entre outras. Nelas, ora a produção do espaço opta pela verticalização, ora pelo espraiamento horizontal das edificações, a exemplo das orlas tomadas por casas de segunda residência ou condomínios fechados, ou então por grandes hotéis e resorts, numa nova onda de colonização portuguesa.

A Bahia é um estado onde estes aspectos são facilmente constatados. Devemos lembrar que hoje, no litoral da Bahia, o capital português é predominante na produção dos novos espaços praias, com luxuosos e exclusivos resorts. Mas o que move estas formas de produção do espaço? David Harvey (2001), Neil Smith (1988) e Henri Lefebvre (1974) consideram que o capital busca uma organização do espaço e o produz de forma a maximizar seus ganhos, que em primeira instância é sua mola mestra.

Maria da Glória Lanci da Silva, em sua tese “Os Cenários do Lazer: Turismo e Transformação da Paisagem Urbana”, 2003, evidencia políticas e ações de *espetacularização* e *cenarização* dos lugares no circuito do turismo. Em seu estudo, a cidade litorânea de Paraty, no Rio de Janeiro, foi utilizada como exemplo destes dois processos. A cenarização e a espetacularização tornam-se artimanhas e artifícios para a comercialização de imóveis residenciais; tem como objetivos:

- Reforçar e estabelecer antíteses entre o lugar de trabalho e o lugar de lazer;
- Enaltecer as qualidades ambientais e paisagísticas naturais;
- Corresponder às imagens veiculadas pelos meios de comunicação;
- Adequar-se aos planos e projetos oficiais e ao discurso quanto à melhoria da qualidade de vida urbana;
- Procurar uma identidade visual na homogeneização de fachadas e estilos arquitetônicos que possa ser reconhecida pelo turista.

Estes processos são pensados para alavancar a venda dos destinos turísticos, mas não somente estes uma vez que empreendimentos imobiliários são vendidos juntamente com seu entorno imediato. As praias são exemplos claros disso. A iniciativa privada, especificamente por meio do mercado imobiliário e do planejamento institucional pela via dos planos e políticas urbanas e ambientais, são agentes de cenarização em localidades turísticas (SILVA, 2003).

A intervenção do Estado, no que tange à instalação de infra-estrutura urbana e a concessão de isenção tributária, bem como, investimentos sociais tendenciosos, em educação técnica, educação continuada ou permanente, etc., possibilita e estimula o interesse de setores

específicos do mercado. Nas praias não é diferente. Apenas muda-se a escala de percepção e restringe-se a observação da dinâmica das praias e orlas sob a lógica da organização do espaço imposta pelo capital.

Com o imaginário social consolidado a respeito das praias, o idílico da vilegiatura marítima historicamente construído da residência próxima ao mar torna-se fruto da “santuarização do litoral” (BERTRAND, 2000, p. 13). Nesse cenário, o capital articula a inserção e apropriação destes elementos para criar estratégias de tornar o imaginário comercializável e lucrativo. Assim, frutos destas estratégias, surgem os agentes e atores do capital imobiliário, que criam a paisagem comercializável e transformam a praia em mercadoria.

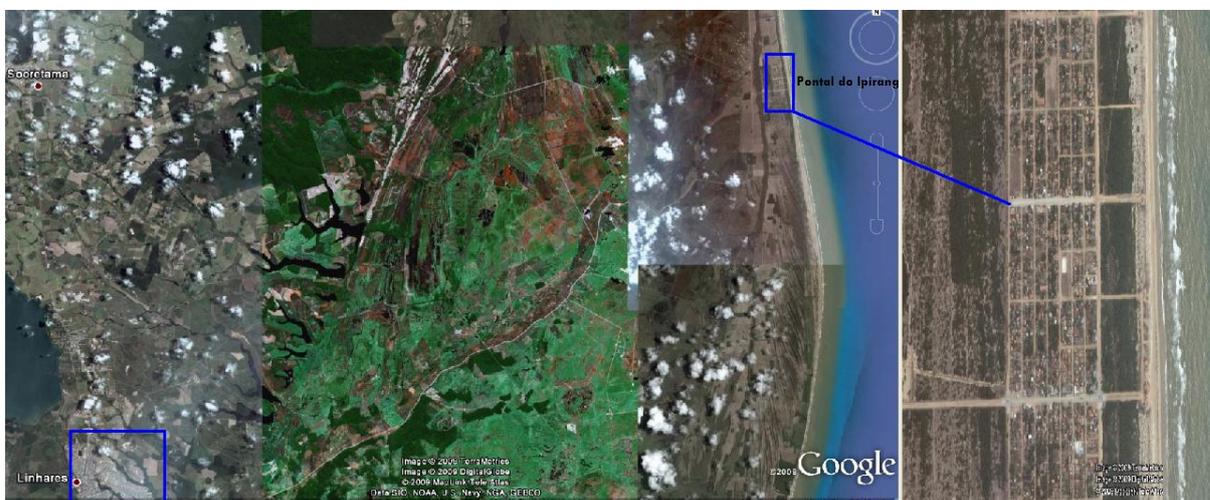


Figura 27 – Orla de Pontal do Ipiranga, Linhares, ES.
Fonte: Google Earth, (2008).

Em um primeiro momento, os preços da terra nas praias da figura 21 são objetos de especulação, e os citados agentes compram terrenos dos antigos proprietários que, em muitos casos, desconhecem a lógica do mercado e vendem suas terras ou propriedades por valores irrisórios; ou então, em se tratando de orlas de cidades urbanamente consolidadas, oferecem tentadoras ofertas a esses proprietários que, mesmo sendo bem remunerados, ganham uma parcela ínfima do lucro presumido pelos agentes imobiliários. Soma-se a este processo de produção do espaço um escuso exercício com o qual inúmeras alianças político-empresariais são feitas para conseguir, em quase todos os casos, que o Estado venha dotar as orlas de infraestruturas básicas ou de verbas para projetos de “urbanização” da orla (Figura 04). Isso torna o investimento privado munido de mínimas chances de insucesso, como é o caso das intervenções mostradas na Figura 22.



Figura 28 – Quando a praia é notícia
 Fonte: Jornal A Tribuna, (2007 e 2008).

A partir daí, as estratégias de comunicação e marketing são fortemente criadas e operadas, e tudo que possa ser valorizado em relação ao empreendimento construído é usado nas campanhas publicitárias: o mar, a praia, a proximidade com os dois, os confortos, o *status*, a qualidade de vida, as relações sociais e tudo o que se mostrar proveitoso para o capital imobiliário (Figura 24).

Grandes cifras são destinadas ao marketing das empresas e as campanhas publicitárias. Cabe lembrar que não basta exaltar aos atributos de conforto e *status* que o produto confere. Atualmente, empresas ambientalmente responsáveis possuem cada vez mais “aprovação” social. Neste contexto, as agências de marketing revestem-se de vital importância para o capital imobiliário, pois moldam as preferências sociais a seu bel prazer. Como disse Deleuze (1992, p. 223), “o marketing é agora o instrumento de controle social, e forma a raça impudente dos nossos senhores”.



Figura 29 – Vista aérea da orla de Vila Velha, ES
 Fonte: SKYSCRAPERCITY, (2008).

No circuito do turismo não é diferente, acontecem as mesmas etapas. No entanto, o público consumidor dos espaços comercializáveis é temporário, e para ele tudo é vendido, do quarto em que se vai dormir ao passeio que irá fazer. O capital se utiliza dos discursos preferenciais da sociedade, os quais opera por tergiversação, transformando o discurso do artista, do poeta, do escritor em *slogan* de seu propósito. Para ilustrar esse fato, podemos citar relatos de poetas do século XVII e XVIII:

Estar num promontório à beira-mar a olhar para ocidente enquanto o Sol se põe no Atlântico é partilhar uma experiência humana intemporal (CUNLIFFE, 2001, p. 1).

[...] o mais belo testemunho é o do próprio mar. Isto tem de ser dito e repetido. É preciso vê-lo, uma e tantas vezes. (...) o mar restitui pacientemente as experiências do passado, devolve-lhes as primícias da vida, coloca-as sob um céu, numa paisagem que podemos ver com os nossos próprios olhos, análogos aos de outrora (BRAUDEL, 2001, p. 17).

São os mesmos discursos já validados socialmente, de Cunliffe e Braudel, de que o capital se utiliza. Mudam-se poucos elementos textuais, mas o sentido é o mesmo, tornar a experiência da praia e do mar em sonho de consumo.

The image displays three distinct real estate advertisements. The leftmost ad, titled 'NA PRAIA DE ITAPOÃ, HÁ UM VERDAD', features a modern kitchen and a swimming pool, listing amenities like 'PISCINA GOURMET', 'LAZER NA COBERTURA', and 'MÉNAGE À QUATRE DE R\$ 977,000'. The middle ad, 'Fontainebleau', promotes a high-rise building with the slogan 'MORE JÁ! PERTINHO DO MAR.' and offers a price of 'R\$ 339 MIL' with '300 MESES' of financing. The rightmost ad, 'O MELHOR 3 QUARTOS', advertises a furnished apartment with '1 SUÍTE - 2 VAGAS DE GARAGEM' and lists various amenities like '2 PISCINAS' and 'SALA DE FESTAS'.

Figura 30 – Quando o imaginário se torna marketing
 Fonte: Jornal A Tribuna, (2008).

Neste contexto, como avaliar o cenário no qual nos encontramos atualmente, e quais podem ser as estratégias de produção de subjetividade?

Concordando com Guattari (1992, p. 168), acreditamos que já é passada a hora de uma “restauração da cidade subjetiva”, pois entramos na era que Foucault (1981) chamou de “sociedade do controle”. Como bem disse Deleuze (1992, p. 220), “não cabe temer ou esperar, mas buscar novas armas”.

6.1 CIDADES DOMINADAS: A HEGEMONIA DAS CORPORAÇÕES

No documentário canadense de Joel Bakan, *The Corporation* (2002), o autor e diretor, entre outras exposições sobre o poder das corporações, denuncia a forma com a qual o capital privado cria produtos e marcas através da metodologia do gerenciamento da percepção (BAKAN, 2002). Esta metodologia dos estudiosos e profissionais do marketing, por meio de pesquisas de hábitos de consumo forma, entre os consumidores, novos modos de vida, novos hábitos de consumo e novas formas de conseguir os produtos que desejam. Nesse documentário é mostrada a maneira com que as empresas de brinquedos norte-americanas desenvolvem suas estratégias para alcançar as crianças, seu público alvo, dotando-as de meios para convencer seus pais a comprarem os produtos/brinquedos que desejam.

As pesquisas que servem de subsídio para as estratégias adotadas pelas empresas são baseadas na “teimosia”, ou seja, evidenciando distintas formas de teimosia das crianças para aquisição

de um determinado produto. As corporações perceberam com os resultados da pesquisa que, a partir da insistente teimosia, os filhos conseguem que seus tutores comprem o brinquedo. A partir daí, os comerciais dos produtos já continham incutidos em suas vinhetas propagandistas, meios do público-alvo para conseguir que seus desejos fossem realizados, através da teimosia, agora estimulada.

A demonstração das artimanhas do capital privado em criar produtos, marcas e estratégias para alcançar sucesso em todas as faixas etárias é assustadora. Isso se dá, inclusive, entre faixas etárias que por imposição legal não podem exercer atividades remuneradas. O mesmo acontece com a cidade que, em tese, não teria o perfil de produto ou mercadoria. Afinal, é na cidade capitalista que os produtos e marcas são desenvolvidos e postos em circulação para o consumo, e tudo é passível de se obter lucro através da comercialização.

Com certa acuidade, observa-se que atualmente os hábitos e as percepções sociais se tornaram substrato para o capital privado engendrar suas campanhas publicitárias. Isso torna evidente que a base espacial que comporta este sistema de funcionamento social também se converta em mercadoria. Sendo a cidade a base geográfica do sistema capitalista, esta concretiza-se como produto comercializável em vários níveis, sendo o circuito do turismo um dos mais perceptíveis.

Por meio do turismo, a cultura, os modos de vida, o patrimônio histórico-artístico e a gastronomia tornam-se atrativos, e a cidade que os abriga torna-se a mercadoria nos quais todos os outros atrativos podem ser vividos e/ou contemplados. O que preocupa neste processo de “mercantilização” da vida, não é tanto a característica do capital transformar as estruturas físicas ou os sistemas de objetos, como considera Santos (1996), mas o contrário, o que preocupa é a capacidade do capital em reduzir a capacidade de “produção de subjetividade”, referente à importância com que Guattari (1992) concebe os processos de produção de subjetividade na constituição do homem em sua singularidade e seu coletivo. Assim, segundo diversos autores como Harvey (2007) e Debord (1997), a população torna-se mero instrumento das vontades do capital privado que, na pós-modernidade, também aparece como “capital simbólico”, o qual destitui a materialidade do referente e constrói formas/produtos por meio de símbolos de referência.

Esta análise não pretende sinalizar o fim das cidades, nem mesmo o fim dos territórios, mas ao contrário, tenta explicitar a questão que vemos como perigosa para a sociedade de uma

maneira geral a qual, quando deixa de compreender as dinâmicas espaço-temporais contemporâneas, fica à mercê do que é imposto pelas corporações do mundo globalizado e seus meios informacionais. Esta forma de globalização é o que Milton Santos¹ chamou de “fábula”, enquanto simulacro, e de “perversidade”, enquanto realidade.

6.2 RESTAURAÇÃO DA CIDADE SUBJETIVA E OBJETIVA

O título deste capítulo possui ligação direta com o que escreveu Félix Guattari em *Caosmose: Um novo paradigma estético* (1992), quem afirma a condição de desterritorialidade pela qual o homem é forçado a existir. Desterritorializa-se para então se reterritorializar novamente de uma maneira nova e com pares diferentes.

Tudo parece cambiável, mas, no entanto, também parece se petrificar no seio das mesmas redundâncias. Os humanos perderam-se de si mesmos, são produtos do capitalismo cognitivo e figurantes do cenário contemporâneo da cidade; os produtos e os valores que eles carregam consigo, tais como modos de vida, *status* e condição econômica, circulam livremente, pois o objetivo dos agentes econômicos é que eles circulem, consumam e sejam consumidos. No entanto, as pessoas e seus lugares petrificam-se, parecem ter perdido o instrumental para solucionar suas inércias. Quando se movem, o fazem menos por vontade própria do que pela imposição das novas tendências. Guattari, embora certo desta condição da cidade, vê nela um paradoxo interessante de ser mencionado:

Mas enfatizemos imediatamente o paradoxo. Tudo circula: as músicas, os slogans publicitários, os turistas, os chips da informática, as filiais industriais e, ao mesmo tempo, tudo parece petrificar-se, permanecer no lugar, tanto as diferenças se esbatem entre as coisas, entre os homens e os estados de coisas. No seio de espaços padronizados, tudo se tornou intercambiável, equivalente. Os turistas, por exemplo, fazem viagens quase imóveis, sendo depositados nos mesmos tipos de cabine de avião, de pullman, de quartos de hotel e vendo desfilar diante de seus olhos paisagens que já encontraram cem vezes em suas telas de televisão ou prospectos turísticos (GUATTARI, 1992, p. 169).

¹ No livro *Por uma outra globalização*, Milton Santos, 2000, afirma que estamos vivendo em um momento em que coexistem duas formas de globalização: a globalização como fábula e a globalização como perversidade. E assim como o autor, acreditamos que nunca estivemos tão munidos de instrumentos técnicos, científicos e informacionais propícios para experimentar “uma outra globalização”, a qual somos obrigados a perceber que se torna cada vez mais difícil de ser atingida.

Quão grave podemos julgar a condição da cidade hoje? A fábula e a perversidade consideradas por Milton Santos em relação à globalização mostram-se cada dia mais eficientes e, portanto, difícil de serem superadas. A cada dia os humanos tornam-se mais alienados, mesmo quando acreditam que estão bem informados, e a cidade reflete toda condição humana sob a vitoriosa eficiência do grande capital. A subjetividade certamente encontra-se ameaçada de paralisia geral (GUATTARI, 1992).

Alguns podem até renunciar da luta “por uma outra globalização”, mas, de fato, não é o que queremos. O que se impõem como tarefa é a construção de meios que difundam caminhos alternativos para modos de vida mais solidários. Em meio ao caos, deverá surgir uma nova condição de vida humana, o que não significa dizer que uma melhoria será dada a todos sem esforço. Pelo contrário, sobretudo hoje, sem ele dificilmente veremos tal mudança.

 Todavia, podemos pensar na construção de um outro mundo, mediante uma globalização mais humana. As bases materiais do período atual são, entre outras, a unicidade da técnica, a convergência dos momentos e o conhecimento do planeta. É nessas bases técnicas que o grande capital se apóia para construir a globalização perversa. [...] mas, essas mesmas bases técnicas poderão servir a outros objetivos, se forem postas ao serviço de outros fundamentos sociais e políticos. Parece que as condições históricas do fim do século XX apontavam para esta última possibilidade. Tais novas condições tanto se dão no plano empírico quanto no plano teórico (SANTOS, 2000, p. 20).

No entanto, não são somente os aparatos técnicos e informacionais que garantem a possibilidade deste novo momento. A produção de subjetividade é tema central a ser debatido em um mundo cada vez mais manipulado. É da mudança na concepção de sujeitos que deverá emergir um novo devir coletivo, o qual só poderá ser produto de uma nova condição urbana.

 Como infletir o destino coletivo em um sentido menos serial, para retornar um termo caro a Jean-Paul Sartre? Tudo dependerá da re-finalização coletiva das atividades humanas, e, sem dúvida, em primeiro lugar, de seus espaços construídos (GUATTARI, 1992, p. 170).

Uma nova finalidade das atividades humanas pressupõe, entre tantas outras mudanças, a concepção da sociedade não como mera consumidora, mas, sim, como atuante no processo constante de produção. Tal produção não separa matéria de espaço. Portanto, o que se defende aqui talvez não se aplique nem mais para o termo “produção do espaço”, pois ele está impregnado de experiências capitalistas de produção e uso do território.

A perspectiva de renovação, ou re-finalização das atividades humanas, hoje convive com forças contrárias que, utilizando um termo de Milton Santos (2000), demonstra a existência de

três mundos num só, todos considerados a partir do fenômeno da globalização. Tarefa árdua a de se fazer com que o otimismo de Santos e Guattari seja efetivamente possível, uma vez que o mundo, ou melhor, a globalização, para grande parte das pessoas, apresenta-se como fábula, e quando, na verdade, não passa de perversidade.

O que é imposto aos espíritos é um mundo de fabulações, que se aproveita do alargamento de todos os contextos para consagrar um discurso único. Seus fundamentos são a informação e o seu império, que encontram alicerce na produção de imagens e do imaginário, e se põem ao serviço do império do dinheiro, fundado este na economização e na monetarização da vida social e da vida pessoal (SANTOS, 2000, p. 18).

Esta monetarização da qual nos fala Milton Santos é a mesma que concorre na produção de subjetividade, como observou Guattari. A força de que falam ambos reside na forma como as grandes corporações capitalistas e seus sistemas de suporte operam. Vejamos Guattari:

O que conta com as cidades de hoje, é menos os seus aspectos de infra-estrutura, de comunicação e de serviço do que o fato de engendrarem, por meio de equipamentos materiais e imateriais, a existência humana sob todos os aspectos que se queira considerá-las (GUATTARI, 1992, p. 172).

Breve exemplo para ilustrar essa questão: que tipo de cidade se tornará Anchieta durante e após a estruturação e o funcionamento de sua expansão industrial? Que tipo de “produção do espaço” presenciaremos? A quais finalidades atendem estas atividades humanas, além dos interesses do capital industrial? A quem cabe avaliar a real necessidade de expansão da atividade mineradora – principal indutora no processo – no local?

Este é um dos exemplos em que as atividades humanas mais necessitem ser repensadas: podemos imaginar o tipo de cidade que Anchieta se tornará depois dos resultados de sua abrupta expansão. “A cidade produz o destino da humanidade” (GUATTARI, 1992, p. 173).

Como concluir ou empreender considerações finais acerca do acontecer humano que hoje mais parece ter como marca a velocidade das durações e a petrificação dos modelos hegemônicos? De que aparatos dispomos para considerar senão o breve instante de nossas observações?

Parece haver, nas cidades, momentos distintos de presente. Não podemos dizer, tomando como exemplo a capital do Espírito Santo, que as velocidades do norte da ilha são as mesmas experimentadas pela porção sul. São tempos distintos, velocidades diferentes e durações entendidas de formas próprias. No entanto, todos estão imersos na lógica hegemônica do

capital do século XXI, que tergiversa a tudo e a todos e os transmuta em mercadorias, os converte em cidade e a cidade em imagem. Nesse processo, o simulacro hoje é o real, e o real, há tempos, foi substituído por modelos seriais pasteurizados de comportamentos e de ambientes construídos.

Cabe mencionar que, nesta ordem imposta na qual nos encontramos, surgem a cada momento guetos de pensamento e de revolta, que reconhecem neste modelo vigente um formato transitório. O que virá após esta transição não se sabe ao certo, pois como na perspectiva de Milton Santos, temos hoje três níveis de entendimento com tendências totalitárias, onde a globalização para muitos é fábula, para pouco, é perversidade e, para outros, pode ser uma outra globalização.

Fica claro, portanto, que não estamos tratando somente das orlas. Estas foram tomadas como campo de estudo ou mero pretexto para nossa análise, devido à afinidade com o ambiente em questão. Grande parte das cidades e seus cenários estão à mercê das estratégias do capital, e assusta-nos a falta de criatividade e de inteligência na produção dos espaços.

Uma nova política de produção dos espaços é necessária, mas ela só será alcançada após uma possibilidade de novas formas de produção de subjetividade. Neste contexto emergem como necessária a formação de um cabedal teórico-prático, que subsidie e auxilie no repensar e no reagir contra os modelos de uso e ocupação dos territórios atuais. Pode ser que não vivamos o tempo necessário para ver essas mudanças, mas certamente seremos lembrados por plantarmos a semente de novos tempos.

7. LITORAL BRASILEIRO, UMA INTRODUÇÃO

O litoral brasileiro, no que concerne a sua ocupação, acompanha o mesmo ciclo da história brasileira, ou seja, a partir de sua colonização, que se iniciou na faixa de orla para posteriormente adentrar a hinterlândia. Por ter sido feita por via marítima, a ocupação do Brasil obviamente teria de ter essa característica. “Assim, todos os fluxos de colonização do Novo Mundo partiram de centros de difusão assentados na costa, que articulavam a hinterlândia explorada com as rotas oceânicas que alavancavam tal exploração” (MORAES, 2007, p.32).

Essa forma de assentamento articulava os espaços produtivos que eram drenados para costa, com os circuitos da economia-mundo que estavam em formação. Logo, as primeiras vantagens locacionais foram estabelecidas, e o litoral era o sítio de maior vantagem. Moraes (2007, p. 33) lembra que:

A formação territorial do Brasil é típica na reiteração deste padrão colonial. Os primeiros assentamentos lusitanos em terras brasileiras localizaram-se, com raríssimas exceções, na zona costeira. Basta recordar, que os 18 núcleos pioneiros fundados pelos portugueses no século XVI, apenas São Paulo não se encontrava a beira-mar. Na verdade, o território colonial brasileiro era constituído de uma sucessão de sistemas de ocupação, claramente estruturados conforme o desenho da bacia de drenagem ao longo de toda costa.

Os portos e seus assentamentos imediatos acabavam por gerar zonas de adensamento populacional, o que iria originar as primeiras redes de cidades; Não só as cidades litorâneas, mas também, as cidades próximas aos núcleos de produção e aquelas que nasceram em função de sua posição na rota do escoamento para o porto. A orientação geográfica obedecia invariavelmente o eixo leste-oeste.

Para Moraes (2007), o litoral brasileiro não obedece a um padrão contínuo de povoamento, pelo contrário, sua ocupação assemelha-se a um arquipélago demográfico, onde diferem zonas de adensamento concentrado, separadas por imensos vazios de ocupação, intersticial.

No fim do período colonial já se pode observar a existência de cidades portuárias relativamente isoladas e com objetivos de escoar produções locais próprias ou territorialmente próximas. Destacam-se, nesta perspectiva: Belém, São Luís, Fortaleza e Vitória, que drenam seu entorno imediato. Nestas cidades e nos grandes pólos

produtores e de escoamento como Olinda/Recife, Salvador e adjacências, o Litoral Fluminense e o Litoral Paulista, pode-se avistar grandes áreas isoladas ou pouco ocupadas, que já se encontram naquela época povoadas por tribos, escravos foragidos e seus quilombos que criam e reproduzem seus modos de vida de maneira rudimentar. Segundo Moraes (2007), estas são as origens das populações litorâneas tradicionais que, ainda hoje, embora menos embasadas em seus costumes, são presentes em nosso extenso litoral.

No decorrer do século XIX, o processo de crescimento se interioriza, o que não invalida o crescimento das cidades-porto, ou cidades litorâneas. O processo de industrialização, embora ainda escoado pelo litoral, vai ser experimentado no Brasil nas porções interiores de nosso território, quase que exclusivamente pela cidade de São Paulo, já em processo de configuração de metrópole. “Cabe assinalar a existência de um grande número de cidades mortas vegetando na orla brasileira, na primeira metade do século XX, destino de que não escapam nem mesmo algumas capitais estaduais” (MORAES, 2007, p. 36).

Desta forma, pode-se visualizar que o povoamento no Brasil, desde cedo, elegeu áreas prioritárias de adensamento e de aporte de investimentos. Moraes (2007) destaca que, no entanto, nossa vocação de produzir para o mercado externo fez com que mesmo o crescimento posterior, século XX, tendo sido operado na hinterlândia, a dependência das cidades do interior de uma ligação com a via marítima e, por consequência, com as cidades-porto, nunca pode deixar de existir.

Nosso povoamento se deu em forma de arquipélago, o que permite dizer que adensamos porções do território nacional, localizadas no litoral; mas entre cada uma delas deixamos uma grande parcela de terra sem apropriação, ou com modos de produção já ultrapassados, ou ainda, deixadas para que populações tradicionais estabelecessem seus modos de vida e de vínculo com o litoral. Talvez este modo de apropriação do litoral seja o mesmo que podemos observar em outros países do globo, inclusive e, sobretudo, os países europeus, os mesmos que há séculos imprimem uma forma acelerada, de consumo dos recursos costeiros.

É a partir da década de cinquenta, na zona costeira, que o cenário inicia uma drástica mudança em termos de dinâmica territorial. A fase de industrialização que o país

atravessa é caracterizada pela entrada de capitais transnacionais de grande porte e das grandes indústrias, todas dependentes da via portuária, que vão buscar as vantagens locais necessárias para diminuir tempo e custo de suas operações. Seja importando insumos ou exportando produção, o porto e o mar são elementos infra-estruturais e naturais eminentemente obrigatórios para o processo de industrialização que se instala no Brasil. Indústria de mineração, siderurgia, a indústria de beneficiamento de soja e a de pasta de celulose são exemplos desta necessidade inerente. Moraes (2007, p. 37) expõe alguns dados que subsidiam o até aqui exposto:

A instalação de vários desses ramos numa mesma localidade acabou por gerar alguns complexos industriais de porte na zona costeira do Brasil, como é o caso de Cubatão ou de Camaçari/Aratu, entre outros. Para se atestar a magnitude e velocidade desse processo, basta lembrar que a atividade industrial era responsável por 24% do Produto Interno Bruto em 1950, percentual que se eleva para mais de 40% em 1980 (isto levando-se em conta que o PIB brasileiro cresceu em média cerca de 7% ao ano, no período).

Deste modo, não podemos desprezar a industrialização, que atuou e ainda atua como forte vetor de intensificação da ocupação na zona costeira do país. E além do fator adensamento populacional, conjunto a atividade industrial no litoral, somam-se outros fatores como poluição dos recursos naturais interiores e costeiros, indução de grandes fluxos migratórios, ocupação pontual sobre parcelas delimitadas do território, o que acaba por gerar grandes zonas excluídas do processo, que abrigam dinâmicas de vida carentes de todos os serviços públicos e com focos de criminalidade acentuados. O processo de industrialização no Brasil, sendo na zona costeira ou não, ajudou a configurar as regiões metropolitanas como hoje as conhecemos, isto é um fato.

Agora vejamos o processo de outro modo: se a industrialização ocupa a zona costeira de maneira pontual e acaba por exigir do estado, em função dos fluxos migratórios que ali se instalam, a infra-estrutura urbana e de serviços necessária para o desenrolar da vida social, o que acontece com as outras áreas que compõem o cenário da zona costeira?

Ora, o processo de ocupação industrial do espaço litorâneo, ou seja, a “produção do espaço” costeiro, para usar um termo de Lefebvre (1974) e Harvey (2005), vivenciou outros fenômenos de produção do espaço, que também eram costeiros. O lazer e o turismo intensificam-se no Brasil, principalmente após a década de sessenta. O retorno à natureza, o idílico das praias e corpos d’água são as vedetes das férias e viagens, e as

porções litorâneas que coexistem com complexos industriais e um forte adensamento populacional começam a não suportar os desejos das sociedades industriais.

No início, as praias de Pitangueiras, Tombo, Enseada e Astúrias no Guarujá, e as praias de Santos – Figura 25 – nascem, crescem e vivem seu auge para o turismo e o fenômeno das segundas residências. A partir do final da década de oitenta e início da década de noventa as áreas até então esquecidas do litoral norte de São Paulo começam a ser ocupadas, ao menos sazonalmente¹.



Figura 31 – Orla de Santos, SP
Fonte: Bandeira Junior (1969).

A cidade de Santos, no estado de São Paulo, é um bom exemplo das características de ocupação da zona costeira no Brasil. Detentora do maior complexo portuário do país, a cidade abrigava, em seu território, moradores de cidades vizinhas que detinham parte dos imóveis situados à beira-mar. Moradores estes distantes do litoral, principalmente da capital São Paulo, que afluíam para Santos nos finais de semana, feriados e férias, e assim compunham o território santista à beira-mar.

O fenômeno da segunda residência², segundo Moraes (2007, p. 38), foi “altamente disseminado em longos espaços dos entornos das capitais estaduais e das grandes aglomerações do litoral brasileiro”. Esta forma de ocupação no litoral pode ser apontada

¹ Neste artigo a sazonalidade é entendida como o período de pouco movimento entre as temporadas de férias de julho e janeiro, onde o fluxo de turistas, principalmente nas praias é maior.

² Segunda residência – forma de alojamento turístico particular, utilizado temporariamente nos momentos de lazer, por pessoas que têm domicílio permanente em outro lugar (TULIK, 2001, p. 06).

como a mais significativa, em números (Figura 26) e formas de uso, pois sua ocorrência é constatada em todo litoral brasileiro.

Tabela 3 – Distribuição geográfica de residências secundárias no Brasil, Estados litorâneos (2005).

| Brasil/regiões/Estados litorâneos | Número | Absoluto | % |
|--|-------------------------------|-----------------|----------|
| | sobre o total - Brasil | | |
| Brasil | 2.685.701 | | 100,0 |
| Norte | 123.686 | | 4,60 |
| Nordeste | 552.198 | | 20,50 |
| Sudeste | 1.355.698 | | 50,50 |
| Sul | 511.525 | | 19,04 |

Fonte: Cruz (2007).

Os dados acima (Tabela 3), ainda que com uma defasagem de três anos, demonstram uma realidade que se mantém inclusive com o aumento de segundas residências na região sul do Brasil, que de 2005 em diante experimenta um crescimento abrupto de visitantes, turistas e segundas residências³, e todo movimento especulativo (imobiliário) característico da dinâmica da atividade turística no litoral.

7.1 REFLEXOS DO USO E OCUPAÇÃO NO LITORAL

Os reflexos da ocupação do litoral no Brasil são variados. Constituímos grande parte de nossas principais cidades no litoral, o que garantiu a elas vantagem locacional exata para o ingresso no circuito da exportação e importação, além do potencial geográfico para implantação de empresas/indústrias de maior porte. No turismo, a ocupação e dinamização do litoral colocou e coloca o Brasil como um dos principais destinos quando o assunto é sol e mar, além de fazer com que empregos sejam gerados e suas respectivas rendas circulem pelos territórios que abrigam a atividade turística.

Por outro lado, existem impactos negativos destas mesmas formas de uso e ocupação, em números muitas vezes superiores aos impactos positivos, que necessitam ser explicitados e de alguma forma equacionados.

São reflexos negativos do uso e ocupação:

- Os impactos ambientais no ecossistema costeiro e nos ecossistemas de transição;

³ O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE define segunda residência como sendo: domicílios particulares que serviam de moradia (casa ou apartamento), isto é, os usados para descanso de fim de semana, férias, ou outro fim (IBGE, 2000, p.13).

- Os problemas sócio-culturais impostos aos grupos humanos que historicamente habitam a faixa costeira e possuíam uma lógica distinta daquela imposta pela industrialização e/ou pelo turismo;
- Os pujantes impactos econômicos.

Estes impactos, quando relacionados ao tipo de população anteriormente citada, tendem a deixá-los preteridos de uma inserção nas novas formas de trabalho e, não raramente, pode-se observá-los em situações de pobreza extrema e/ou absorvidos em subempregos de baixa remuneração e prestígio. Subempregos fixos, como no caso da indústria, e sazonais, como os empregos característicos da atividade turística.

Outro forte elemento constitutivo da ocupação do litoral é a especulação e a grilagem de terras, que Moraes (2007, p. 39) define em termos sociais:

[...] tal atividade desorganiza em muito a sociabilidade dos locais onde se instala, ao inaugurar um mercado de terras ascensional e ávido, gerando uma situação fundiária tensa e conflitiva. A satisfação do consumo de segundas residências mobiliza proprietários de terras, incorporadores, corretores, e a indústria de construção civil (com todo seu aporte de pessoal) nas áreas litorâneas, o que vai constituir, em si, num acréscimo ao fluxo povoador.

A urbanização litorânea pós-cinquenta é caracterizada por distintos atores e processos. A industrialização, por exemplo, impulsionou um enorme fluxo migratório em direção ao litoral, que não é totalmente absorvido pela demanda de mão-de-obra da indústria, nem mesmo pelo setor de serviços, o que acaba por criar uma rede de serviços e mercados informais.

Por outro lado, a gestão pública não planejou a chegada de um fluxo migratório maior do que o previsto, o que ocasiona problemas urbanos de toda ordem e grandeza.

Tais populações sobrantes vão se alojar no espaço urbano litorâneo exatamente nas áreas deixadas sem uso pelas outras atividades, geralmente áreas de grande vulnerabilidade e/ou de proteção ambiental. No primeiro caso, pode-se lembrar as encostas íngremes e as zonas sujeitas as inundações; no segundo, as áreas de defesa de mananciais ou os manguezais (MORAES, 2007, p.40).

Estas formas de assentamento humano já foram exaustivamente denunciadas em pesquisas. Só para citar algumas: em Bertioga e Bahia, na obra de Rita de Cássia Ariza Cruz (2007) e (1995), respectivamente, em Ubatuba e São Sebastião, na obra de Eduardo Yázigi (2001), e o litoral de Santa Catarina, na pesquisa de Lombardo e

Casella (1997). Em todas as pesquisas observou-se que o resultado deste processo são efeitos impactantes significativos, no que diz respeito à contaminação do meio ambiente. Fato que gera os alarmantes índices de insalubridade, prejudicando a qualidade de vida local das áreas pesquisadas, principalmente nas temporadas de maior fluxo turístico.

Vários dos problemas observados no litoral potencializam-se com a atividade turística. Lombardo e Casella (1997, p.94), ao pesquisarem o impacto do uso e da ocupação humana no litoral de Santa Catarina, principalmente em regiões turísticas, como os municípios de Bombinhas, Itajaí, Balneário Camboriú e Itapema, constataram entraves que se repetiam, formando uma condição constante de problemas. Todos eles oriundos da ocupação humana nas regiões costeiras.

[...] a atividade turística tem apresentado diversos problemas, tais como:

- destruição de ambientes naturais;
- urbanização desordenada;
- ocupação de ambientes protegidos pela Legislação Ambiental;
- deposição de lixo em locais inadequados, como áreas já ocupadas ou próximas a nascentes e mananciais;
- a balneabilidade das praias tem diminuído a cada ano, pois não existe rede de esgoto, utilizando sistemas de fossas sépticas ou ligações diretas na rede pluvial, indo para os rios e praias;
- conflitos entre pescadores artesanais e turistas, que competem pelo mesmo espaço costeiro;
- inflação e a especulação imobiliária aumentando os preços dos produtos comercializados e valorizando excessivamente os terrenos e os aluguéis, prejudicando os moradores fixos.

Estes problemas não podem ser vistos como problemas turísticos isoladamente, uma vez que o turismo é uma, entre várias formas de dinâmica econômica dos territórios. O que se deve prestar atenção é a capacidade degenerativa que as práticas humanas possuem, principalmente nos frágeis ambientes costeiros, independente se a mola motriz da economia local é o turismo, a indústria ou os serviços.

Em Ubatuba, muitos dos problemas hoje observados são diretamente proporcionais à permissividade do poder público no que tange as construções de elementos de vedação vertical na zona de praia/orla. No entanto, tais construções são proibidas por diplomas legais, Artigo 16, II da Lei Nº 711 de 1984 e leis complementares. Segundo Yázigi (2001, p. 137), a lei não tem sido cumprida. Nas palavras do autor:

Isto vem sendo descaradamente burlado pela própria autoridade municipal: praias como a do Itaguá ou Grande estão cada vez mais entupidas de comércios e equipamentos que obstruem os visuais e dificultam o pedestre.

Estes são apenas alguns exemplos de impactos da ocupação humana no litoral. Propondo uma ênfase em programas de gestão da zona costeira, apresentamos a maior ação pública federal no âmbito do patrimônio costeiro, o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro – PNGC. O texto a seguir irá apresentar e comparar a legislação criada e sua aplicabilidade. Porém antes, propomos um breve esclarecimento conceitual, embora de uso político, sobre o que é governo e, por conseguinte, o que são os problemas de governança e os problemas de governabilidade.

7.2 MAS AFINAL, QUEM É O GOVERNO? E QUAIS SÃO SEUS PROBLEMAS?

Todos em algum momento da vida atribuíram, ou ainda atribuem, ao “governo” a culpa sobre algo, ou alguma coisa. No entanto, o uso diário e sem reflexão crítica costuma mascarar ou esconder o significado dos termos. Afinal, quem é o governo? Por quem ele é composto?

Esta questão por ser óbvia parece ser desnecessária, mas se considerarmos que tanto governo, como governança e governabilidade, enquanto categorias de análise, são costumeiramente mau empregados, uma revisão, ou melhor, uma certificação de cunho teórico, nos servirá para embasar e esclarecer o leitor do sentido que estas categorias adquirem no âmbito das ciências sociais e por extensão nesta pesquisa.

De imediato, aceitamos a idéia de governo enquanto representação, ou enquanto força de coalizão, composta por inúmeros agentes e atores, político-partidários ou não. A cidade não é movida (gerenciada) por uma pessoa, tão pouco por um partido somente. Ela é orquestrada por diversas forças. Partidos políticos, sobretudo aqueles que se encontram no poder, iniciativa privada, sociedade civil organizada, entre outros grupos, formam a base sobre qual a discussão sobre a gestão, propriamente dita, ocorre. Isso não significa admitir que exista uma equidade no processo decisório; seria ingenuidade cogitar tal possibilidade. No entanto, existem pressões. Tais pressões forcem, ou ao menos influenciam, as decisões do governo constituindo forças de governança, muito mais do que meras ações de governo. A diferença reside no fato do conceito de governança ter um conteúdo mais complexo e menos definido do que o próprio conceito de governo.

Desejo insistir aqui que “governança” urbana significa muito mais do que “governo” urbano. É desastroso que grande parte da literatura (na Grã-Bretanha, especialmente) se concentre tanto na questão do “governo” urbano, quando o poder real de reorganização da vida urbana muitas vezes está em outra parte, ou, pelo menos, numa coalizão de forças mais ampla, em que o governo e a administração urbana desempenham apenas papel facilitador e coordenador (HARVEY, 2005, p. 171).

Um conjunto complexo de forças, onde o Estado é componente, e não agente único, é que detém o poder de organizar o espaço. Porventura, este é um processo conflituoso, especialmente em áreas de densidade social diversificada e interesses de uso e ocupação igualmente diversos, e não raro, dispares. Para o modelo empreendedor de governança urbana, a mera abordagem “administrativa” não possui valor por si só. A formação de políticas de coalizão e a formação de alianças de classe são as bases para territórios marcados por ações empreendedoras, mesmo aquelas que possuem interesses meramente econômicos acima de tudo e de todos.

É claro que a iniciativa cívica foi muitas vezes prerrogativa das câmaras de comércio locais, de algum conluio de financistas, industriais e comerciantes locais, ou de alguma “mesa-redonda” entre líderes empresariais e incorporadores imobiliários. Frequentemente essa “mesa-redonda” se aglutina gerando o poder dirigente relativo à política de desenvolvimento (HARVEY, 2005, p.172).

O problema crucial reside no evento de que, além dos costumeiros agentes que formam esta política de coalizão no governo urbano, quase sempre pressionando para votações e decisões sobre atos e fatos de seus interesses, existem aqueles grupos politicamente minoritários representando movimentos sociais, grupos sindicais locais e organizações não governamentais, que não raramente aumentam sua sensação de impotência e descontrole dos processos de governança urbana. Deste modo, mesmo em processos, orçamentos e planejamentos participativos, é comum que por meio da apatia dos grupos minoritários, pela burocracia e morosidade institucional, pelas divergências políticas e pela supremacia econômica dos interesses do capital, se instalem problemas característicos de ingovernabilidade, crises de governabilidade, até chegarem às crises de poder.

7.2.1 Governabilidade e seu reverso

Se o conceito, ou simplesmente a noção de governo é costumeiramente empregado de maneira equivocada, inclusive por cientistas políticos (SOUZA, 2005), o que dizer dos problemas diretamente relacionados com as questões governamentais, tais como os problemas de governabilidade, governança e crises de poder? Infelizmente, o que se constata são os mesmos equívocos, evidenciando a falta de consenso generalizada dos termos. Para não incorrer no mesmo erro, exporemos uma breve síntese de alguns autores sobre os conceitos e usos dos termos, (in)governabilidade, crise de governabilidade e crise de poder, tal como fizemos acima com a idéia de governo.

Nosso intuito não é outro se não o de explicar conceitualmente e, posteriormente, deixar claro nosso ponto de vista teórico sobre os problemas de gestão e decisão pública sobre o território (em nosso caso, mais precisamente sobre as orlas), quem são seus responsáveis e em que medida cada um exerce pressão no direcionamento dos processos atuais de uso e ocupação (das orlas de Vila Velha e Anchieta, no Espírito Santo).

Tal como o conceito de governo, as questões concernentes a ingovernabilidade são divergentes e parecem apresentar-se, em alguns casos, ingênuas ou simplistas. “Há mais de trinta anos a palavra governabilidade freqüenta o jargão dos clientelistas sociais sem que eles jamais tenham se colocado de acordo sobre seu conteúdo teórico ou prático” (FIORI, 1997, p.35). Quando a freqüência de uso de um termo ganha em quantidade e, na antemão, sua discussão reflexiva e aprofundamento teórico decrescem, vê-se um comprometimento do sentido ou mesmo da validade do conceito, tornando mero jargão.

Cada vez mais popular nas ciências sociais brasileiras de uns anos para cá, a expressão em tela, com efeito, sofrer o destino de todos os termos que viram “moda”: usados e disputados por diferentes disciplinas particulares e por pesquisadores de distintas orientações em diferentes situações, esses termos acabam adquirindo um caráter polissêmico: além disso, eventualmente capturados pela mídia (como é justamente o caso da governabilidade/ingovernabilidade), sempre voraz e à caça de idéias-força, os termos, enquanto invólucro de idéias científicas, acabam destituídos de rigor (SOUZA, 2005, p.221).

Creemos que a destituição de rigor e a tergiversação do sentido e do uso pela mídia, são os principais problemas que um conceito pode enfrentar. Socialmente, o termo ingovernável, ingovernabilidade e crises de governabilidade ressoam no cotidiano, e seria positivo se houvesse um uso político dos termos. Assim como a violência, a

desordem também está “despolitizada”⁴. Outro fato importante de mencionar é que a governabilidade possui um referencial político, ou seja, sua utilização é usualmente associada a questões políticas-administrativas e partidárias, o que não tira a necessidade de rigor científico do termo. No entanto, a falta de consenso do uso do termo, não acompanha a tendência homogeneizante que associa a ingovernabilidade com o mau andamento de algo e seu conseqüente descontrole. Como antônimo, e igualmente como consenso, a governabilidade seria uma condição natural, o estágio onde as coisas vão bem.

No entanto, o problema se refere, não a homogeneização da exata “condição” para o uso do termo, e sim o fato do referencial não ser coerentemente apontado. Para Souza (2005, p. 272), a pergunta que, ainda sendo óbvia, deve ser feita é: O que exatamente não é (mais) governável, e deveria (voltar) a sê-lo?

A resposta acusa a percepção do referente, em grande parte dos textos e estudos, ancorada em questões institucionais, o que acaba confundindo o problema da (in)governabilidade com problemas relativos à governança. No entanto, governança possui um referencial no Estado, designado por sua capacidade de governar, ao contrário da governabilidade que está referenciada naquele que é governado, logo ela, a governabilidade, é um atributo da sociedade (FRISCHTAK, 1994). Se fossemos comparar em termos de grandeza, a (in)governabilidade seria um problema maior do que a própria governança, pelo simples fato da primeira ser uma questão social, enquanto a segunda encontra-se num patamar institucional. “A ingovernabilidade, real ou latente, abre a perspectiva de recolocar em discussão o próprio modelo civilizatório, o estilo de “desenvolvimento” e o modo de gestão da sociedade e do espaço” (SOUZA, 2005, p.223). As causas da ingovernabilidade por sua vez não restringem-se somente à questões problemáticas no âmbito institucional, como se a ingovernabilidade fosse somente decorrência de problemas de governança, mas são compreendidas, sobretudo, pelo modelo civilizatório atual e as disparidades entre as classes sociais.

⁴ ver Souza (1994, 1996).

Tabela 4 – Quadro Teórico conceitual

| Termo/conceito | Referencial | Conteúdo |
|----------------------------|------------------------|--|
| crise de poder | Institucional político | Instala-se quando se estabelece uma aguda contradição de interesses, capaz de se expressar politicamente, no âmbito interno das próprias classes ou grupos que integram a estrutura de poder, contradição que se projeta para o sistema de governo paralisando sua ação, ou quando demandas crescentes da população (segmentos excluídos da estrutura de poder) adquirem forte expressão política, mas não podem ser atendidos sem que se transforme a própria estrutura de poder. |
| crise de governança | Institucional político | Instala-se quando há bloqueio decisório no sistema de governo, não como resultante imediata de impasses no âmbito da estrutura de dominação ou de coalizões formadas ao nível da sociedade, mas porque o bloqueio resulta de uma incapacidade de governar criada pelas regras estabelecidas pelas próprias instituições, ou quando o aparelho administrativo se revela incapaz de implementar ou de fazer cumprir decisões de governo. |
| (in)governabilidade | Social | Instala-se quando há um mau funcionamento das instituições políticas, e é potencializada com o aumento da pobreza, da má distribuição de renda e em todos os outros componentes da desigualdade social. É um atributo daquilo que se governa (daqueles que são governados), isto é, da própria sociedade, ou seja, não é um atributo do Estado como os problemas anteriores, embora possa ser decorrência deles, mas sim uma questão social. |

Fonte: Adaptado a partir de FRISCHTAK, 1994, MARTINS, 1995 e SOUZA, 2005.

Outra questão importante de ser ressaltada é a escala de análise dos problemas de governança e (in)governabilidade. Os usos quase sempre refletem processos nacionais, ou seja, a escala prioritária da análise tende a ser a escala da nação, ou melhor, das questões nacionais. Souza (2005) alerta para o fato da ciência política e social (e conseqüentemente, a mídia) levarem a discussão para o âmbito da macro-escala, enquanto na micro-escala emergem conflitos e decisões que revelam em detalhes as dinâmicas dos territórios. O lugar como foco da análise dos problemas de governança e (in)governabilidade pode tornar-se revelador. As orlas exemplificam bem a questão e impõe a ela mais um componente.

Observemos o caso das orlas, legalmente instituídas como pertencentes à união e, ao mesmo tempo, sendo possível conceder ao município a gestão destes mesmos espaços. No entanto, não são raros os problemas de governança urbana e de governabilidade ocorrentes nestes espaços. Enquanto a legislação federal declara que as orlas e as praias são bens públicos de uso comum a toda sociedade, sendo proibida a sua privatização, os Planos Diretores Municipais criam zoneamentos onde a apropriação privada destes espaços fica sendo permitida declaradamente ou subjacente ao aparato jurídico criado.

Outro caso intrigante é a instalação de estruturas físicas privadas, voltadas para o comércio e para o lazer por meio de concessões. Independente de arrecadação tributária possibilitada pelas concessões de uso dos terrenos de marinha, ou pela permissividade da governança municipal, o fato é que a coisa pública tem diferentes gestões em diferentes escalas, propiciando um cenário perfeito para problemas de governança, a ponto destes mesmos problemas (criados pelo próprio Estado) tornarem-se problemas de ingovernabilidade.

Atualmente, o litoral do Espírito Santo passa por uma intensa fiscalização por parte da Secretaria de Patrimônio da União, órgão federal, que está percorrendo o litoral do estado para averiguar, constatar e proibir os usos e ocupações que ferem a Constituição Federal e as leis complementares. De norte a sul do estado, quiosques e outras estruturas alocadas dentro do perímetro dos terrenos da união e, em desconformidade construtiva e tributária, estão sendo demolidas. Na orla de Vila Velha, os quiosques (ilegalmente instalados há anos, mas que servem de subsistência as famílias proprietárias e como local de convívio social dos frequentadores das praias) na praia de Itaparica estão sendo objeto de discussão. A união quer a retirada imediata das estruturas, mas a população reluta contra a decisão federal, alegando os justos motivos de emprego e renda para os envolvidos. O que se constata é que ambos tem razão e culpa de brigarem por seus argumentos.

No entanto, legalmente não poderia haver na orla estruturas insalubres, em dívida com os tributos e em desacordo com as normas ambientais, mas, também não é cabível, que após anos de ocupação irregular, somente depois da valorização dos terrenos e dos imóveis, através de intensa especulação imobiliária, que o Estado decida agir a passos largos e com decisões bruscas. É uma questão complexa e simples, ao mesmo tempo. A trouxe-mos com intuito de ilustrar a deficiência na prática dos processos de gestão pública. O governo de coalizão (que neste caso parece agir em conformidade com as classes mais abastadas e com os interesses do capital imobiliário, uma vez que os quiosques em questão, trazem um público que não é composto por seus ilustres moradores, e futuros ilustres moradores) é o responsável pelos problemas ali existentes que, por sua vez, podem ser analisados por meio dos dois conceitos: governança e governabilidade.

Ao mesmo tempo em que se afirma a importância da escala local como “observatório” privilegiado em um certo sentido, por ser aquela que abre a perspectiva de um mergulho nas estruturas e dinâmicas do cotidiano, é sabido que nenhuma cidade se explica isoladamente, nem tampouco é um caso único [...] Ou seja, em primeiro lugar, as escalas tem de ser consideradas, e refletir sobre a (in)governabilidade de/em uma cidade implica refletir sobre questões remissíveis, igualmente, às escalas nacional e internacional. Até porque essas são as escalas onde emergem e operam fatores concernentes a determinações e lógicas “sistêmicas” de vários tipos, tanto econômicas quanto institucionais (SOUZA, 2005, p. 226).

Ao mesmo tempo em que a escala do lugar emerge como condição necessária para compreensão da dinâmica dos territórios (principalmente as orlas), saber retornar as macro-análises é uma característica imprescindível para estudos de problemas relativos a gestão pública do espaço urbano. Imprescindível também é sabermos as condições corretas do emprego dos termos/conceitos, evitando generalizações e restrições sem rigorosa reflexão e estudo dos conceitos e teorias já estabelecidas ou em discussão.

7.3 A GESTÃO PÚBLICA DO PATRIMÔNIO COSTEIRO

A zona costeira no Brasil é considerada Patrimônio Nacional pela Constituição Federal. Sua utilização, portanto, deve ser feita na forma da lei. Os usos deste recorte do território nacional devem primar pela preservação dos recursos naturais. Para o alcance deste objetivo, o governo implantou uma série de instrumentos marcados pela experimentação e por modelos de gestão costeira utilizados por outros países.

Segundo Moraes (2007), esta preocupação com o meio ambiente como um todo, emerge na década de setenta do século passado com a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente da Presidência da República. Em relação à zona costeira e os recursos marinhos, a atenção converte-se em estratégia política, com a criação em 1974 da Comissão Interministerial dos Recursos do Mar – CIRM – inicialmente vinculada a Secretaria recém criada, mas posteriormente operando de forma desarticulada, no que tange a construção de um marco próprio de atuação. Este esforço culmina na criação da Política Nacional de Recursos do Mar, em 1980, e também na Política Nacional de Meio Ambiente criada no ano posterior.

Estes dois documentos iniciais possuem frágeis características. Segundo Moraes (2007), o primeiro avança na discussão e no trato, de forma utilitarista, quando esquece a

questão dos ecossistemas costeiros e sua proteção. Já o segundo documento, podemos chamar de generalista, pois não define parâmetros para as questões específicas dos ecossistemas costeiros e marinhos. No entanto, ambos tornar-se-ão a base sobre a qual será construído o Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro – GERCO –, em 1987.

A lacuna temporal entre as Políticas Nacionais de Recursos do Mar e de Meio Ambiente foi compensada pela realização de diversos encontros, seminários e diálogos. Parece que o principal fator de complicação no estabelecimento do GERCO fora a própria definição de zona costeira. Seu início e fim, suas características e desdobramentos, no que se refere à escala de gestão, e a dificuldade de sua definição demandaram dois eventos específicos sobre gerenciamento costeiro.

Segundo Moraes, as definições estabelecidas para a zona de gestão foram apresentadas da seguinte forma:

A proposta define a zona costeira como uma faixa de 20 quilômetros em terra, a partir da preamar, e doze milhas náuticas no mar (depois reduzida para seis milhas), a qual deveria ser esquadrihada na escala de 1 para 100 mil [...] para dar conta da superfície da zona costeira, tal como definida pelos critérios mencionados (442 mil km², ou seja, 5,2% do território nacional), elaborou-se uma divisão em quadriculas de 30' por 30' cobrindo toda a sua extensão, na escala cartográfica de 1:100.000 (MORAES, 2007, p.103).

As definições acima citadas foram estabelecidas juntamente com seis estados da federação para servirem de piloto para o GERCO. São eles: Bahia, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O resultado posterior é a criação da Lei 7.661, onde é instituído o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro – PNGC –, que especifica a metodologia de zoneamento e o modelo institucional de sua aplicação (MORAES, 2007).

O PNGC previa três específicos instrumentos de ação:

- A criação de um sistema nacional de informações do gerenciamento costeiro – SIGERCO –, composto por um banco de dados georeferenciado e da constituição de uma rede on-line articulando todos os 17 estados litorâneos;
- A implementação de um programa de um zoneamento da zona costeira, executada de forma descentralizada pelos órgãos de meio ambiente estaduais, coordenados pelo governo federal;

- A elaboração também descentralizada e colaborativa, de planos de gestão e programas de monitoramento para uma atuação mais localizada em áreas críticas ou de alta relevância ambiental na zona costeira.

O primeiro balanço dos resultados obtidos foi apresentado em 1992, e foi constatado que havia certa confusão em relação às finalidades e objetivos do programa, como dificuldade de diálogo da execução descentralizada, governos estaduais e governo federal, demora no envio das informações para formatação do SIGERCO e a também demora na tomada de soluções em situações emergenciais, problemas de assimilação e execução da metodologia de zoneamento. Existiu uma dificuldade na maleabilidade do zoneamento que encontrava em cada território situações dispare e, por fim, o alto custo e a morosidade para execução da base cartográfica necessária.

Todos os problemas diagnosticados pela equipe do PNGC serviram para reavaliar as metodologias dos três instrumentos de ação propostos. Para Moraes (2007), a partir destas modificações introduzidas, foi possível dizer que os resultados obtidos entre 1993 e 1997, data da criação do PNGC II através da Secretaria Interministerial de Recursos do Mar – SECIRM –, com a expedição da Resolução 05 de 03 de dezembro, foram muito mais proveitosos do que os acumulados na etapa anterior.

Na nossa avaliação, a principal mudança metodológica e executiva é a que se refere ao zoneamento da zona costeira. O formato do zoneamento passou a considerar as especificidades de cada estado e município litorâneo, sendo possível, desta forma, elaborar estratégias e ações locais de maior eficácia. Em relação a este ponto, vejamos o que diz Antonio Carlos Robert de Moraes:

Tal roteiro de elaboração de planos de gestão e monitoramento, pensado para ser aplicado em diferentes escalas, foi concebido dentro dos princípios do planejamento participativo, isto é, devendo ser construído num processo interativo com os atores sociais atuantes na área enfocada. Constitui-se, inicialmente, num inventário dos problemas ambientais existentes, no entendimento de suas causas e na identificação dos agentes causadores, no passo seguinte são desenhados cenários alternativos desejáveis para os pontos listados anteriormente, e definidos programas de ação específicos para reverter a situação negativa defrontada no sentido do uso projetado nos cenários. Finalmente são levantados os atores e instituições necessários de serem mobilizados em tais programas, suas possibilidades de financiamentos e parcerias, e estabelecidos os prazos para apresentarem os primeiros resultados (MORAES, 2007, p. 109).

Nesta citação, o autor expõe a diretriz e a forma de execução mais transparente e eficaz de gestão da zona costeira. O trecho acima, se estivesse sendo levado a cabo em cada porção do litoral brasileiro, certamente seria modelo de gestão e co-operação para vários países do globo. Infelizmente, as definições e planos do GERCO e PNGC não se cumpriram na íntegra; muitos são os entraves políticos e econômicos que emperram sua dinamização.

Dentre as reformulações construídas no PNGC II, emerge como importante a reavaliação dos parâmetros que definem a zona costeira. Fora abandonada a definição genérica e consensual, e novamente o local passou a ser imperativo no novo marco teórico que trata do assunto. Assim, foram abandonados os parâmetros métricos e naturais da primeira definição, substituídos pela noção de município litorâneo, o que confere maior clareza para os fins da gestão propriamente dita. A nova definição segue a seguinte tipologia:

- a) Os municípios defrontantes com o mar, assim considerados em listagem desta classe estabelecida pelo IBGE;
- b) Os municípios não defrontantes com o mar que se localize nas regiões metropolitanas litorâneas;
- c) Os municípios contíguos às grandes cidades e às capitais estaduais litorâneas, que apresentem processo de conturbação;
- d) Os municípios próximos ao litoral, até 50 km da linha de costa, que aloquem, em seu território, atividades e infra-estrutura de grande impacto sobre a zona costeira, ou ecossistemas costeiros de alta relevância;
- e) Os municípios estuarinos-lagunares, mesmo que não diretamente defrontantes com o mar, dada a relevância destes ambientes para a dinâmica marítimo-litorânea; e
- f) Os municípios que, mesmo não defrontantes com o mar, tenham todos seus limites estabelecidos com os municípios referidos nas alíneas anteriores (PLANO NACIONAL DE GERENCIAMENTO COSTEIRO II, 1997, p.11).

A nova definição abarca uma área geográfica maior e, mesmo sendo positiva sua definição, a zona costeira para ser delimitada, necessita estudo e esforço de entendimento. Já no que tange as águas marinhas, políticas de convenção internacionais serviram de base para sua delimitação em 12 milhas marítimas, a partir das linhas de base estabelecidas.

A obra chave consultada para elaborar está perspectiva analítica do PNGC foi escrita no ano de 1999 e revista em 2007. Este documento torna-se um referencial literário, abrangendo temas referentes ao Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro

no Brasil. Seu autor, Antonio Carlos Robert Moraes, expõe a situação atual do programa da seguinte forma:

O atual momento vivenciado pelo GERCO apresenta uma situação paradoxal: de um lado tem-se uma fase de maturação plena do programa, com todas as condições de sua execução bem definidas e já implementadas; de outro, vive-se uma instabilidade conjuntural do ponto de vista de sua sustentação financeira, ocasionada fundamentalmente pela interrupção do fluxo de recursos com o término da primeira fase do Programa Nacional de Meio Ambiente, do qual ele é um dos sub-componentes (MORAES, 2007, p. 124).

Ocorre que a instabilidade financeira deveria ser problema menor, pelo fato da política de execução do programa ser metodologicamente descentralizada. No entanto, a crise financeira abala todos os estados, e os recursos destinados para o GERCO acabam sendo minimizados, quando não, cessam, como é o caso do Espírito Santo.

O grande problema da ausência de recursos e de representatividade política, de manutenção das equipes técnicas e de todo aparato metodológico, é a rápida dinâmica do litoral em termos de uso e ocupação. Rapidamente se loteiam, constroem e se vendem terrenos e casas a beira-mar. Tão rápido quanto à construção de casas de veraneio, pequenos meios de hospedagem, e toda sorte de comércios, é a construção de grandes edifícios.

Quando a dinâmica que norteia os investimentos em infra-estrutura é industrial, maiores e mais rápidos ainda são os processos. No entanto, a rapidez das mudanças não acompanha a morosidade das durações. Orlas edificadas, dificilmente, para não dizer jamais, recuperam suas características rústicas ou naturais de outrora. Tão pouco as orlas que abrigam complexos industriais e portuários. Estes usos permanecem nos espaços costeiros por muitos anos, e quando deslocam-se para outras áreas, deixam para trás um completo caos econômico, cultural, ambiental e social.

É contra a rapidez dos processos de usos e ocupações que os diplomas legais, e todos seus aparatos regulatórios, lutam. O intuito de disciplinar as intervenções humanas nas áreas costeiras é válido, mas sua aplicabilidade é pouca ou nula.

7.4 CENÁRIOS COSTEIROS: APLICABILIDADE

Neste sub-capítulo o que se segue são exemplos de trechos da zona costeira, as orlas, mostradas em imagens e comentadas a luz dos capítulos anteriores. O objetivo deste formato adotado é ilustrar a problemática da zona costeira, e mais especificamente das orlas e praias, para então provocar algum sentimento no leitor, seja ele de reflexão, concordância, indignação ou de possibilidades. De antemão, é importante lembrar que independente dos sentimentos, opiniões e pontos de vista, os impactos existem e afetam principalmente a esfera social e ambiental do meio.

Se a praia surge e vai se consolidando como modelo do idílico da vilegiatura marítima a partir do século XVIII na Europa⁵, com as primeiras edificações residenciais, turísticas e de serviços, é somente em meados do século XX que o mesmo processo tardiamente acontece no Brasil⁶. É em Copacabana, RJ, que o primeiro modelo de ocupação da orla surge; modelo este, copiado repetidas vezes.



Figura 32 – 1930 e 1999 Copacabana, RJ
Fonte: Macedo (2004).

Outro modelo que coexiste com o formato de ocupação da Figura acima é a orla de veraneio. Nesta perspectiva, as vilas de pescadores e outras comunidades tradicionais dão lugar à construção de casas de veraneio. Conseqüentemente, alia-se aos prejuízos ambientais e sociais, as fortes oscilações econômicas, uma vez que os recursos

⁵ Para saber mais sobre a constituição do imaginário social em relação às praias, indicamos a obra de Alain Corbin (1989).

⁶ Sobre a invenção da praia no Brasil, pode-se consultar a obra de Claudia Braga Gaspar (2004).

financeiros movimentados no local possuem períodos específicos ao longo do ano: férias, fins de semana e feriados.

Não são raras as pequenas cidades, distritos e vilas, principalmente próximas às médias e grandes cidades, que abrigam este formato de ocupação. No Espírito Santo, por exemplo, podemos citar as praias de Conceição da Barra, o distrito de Guriri, em São Mateus, O distrito de Pontal do Ipiranga, em Linhares, os distritos e vilas de Aracruz, entre outros locais ao sul do estado.

No Brasil, de uma maneira geral, este modelo de ocupação das áreas costeiras se prolifera na contemporaneidade. Não cessam de aparecer condomínios, casas e prédios destinados à utilização como segunda residência. Hoje existem terrenos e edificações para varias parcelas da sociedade. Na classe média, as milhares formas de financiamento existentes facilitam a aquisição destes bens supérfluos. Já a classe alta investe grandes cifras para construir e manter suas casas de veraneio. Abaixo (Figura 27) um modelo de ocupação contemporâneo da classe alta em Florianópolis, Santa Catarina.



Figura 33 – Jurerê Internacional, Florianópolis, SC
Fonte: Macedo (2004).

Outro modelo de ocupação humana recorrente nas regiões costeiras de todo mundo na atualidade, são as orlas turísticas. Se até fins do século passado, orlas como Copacabana eram as grandes vedetes do turismo litorâneo, a partir da década de 90 e hoje, na primeira década do século XXI, os hotéis, pousadas e resorts em regiões pouco adensadas e em praias isoladas constituem o que há de luxuoso. Áreas de mata nativa, áreas próximas a comunidades tradicionais, e praias paradisíacas são os principais locais de interesse das empresas que operam nestes segmentos. No Brasil, o litoral do Ceará, da Bahia, do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Santa Catarina abrigam e irão abrigar,

brevemente, a maioria destes empreendimentos, que não sem muitas brigas, empecilhos e críticas, instalam-se em áreas impróprias para este tipo de consumo do espaço. Talvez o caso mais conhecido e criticado seja o complexo instalado na Costa do Sauípe, na Bahia (Figura 28), exemplo de impactos ambientais, sociais, econômicos, e de muitos fracassos.



Figura 34 – Costa do Sauípe, BA
Fonte: Mirante da Bahia (2008).

Além das formas de uso e ocupação citadas e ilustradas acima, existem as orlas com funções industriais complexas, abrigando indústrias de siderurgia, de mineração, petrolíferas, entre outras que estendem seus impactos para níveis alarmantes e são responsáveis por enormes fluxos migratórios em busca de trabalho e renda. Empresas instaladas em regiões metropolitanas ou nas proximidades de médias e grandes cidades, são exemplos desta configuração: Cosipa instalada na Baixada Santista, SP, Complexo de Tubarão, instalado na Região Metropolitana da Grande Vitória, ES, e a recente autorização de ampliação e instalação respectivamente do pólo de mineração e siderurgia de Anchieta, ES, mostram a força transformadora do capital na produção destes espaços.

Pensar que as residências eram construídas de costas para o mar, e que as praias eram vistas como depósitos das impurezas marinhas, é hoje algo quase inimaginável. A sociedade de uma maneira geral, santuarizou as orlas e praias, o idílico do mar e seus costões, falésias e praias encantam povos do ocidente. E hoje os povos do oriente já despertam para esta forma de consumo do espaço.

As corporações industriais, imobiliárias, turísticas e de serviços investem no imaginário social. Vende-se as praias, os mares e o status para quem dispõe de recursos para tê-los.

Desconsidera-se as espécies dos ecossistemas costeiros e marinhos, desconsidera-se igualmente as populações que tradicionalmente vivem nestes mesmos ecossistemas. Até aqueles que dispõem dos recursos necessários para consumir os espaços praias, não enxergam o prazo limitado de seus investimentos.

Ora, se olharmos a história das orlas e praias no Brasil, veremos que elas vivem um ciclo que inicia na descoberta, ascensão, consolidação e, conseqüentemente, termina em um declínio. Este declínio é fruto das formas de uso e ocupação que imprimimos aos ambientes litorâneos. Urge pensar em novas formas de coexistência, caso contrário poderemos ter cenários litorâneos indesejados e sem alternativas.

9. TECENDO CONSIDERAÇÕES

Neste estudo, a escala é específica a ponto de recortar/fragmentar a menor célula política-administrativa da gestão pública, e dela extrair um conjunto, mais ou menos coeso, com o nome de orla ou espaço praias. Logo, nossa dificuldade escalar e metodológica resultou no reconhecimento e na compreensão de que a orla é partidária e dependente das formas de produção do espaço municipal e esta, por sua vez, de formas de produção do espaço superiores (global, nacional, estadual, regional etc.). Isso torna a definição de tal escala uma proposta passível de questionamentos. Por outro lado, os códigos de conduta social, as estratégias do capital imobiliário e as formas de uso e ocupação do solo, de modo geral, são específicos e localizados, tornando-se passíveis de agrupamento e fragmentação, como aqui se processou no caso dos espaços praias, para fins de análise.

Os métodos, ou melhor, os dispositivos metodológicos aqui adotados frente ao objeto (orlas/espaços praias), são distintos e mesclam a aproximação, por meio da vivência, com o distanciamento, inerente ao estudo acadêmico. Foram também adotados dispositivos tradicionais de pesquisa, como a busca em fontes primárias e secundárias por meio do relato e da memória das pessoas e das rugosidades do espaço. Portanto, não há um percurso, mas sim vários; não há um método em detrimento de outros, mas sim multiplicidade de dispositivos metodológicos. Não poderíamos estabelecer um método rígido ou fechado em si mesmo, nosso caminho foi construído durante o caminhar. Fizemos uso de alguns princípios norteadores e adotamos outros no decorrer do estudo.

A leitura crítica realizada nos estudos de campo, diferentemente da mera vivência no campo, pressupôs um olhar atento, objetivado e direcionados, que alcançou pontos imperceptíveis à rotina da vivência pura e simples. Assim, a validade dos resultados limita-se às áreas definidas da orla dos municípios de Anchieta e de Vila Velha. É claro que um dos fatores prévios à pesquisa, que por sua vez era uma hipótese posteriormente confirmada, está justamente relacionado ao alcance dos resultados do estudo. Trata-se da constatação do fenômeno de **reprodução em série de alguns padrões de uso e ocupação das orlas no Brasil**, sendo, portanto, passíveis de generalizações.

Os territórios na contemporaneidade sofrem constantes transformações, adquirindo novas funções e configurações, a ponto de perderem sua coesão antes mesmo que seus gestores consigam estabelecer as diretrizes norteadoras de seu desenvolvimento adequado. Anchieta, antes mesmo desta pesquisa ser concluída, passou por três distintos eventos. Quando começamos esta pesquisa em 2007, já havia movimentos especulativos sobre a possibilidade de uma drástica mudança, fruto da alocação de massivos investimentos industriais. Em meados de 2008, a discussão alcançou seu apogeu e tomou conta dos veículos de comunicação estaduais e até nacionais. A parceria entre uma mineradora chinesa e outra brasileira poderia ter diversos resultados, como: a instalação de um dos maiores complexos de exportação de minério de ferro do mundo; o aumento do parque industrial de Anchieta para níveis elevados, tornando-o referência no segmento de mineração; a ampliação da oferta de serviços com a instalação de variadas e modernas empresas deste segmento; a grande transformação no setor imobiliário e infraestrutural, culminando no adensamento massivo do seu território entre outros. No entanto, a não realização desse projeto não impediu um efeito residual que vem marcando o território de forma acintosa, por meio da elevação do preço da terra urbana.

A especulação imobiliária alcançou, em 2008, antes mesmo daqueles empreendimentos serem confirmados, níveis satisfatórios do ponto de vista esperado por seus protagonistas. A notícia do veto da mineradora no Pólo Industrial e de Serviços de Anchieta destituiu de certezas e expectativas imediatistas os investidores mais vorazes, os quais já haviam parcelado e loteado grandes áreas do litoral de Anchieta para vendê-las para os abastados “novos” clientes que deveriam fixar residência na região. Para sorte dos especuladores e produtores do espaço litorâneo local, antes mesmo de anotarmos as conseqüências desse veto, o segmento da indústria petroquímica, capitaneada pela estatal Petrobras, adotou as áreas destinadas à mineração, instalando ali estruturas de logística de escoamento, refino e produção de petróleo e gás.

Para nós, que havíamos estabelecido parâmetros de análise onde a coesão de um tempo (duração) em uma base espacial (território) era algo possível no prazo que dispúnhamos, esse fato sinalizava o contrário, e nos fez formular algumas questões: Voltaria Anchieta ao

período de pouco dinamismo econômico? Seria alterada sua configuração de uso e ocupação do litoral sem aqueles investimentos?

As respostas mostraram-se rápidas, provando que Anchieta não ficará em baixos níveis de dinamismo econômico por dois fortes motivos:

1 – O Pólo Industrial e de Serviços, não foi descartado, e sim, sofreu uma mudança de foco, um realinhamento de postura e estratégia, que ao menos por enquanto, vem sendo levada a cabo apenas pela alta gestão;

2 – Os investimentos na indústria petroquímica também serão altos, também serão impactantes, e também deverão gerar toda gama de instalações que haviam sido previstas no caso da indústria mineradora.

Ou seja, o que muda é apenas o segmento do mercado. Ambos são de grande âmbito, e profundamente capazes de alterar, definitivamente, as características econômicas e as de uso e ocupação da região costeira no quesito habitação e turismo. A dinâmica de construção de condomínios de alta renda nas pequenas praias e enseadas do município, bem como o processo de verticalização nas praias e zonas costeiras, como as praias de Castelhanos, Iriri, Ubu e Paraty, permanecem. Não cabe ao capital definir em que ramo da indústria ou do comércio atuam seus clientes e potenciais clientes. Também não cabe ao capital imobiliário pensar nos rumos das dinâmicas ambientais e urbanas dos municípios, uma vez que quando o estoque de terras se esgotar, sua “missão” no território terá acabado, não havendo sentimento de pertencimento, de dívida com o lugar, ou mesmo de preocupação com o destino de seus habitantes. Ao capital imobiliário cabe apenas a produção, não a reflexão. Seus representantes não possuem esta capacidade de discernimento, a mais valia os cegou, e os destituiu de capacidade autocrítica.

Já em Vila Velha, as questões são outras. O município apresenta um alto grau de ocupação, mesmo considerando que sua orla vem sendo ocupada de formas distintas, principalmente se considerarmos o padrão construtivo e o gabarito das edificações. No entanto, com exceção da Reserva Municipal de Jacarenema, da Restinga que circunda a Lagoa de Jacuném e o fragmento de restinga presente na “Matinha” de Interlagos, o que resta de

modelo de uso e ocupação segue a tendência nacional, enquadrando-se facilmente na perspectiva dos modelos clássicos de ocupação.

Atualmente, tentativas de aprovação na câmara de vereadores almejam executar uma primeira revisão do Plano Diretor Municipal, que mal completou seus primeiros anos de vigência e já “os incomoda”. Sua revisão está pautada na retirada e inserção de artigos e alíneas que atendam obviamente a interesses divergentes daqueles que outrora operaram a aprovação do instrumento nos idos 2007. Não se questiona a volúpia dos agentes do capital, que se permitem a liberdade de ação como seu atributo constitutivo. Sabe-se que não existe diferença entre capital imobiliário especulativo e capital imobiliário construtivo, pois são exatamente a mesma coisa. Ambos são o capital, rearranjado para atuar no setor construtivo. Se este desconsidera as possibilidades “inteligentes” do ponto de vista da qualidade urbana e dos modos de uso e ocupação do território, o que esperar dele quanto às dinâmicas ecossistêmicas costeiras, ou mesmo a respeito das desigualdades sociais? Já vimos nesta pesquisa que essa preocupação não cabe ao capital imobiliário, a ele cabe especular, construir e comercializar *ad infinitum*.



Figura 35 – Padrão de uso e ocupação da região de Interlagos, orla sul de Vila Velha.

Fonte: Ramos, (2009).

Se decidirmos avaliar as diferenças que incidem sobre os impactos socioambientais, estéticos e econômicos da ocupação do litoral de Vila Velha e Anchieta, independentemente de tratar-se do modelo vertical ou horizontal, as reticências, os desacordos e as críticas serão extremamente semelhantes. Evidentemente, a verticalização e o adensamento provocariam maiores impactos que vêm ocorrendo na região de Interlagos, Ponta da Fruta e Morada do Sol. Vê-se, portanto, que as formas de uso e ocupação do litoral de Anchieta e Vila Velha redundam o que existe de mais comum no litoral brasileiro. Seus impactos são previsíveis, sua paisagem é associada a centenas de outras, sua qualidade de vida é igualmente semelhante, seus índices de balneabilidade acompanham a tendência de poluição. As perguntas que restam são: Estaremos fadados à mesmice? Será essa reprodução em série a única realidade possível? Ou as formas de uso e ocupação das orlas, são apenas fiéis partidárias do modelo civilizatório, e sua derrocada representaria uma nova ordem construtiva e relacional?

Outra questão importante reside na ausência de diálogo entre os dispositivos de ordenamento territorial. Os Planos Diretores não conhecem nem tentam se compatibilizar com os Planos de Gerenciamento Costeiro (nacional e estadual), o que prejudica e cria uma “concorrência”, de validade e, conseqüentemente, de importância, sempre vinculadas aos interesses. Cada esfera pública cria seus aparatos regulatórios, cada órgão ou secretaria também o faz. A soma de todos esses esforços se traduz em leis antagônicas, planos recém sancionados e já defasados, em brechas interpretativas e legais de todas as formas, e numa profunda confusão mental entre o papel da governança e da governabilidade, do Estado e da sociedade.

Um exemplo observado em todas esferas da vida social e que tem nexos causais com esta pesquisa é o padrão de consumo territorial das praias aqui analisado por meio de códigos partilhados e possíveis de serem agrupados em modelos e identificados em diversas manifestações: o edifício residencial com apartamentos luxuosos e vista “eterna” para o mar; a casa de veraneio; o local de clima desértico que se torna no mais badalado ou “perfeito” refúgio para os dias de descanso; o quarto de hotel, da pousada ou da casa do pescador que se aluga para se desfrutar da beira-mar etc. Modelos: orlas com função residencial; orlas que atendem a lógica das segundas-residências; orlas com funções

turísticas, ou mesmo orlas em que coexistem todos os outros modelos. Devido ao foco desta pesquisa centrar-se na a invenção da praia do ponto de vista idílico da vilegiatura marítima e das formas decorrentes de produção do espaço, optou-se por não estudar as orlas que atendem exclusivamente às funções militares, industriais, portuárias e áreas de proteção ambiental.

No fragmento escolhido, os espaços praias, não é difícil observar-se códigos de conduta e de consumo específicos. O capital, eficientemente, adaptou, espacializou e especializou seu discurso para criar a necessidade do consumo das praias. A sociedade, por sua vez, dificilmente avalia as reais necessidades, validades e repercussões destas imposições mercadológicas. Por conta do desejo agenciado, criador de territórios, as rugosidades são alisadas e tornadas terrenos planos para “criação” de “novas” formas de habitat.



Figura 36 – Reprodução em série do modelo de ocupação das orlas.

Fonte: Ramos, (2009).

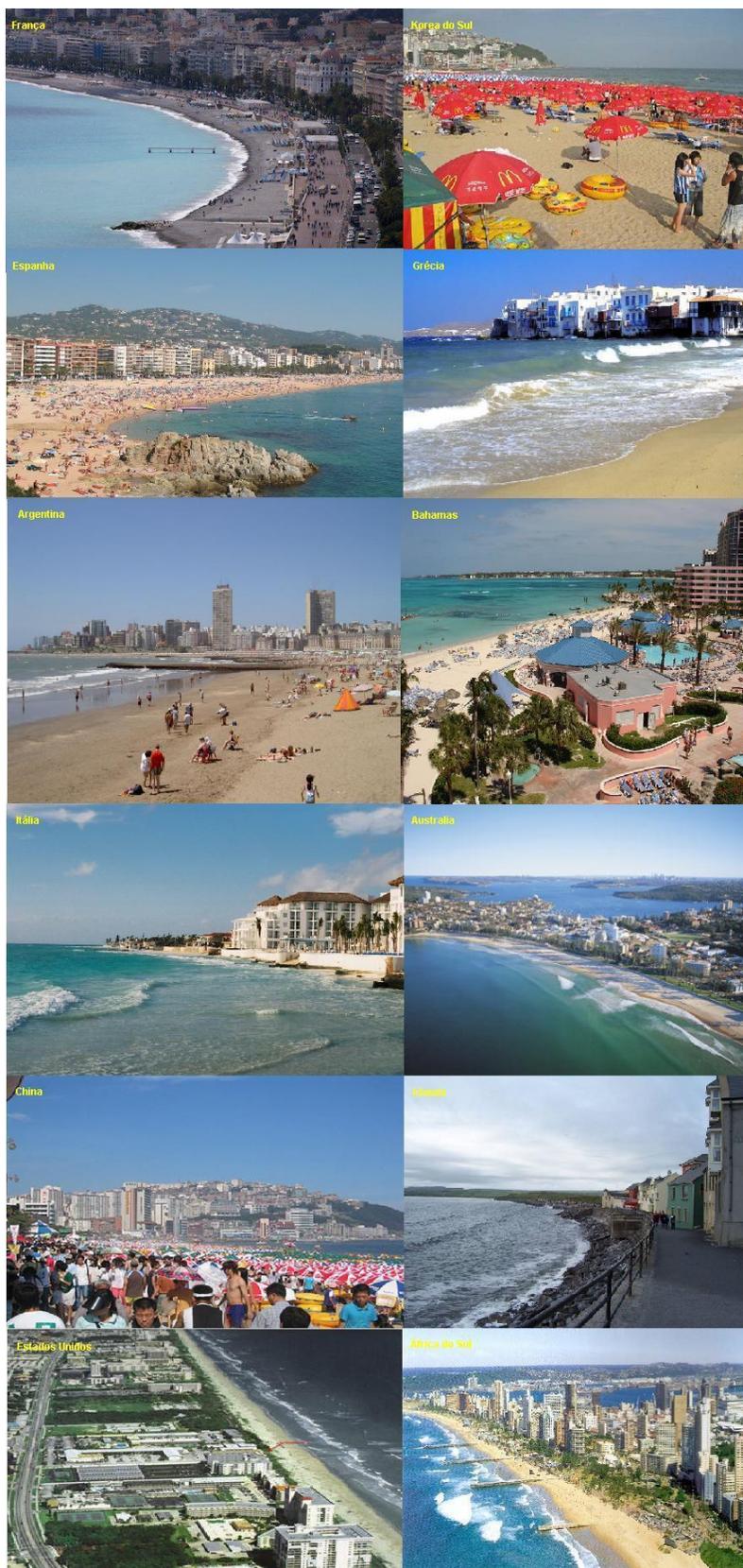


Figura 37 – Na escala do globo o modelo de ocupação das orlas se repete.
 Fonte: Ramos, (2009).

Os modelos de uso e ocupação das praias em todo território nacional assemelham-se ao ponto de confundir-nos sobre a localização exata das imagens acima. Caso optássemos por mostrá-las sem nomear as localidades, seria difícil identificá-las, tamanha a semelhança. Hoje, poderíamos apontar diferenças representativas, optando somente pela análise das imagens de cidades litorâneas?

A invenção da praia e a produção do seu espaço são fenômenos sociais relativamente recentes. As incoerências do ponto de vista do uso e ocupação dos espaços praias, analisadas nesta pesquisa, tiveram o intuito de denunciar as práticas, as leis, os planos, os programas e os projetos que operam neste fragmento territorial. No litoral brasileiro, e mais especificamente no do Espírito Santo, cometem-se os mesmos equívocos na produção dos seus espaços costeiros. Todas as questões aqui bastante discutidas se repetem: degradação do ecossistema costeiro e do ecossistema de interface dos processos geomorfológicos litorâneos; gentrificação das comunidades que historicamente ocupam as áreas litorâneas; especulação imobiliária; padrões de uso e ocupação repetitivos; elevados índices de poluição, entre outros.

Enquanto redigimos nossas considerações finais, as dinâmicas territoriais, que desconhecem o tempo das produções acadêmicas, continuam a imprimir novas marcas nos territórios. Agora, no município de Vila Velha, a câmara de vereadores tenta, a todo custo, alterar o teor do Plano Diretor Municipal e, assim, torná-lo mais permissivo e resolutivamente rápido para os agentes do capital imobiliário.

Já em Anchieta, o estudo de Avaliação Ambiental Estratégica, que apresentamos em capítulos anteriores, foi desnecessário para a decisão do governo em permitir a instalação da mineradora Vale no mesmo local onde seria instalada a mineradora de capital misto. Aquela empresa alegou que a emissão de partículas de minério e o uso dos recursos hídricos (fatores determinantes para o veto da instalação da mineradora de capital misto), irão permanecer nos índices hoje apresentados. Logo, tudo não passou de um imenso engodo!

Foi impossível abarcar neste estudo todas as dinâmicas territoriais que ocorrem nos espaços praias de Anchieta e Vila Velha, nem teríamos essa pretensão. Tais dinâmicas obedecem a

um tempo que em nada se assemelha ao período de produção desta pesquisa. No entanto, entre setembro de 2007 e julho de 2009, foi possível constatar os movimentos de produção territorial na escala definida, e observar sua dinâmica e sua dependência dos rumos econômicos definidos pelos agentes do capital.

O sentimento aterrador de constatação de nossas hipóteses prévias projeta um prognóstico preocupante, se considerarmos a qualidade socioambiental, mesmo que não descartemos a qualidade de funcionamento do modelo civilizatório contemporâneo, o que significa considerar que os rumos do uso e da ocupação dos territórios litorâneos são apenas exemplos menores da meta-incoerência inerente aos nossos padrões de existência, e do próprio funcionamento do sistema capitalista atual.

9. REFERÊNCIAS

BETRAND, Frédéric. **As relações homem-natureza no quadro dos litorais atlânticos**. Curitiba: Editora da UFPR, 2000.

BRASIL. **Lei n. 4.771 de Setembro de 1965**: institui o novo Código Florestal Brasileiro. Brasília: Imprensa do Governo Brasileiro, 1965.

BRASIL. **Resolução CONAMA nº 04**: das Reservas Ecológicas brasileiras. Brasília: Imprensa do Governo Brasileiro, 1985.

BRASIL. **Lei nº7661, de 16 de maio de 1988**. Dispõe sobre a criação do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências. Brasília, 2009. Disponível em : <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 20 dez. 2008.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censos 2007**: uma síntese das etapas das pesquisas. Rio de Janeiro: [s.n], 2006.

BRAUDEL, Fernand. **Memórias do mediterrâneo**: Pré-história e antiguidade. Rio de Janeiro: Multinova, 2001.

BURTON, Robert. **The anatomy of melancholy**, Londres: George Bell & Sons, 1893.

CAMPOS FILHO, Candido Malta. **Cidades brasileiras: seu controle ou o caos**. 2 ed. São Paulo: Studio Nobel, 1992.

CENSO 2007. Disponível em: <http://censos2007.ibge.gov.br/>. Acesso em: 29 set. 2008.

CORBIN, Alain. **Território do Vazio**: A praia e o imaginário ocidental, São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza. Políticas de turismo e construção do espaço turístico litorâneo no Nordeste do Brasil. In: LEMOS, Amália Geraiges. (org.). **Turismo: impactos socioambientais**. 2.ed. São Paulo:Hucitec, 1999.

_____. **Geografias do Turismo**: De Lugares a Pseudo-lugares. São Paulo: Roca, 2007.

CUNLIFFE, Barry. **Facing the Ocean**: the Atlantic and Its Peoples, Oxford: Oxford University Press, 2001.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. O mar e o marítimo nos trópicos. **GEOUSP Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 15, p. 63-76, 2004.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**: 1972-1990. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

- DIEGUES, Antonio Carlos. **Ilhas e Mares: Simbolismo e imaginário**, São Paulo: Hucitec, 1998.
- EASTMAN JR. **Idrisi for Windows: Manual do usuário, versão 2.0**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul-Centro de Recursos. IDRISI do Brasil, 1997.
- EDMUNDO, Luiz. **A Corte de João XVI no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1939.
- ESPÍRITO SANTO EM AÇÃO. **Avaliação Ambiental Estratégica: Pólo industrial e de serviços de Anchieta – ES**. Vitória: [s.n], 2008.
- ESPÍRITO SANTO. **Decreto Estadual nº 1.247-S, de 10 de julho de 2007**. Vitória, 2007. Disponível em : <<http://www.es.gov.br>>. Acesso em: 15 dez. 2008.
- ESTEVES JUNIOR, Milton. **Movemo-nos a Deriva e somos Devorados pelo Espetáculo: Revisando o olhar marginal e as propostas situacionistas sobre sociedade, arte e cultura**. Barcelona: DC: Revista de crítica arquitetônica, 1998.
- FIORI, José Luis. Por que Governabilidade? Qual Governabilidade? In: **Os Moedeiros Falsos**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: 2. ed. Graal, 1981.
- FRISCHAK, Leila Lucas. Governança, Governabilidade e Reforma. In: VELOSSO, João Paulos dos Reis (org.): **Governabilidade, sistema político e violência urbana**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.
- GASPAR, Claudia Braga. **Orla Carioca: História e cultura**, São Paulo: Metalivros, 2004.
- GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. 17. ed. Campinas: Papirus, 2006.
- _____. **Caosmose: um novo paradigma estético**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.
- GERCO. **Perfil dos Estados Litorâneos do Brasil: Subsídios à Implementação do Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro (MMA/PNMA)**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 1996.
- HALL, Peter. **Cidades do Amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX**. São Paulo, perspectiva, 2002.
- HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
- _____. **Condição Pós-Moderna**. 16. ed. São Paulo: Loyola, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2000**. Disponível em: www.ibge.br.

_____. **Censo demográfico do Brasil**. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acessado em: abril de 2002.

JAMESON, Frederic. **Pós-Modernidade: A lógica cultural do capitalismo tardio**. São Paulo, Ática, 2007.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito a Cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.

_____. La Producción del Spacio. **Papers Revista de Sociologia**, Barcelona, ano 2, n. 3, p. 219-229, 1974.

_____. **A Revolução Urbana**. 2. ed. Belo Horizonte: Humanitas, 2004.

MACEDO, Silvio, Soares. Paisagem, litoral e formas de urbanização. In: **Projeto Orla: subsídios para um programa de gestão**. Brasília: SQA/MMA e SPU/MP, 2001.

MADRUGA, Antonio Moacyr. **Litoralização: da Busca da Liberdade ao Consumo Autofágico**. São Paulo: 1992. Dissertação (mestrado) – Departamento de Geografia, FFLCH/ USP.

MARTINS, Luciano. Crise de Poder, governabilidade e governança. In: VELOSSO, João Paulo dos Reis, ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcante de (orgs.): **Governabilidade & Reformas**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Projeto Orla: subsídios para um programa de gestão**. Brasília: SQA/MMA e SPU/MP, 2001.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Contribuições para Gestão da Zona Costeira: Elementos para uma geografia do litoral brasileiro**. São Paulo: ANNABLUME, 2007.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Classificação das praias brasileiras por níveis de ocupação: proposta de uma tipologia para os espaços praias. In: MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Projeto Orla: subsídios para um programa de gestão**. Brasília: SQA/MMA e SPU/MP, 2001.

MUEHE, DIETER. Definição de limites e tipologias da orla sob os aspectos morfodinâmico e evolutivo. In: MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Projeto Orla: subsídios para um programa de gestão**. Brasília: SQA/MMA e SPU/MP, 2001.

ORTEGA Y GASSET, José. **Meditación de la técnica y otros ensayos sobre ciência y filosofía**, Madrid, Alianza, 1982.

PEROVANO, Tatiana; LIMA, Rogério. Dinâmica de ocupação do solo na faixa de reserva ecológica de Vila Velha (ES). **Revista Natureza on line**, Santa Teresa, v. 1, n. 1, p. 17-23, mar./abr. 2003.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA. **Lei nº4575, de 11 de dezembro de 2007**. Dispõe sobre a criação do Plano Diretor Municipal e dá outras providências. Vila Velha, 2007. Disponível em: <<http://www.vilavelha.es.gov.br>>. Acesso em: 25 dez. 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA. **Lei nº13, de 28 de novembro de 2006**. Dispõe sobre a criação do Plano Diretor Municipal e dá outras providências. Anchieta, 2006. Disponível em : <<http://www.anchieta.es.gov.br>>. Acesso em: 25 dez. 2008.

RODRIGUES, Adyr. Balastrieri. Turismo e Ambientes: Reflexões e propostas. In: LOBARDO, M. A; CASELLA, L, L, C. **Turismo Ambiental: O caso de Bombinhas (SC)**. São Paulo: Hucitec, 1997.

RODRIGUES, Marcia. Imóvel: você ainda vai ter um. **ES Brasil**, Vitória: ano 3, n. 32, p. 14-23, 2008.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: EDUSP, 1996.

_____. **Pensando o Espaço do Homem**. São Paulo: EDUSP, 1997.

_____. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SILVA, Maria da Glória Lanci. **Os Cenários do Lazer: Turismo e Transformação da Paisagem Urbana**. São Paulo: 2003. Tese (doutorado) – Departamento de Geografia, FFLCH/ USP.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual: Natureza, Capital e a Produção do Espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOJA, Edward. **Geografias Pós-Modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Funcionalidade e Disfuncionalidade das Metr6poles para o Desenvolvimento Brasileiro**. Quest6es para uma pol3tica urbana que se proponha a ser cr3tica. In: Anais do 5 Congresso Brasileiro de Ge6grafos. Vol. 1. Curitiba, 1994.

_____ **Urbaniza76o e Desenvolvimento no Brasil atual**. S6o Paulo: 6tica, 1996.

_____ **O desafio Metropolitano**: Um estudo sobre a problem6tica s6cio-espacial nas metr6poles brasileiras. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

TAUNAY, Afonso de Escragnoille. **O Rio de Janeiro de Antanho**: O Rio de Janeiro dos vice-reis e o Rio de Janeiro de D. Pedro II, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1925.

THE Corporation: the pathological pursuit of profit and power. Dire76o: Joel Bakan. Montreal: Big Picture Media Corporation, c2004. 1 DVD.

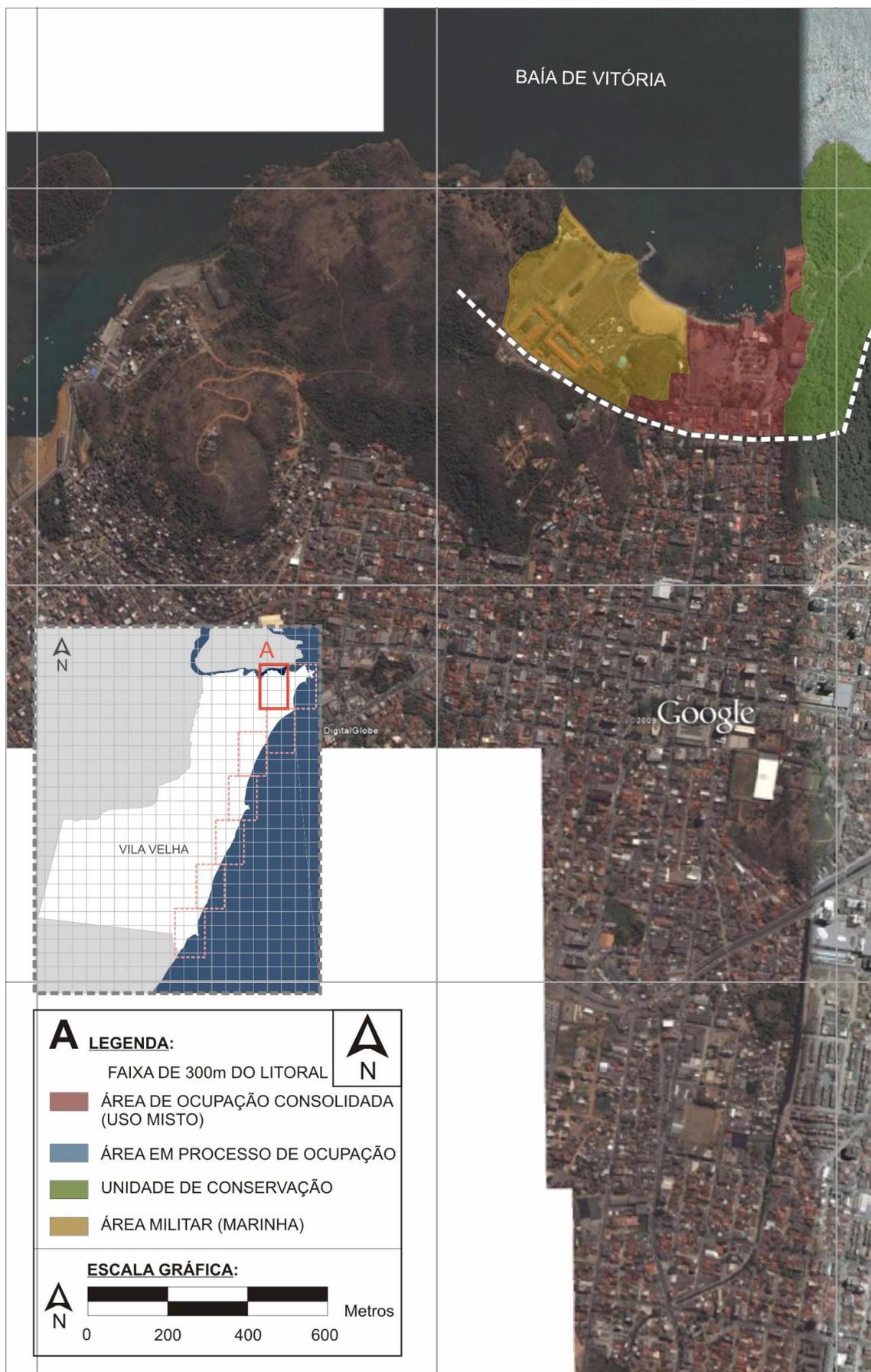
TRANSMAR. **Estudo de Impacto Ambiental do Porto de Vila Velha, enseada de Jaburuna, Vila Velha, E.S.** Vit6ria: TRANSMAR, 2002.

TULIK, Olga. **Turismo e meios de hospedagem**. S6o Paulo: Roca, 2001.

URRY, Jhon. **O Olhar do Turista**: lazer e viagens nas sociedades contempor6neas, S6o Paulo: Senac, 2001.

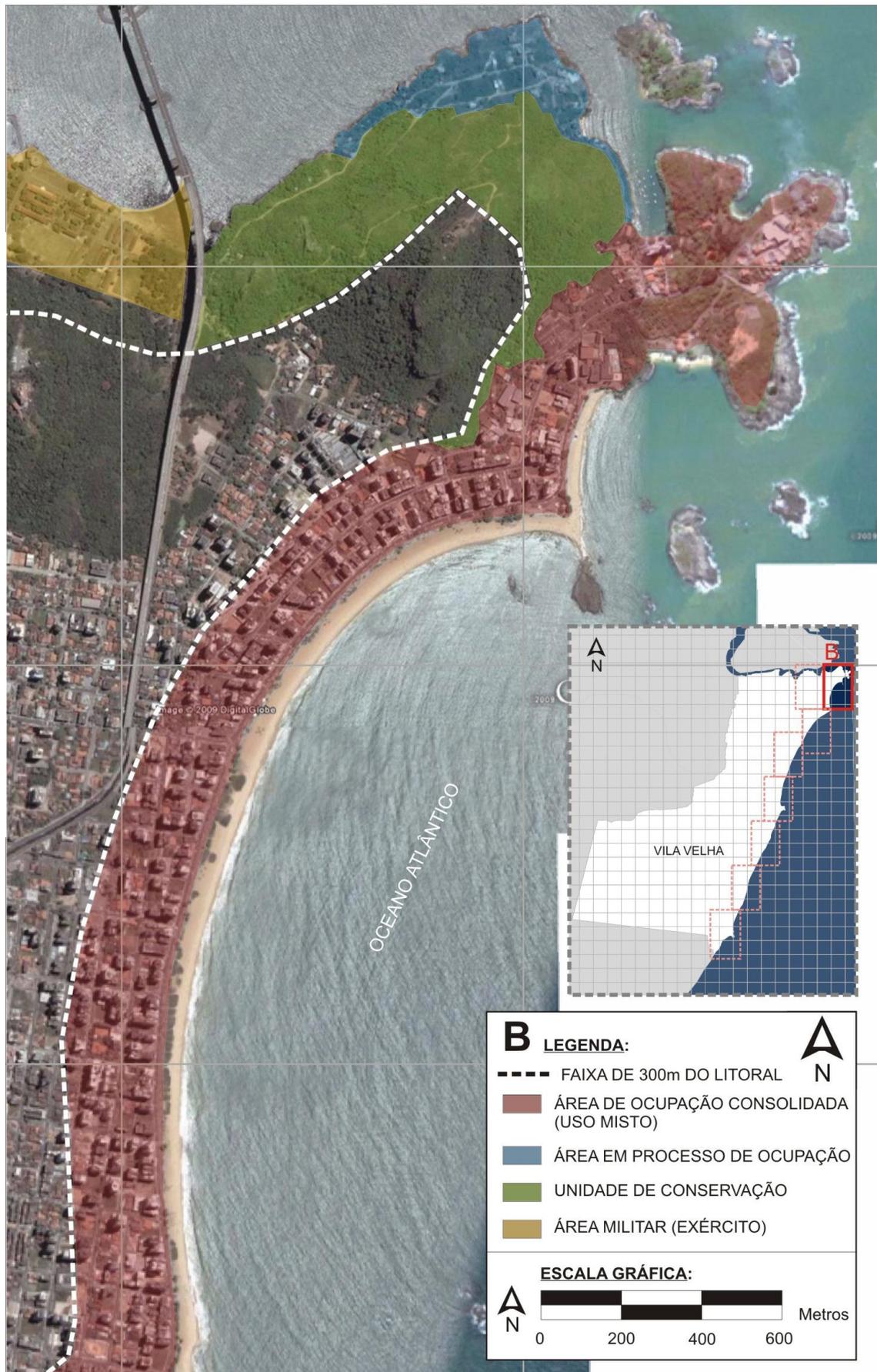
YAZIGI, Eduardo. **A Alma do Lugar**: Turismo, planejamento e cotidiano. S6o Paulo: Contexto, 2001.

APÊNDICE A – Mosaico de Uso e Ocupação do Litoral de Vila Velha – Trecho A



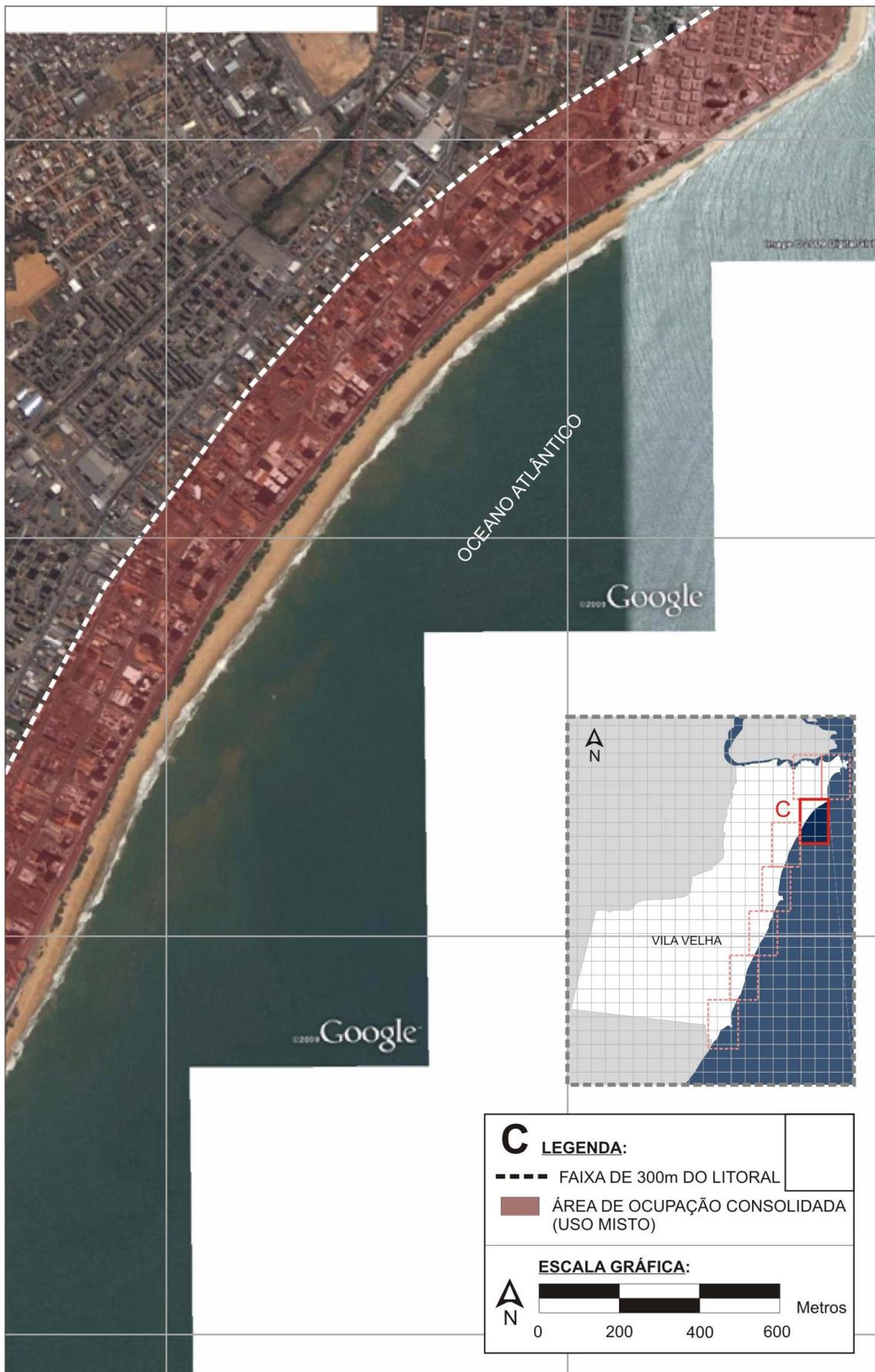
Fonte: Carvalho e Ramos, (2009).

APÊNDICE B – Mosaico de Uso e Ocupação do Litoral de Vila Velha – Trecho B



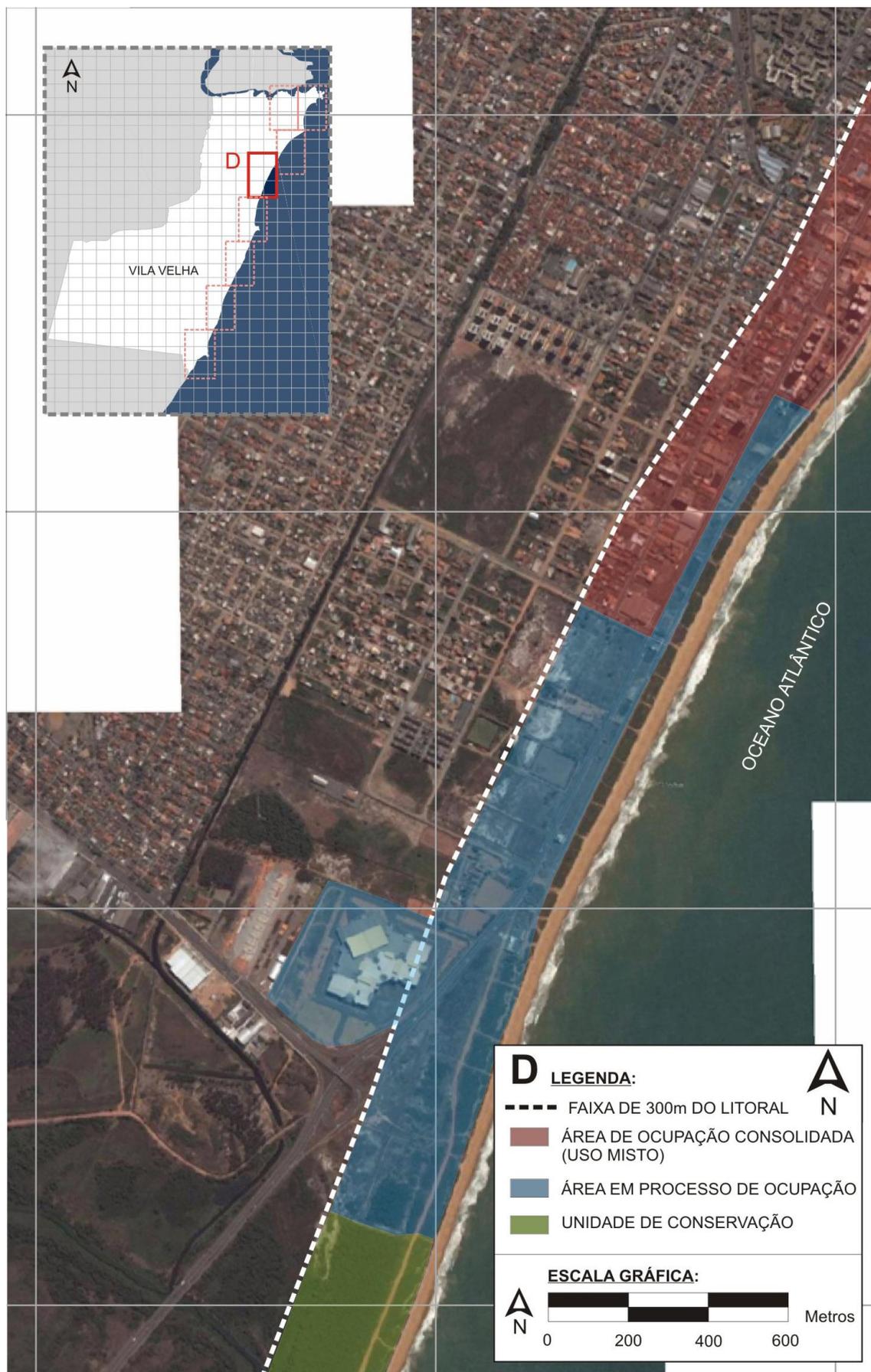
Fonte: Carvalho e Ramos, (2009).

APÊNDICE C – Mosaico de Uso e Ocupação do Litoral de Vila Velha – Trecho C



Fonte: Carvalho e Ramos, (2009).

APÊNDICE D – Mosaico de Uso e Ocupação do Litoral de Vila Velha – Trecho D



Fonte: Carvalho e Ramos, (2009).

APÊNDICE E – Mosaico de Uso e Ocupação do Litoral de Vila Velha – Trecho E



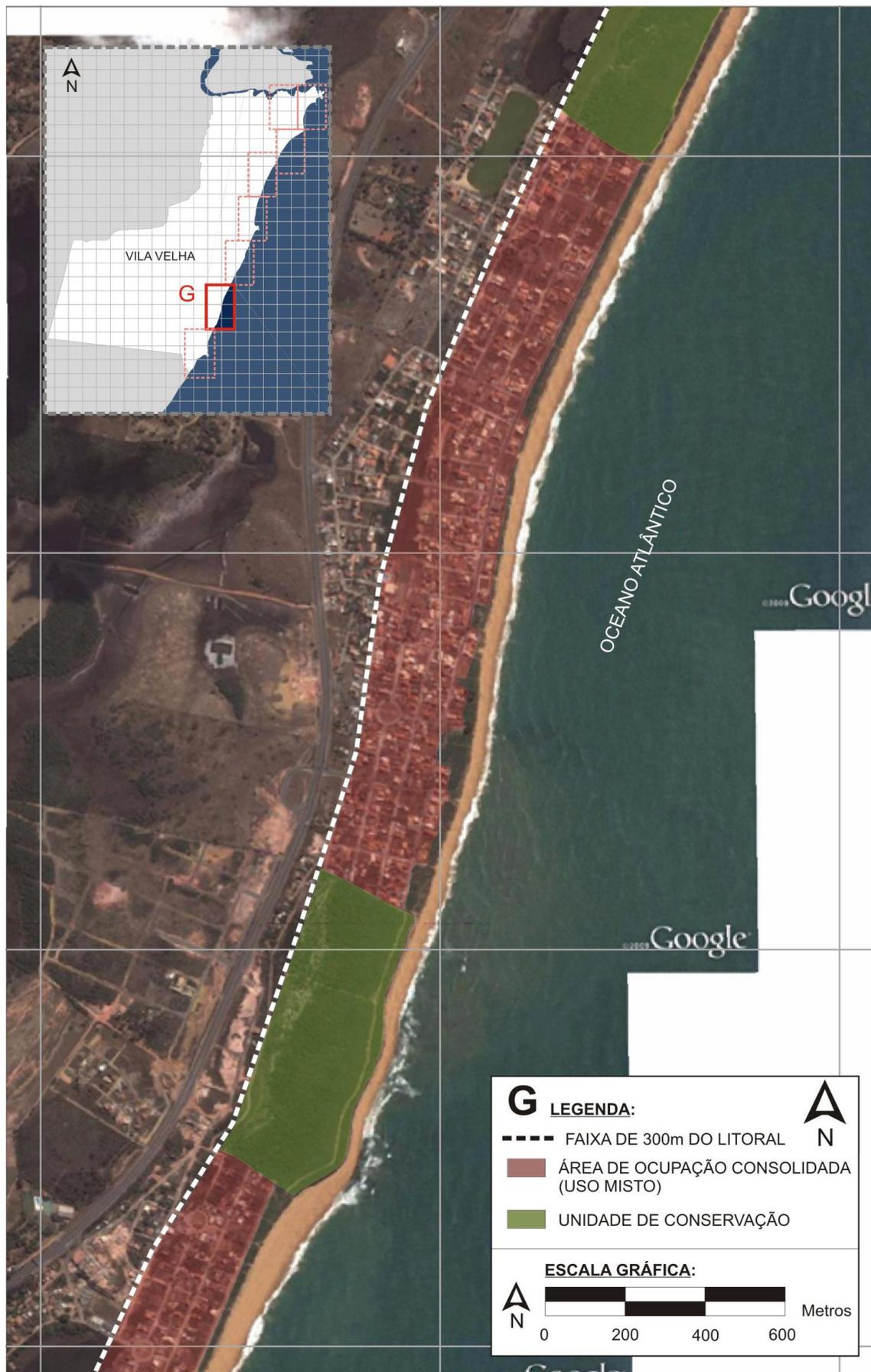
Fonte: Carvalho e Ramos, (2009).

APÊNDICE F – Mosaico de Uso e Ocupação do Litoral de Vila Velha – Trecho F



Fonte: Carvalho e Ramos, (2009).

APÊNDICE G – Mosaico de Uso e Ocupação do Litoral de Vila Velha – Trecho G



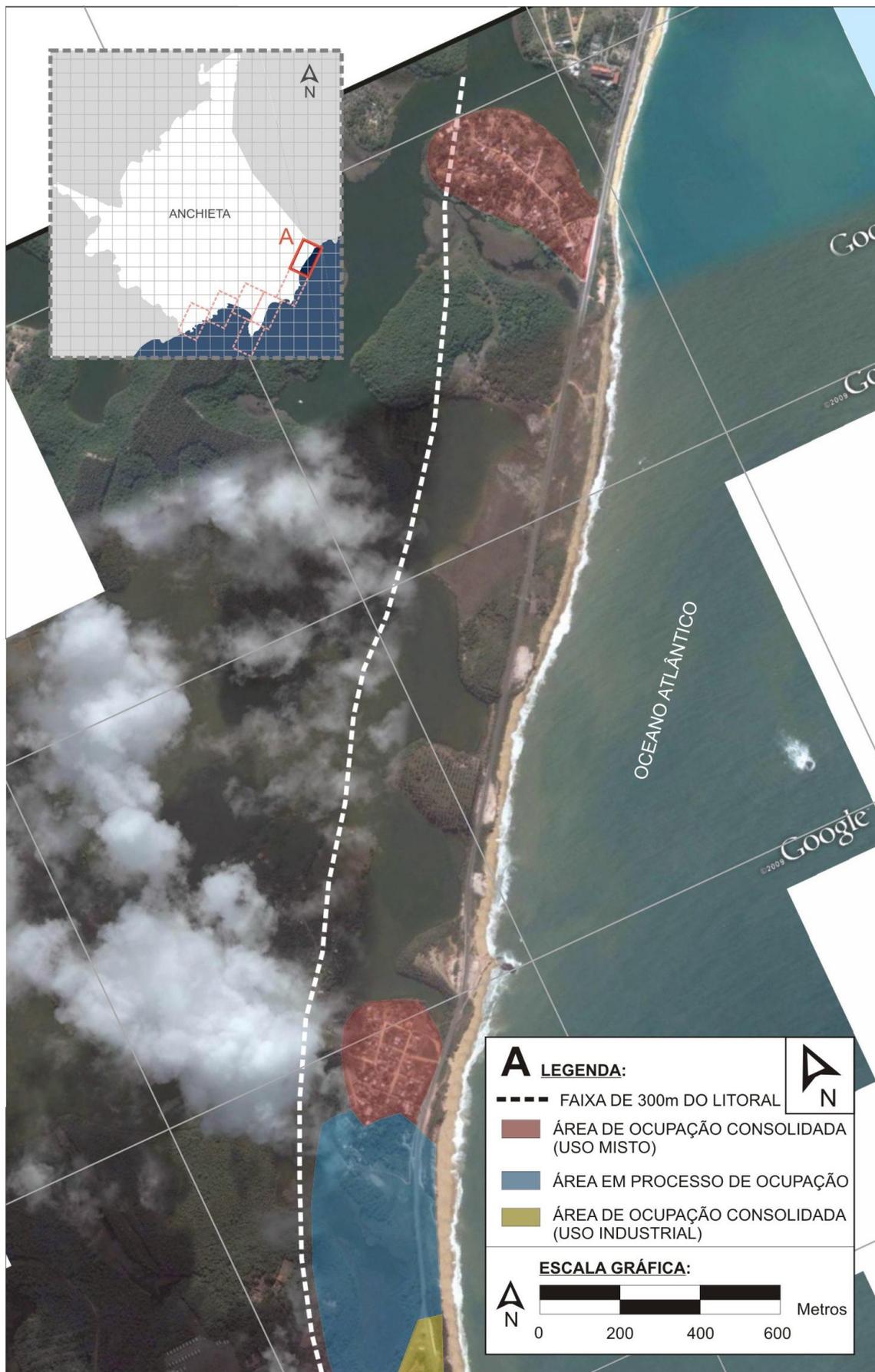
Fonte: Carvalho e Ramos, (2009).

APÊNDICE H – Mosaico de Uso e Ocupação do Litoral de Vila Velha – Trecho H



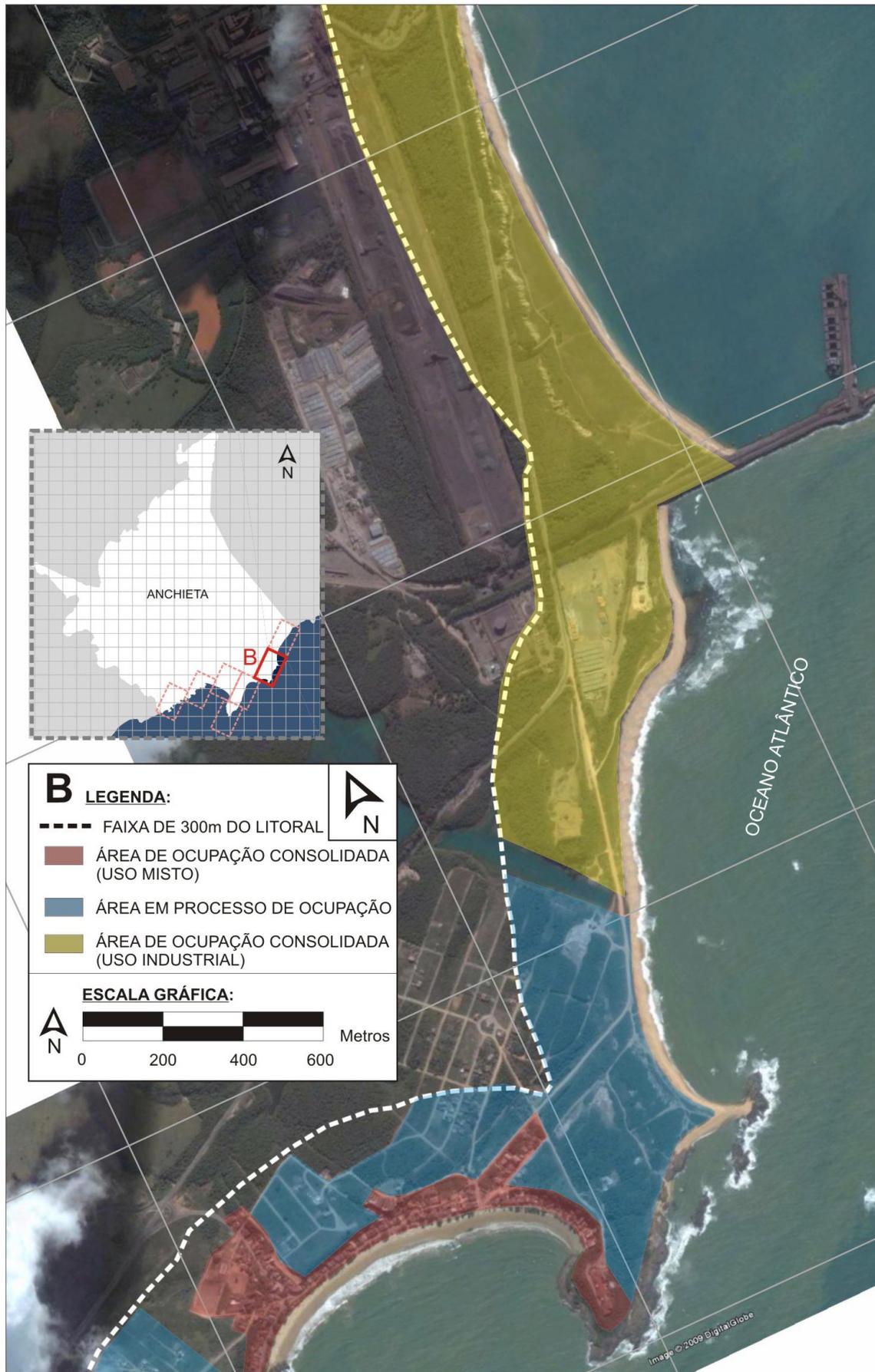
Fonte: Carvalho e Ramos, (2009).

APÊNDICE I – Mosaico de Uso e Ocupação do Litoral de Anchieta – Trecho A



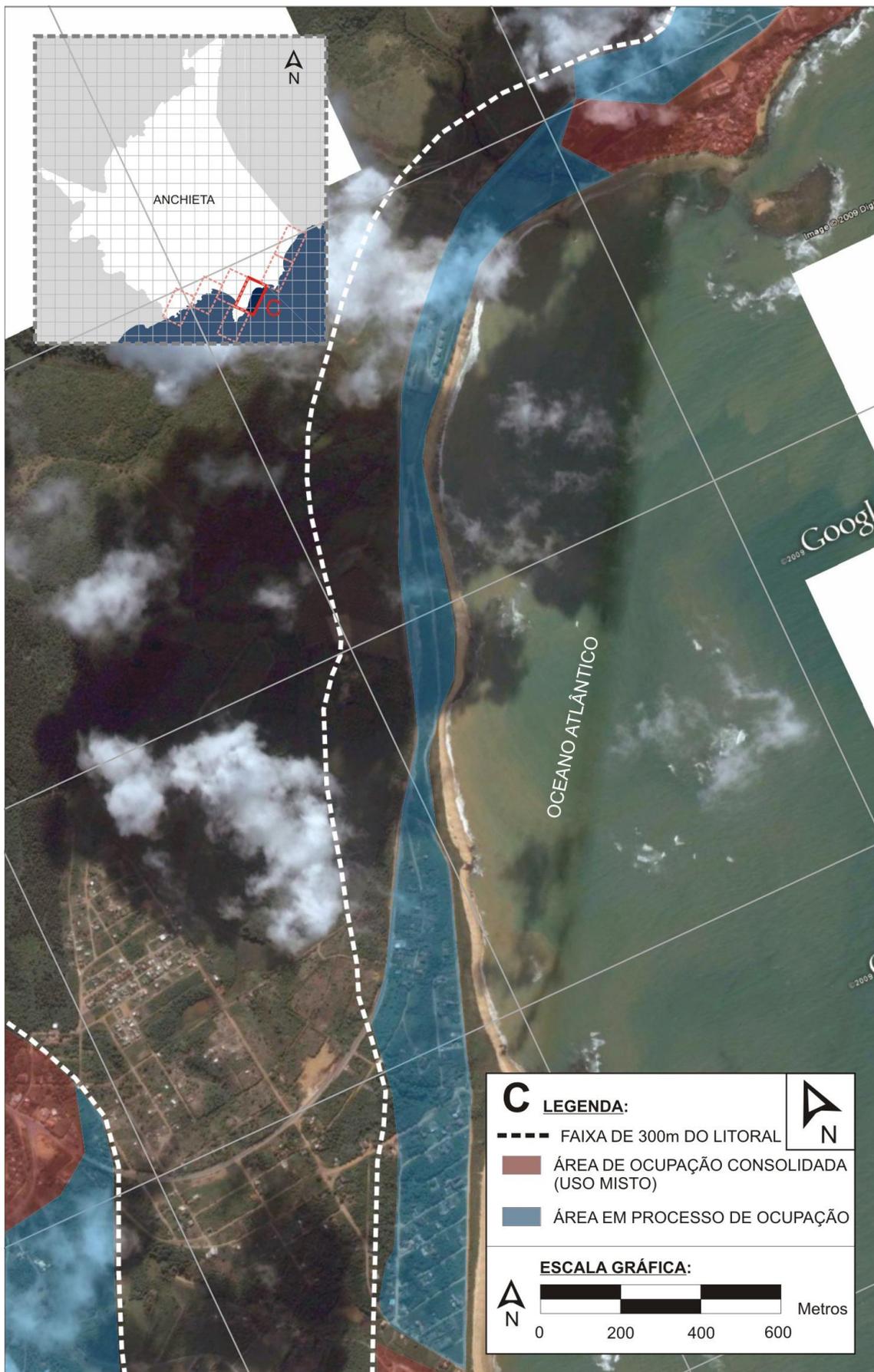
Fonte: Carvalho e Ramos, (2009).

APÊNDICE J – Mosaico de Uso e Ocupação do Litoral de Anchieta – Trecho B



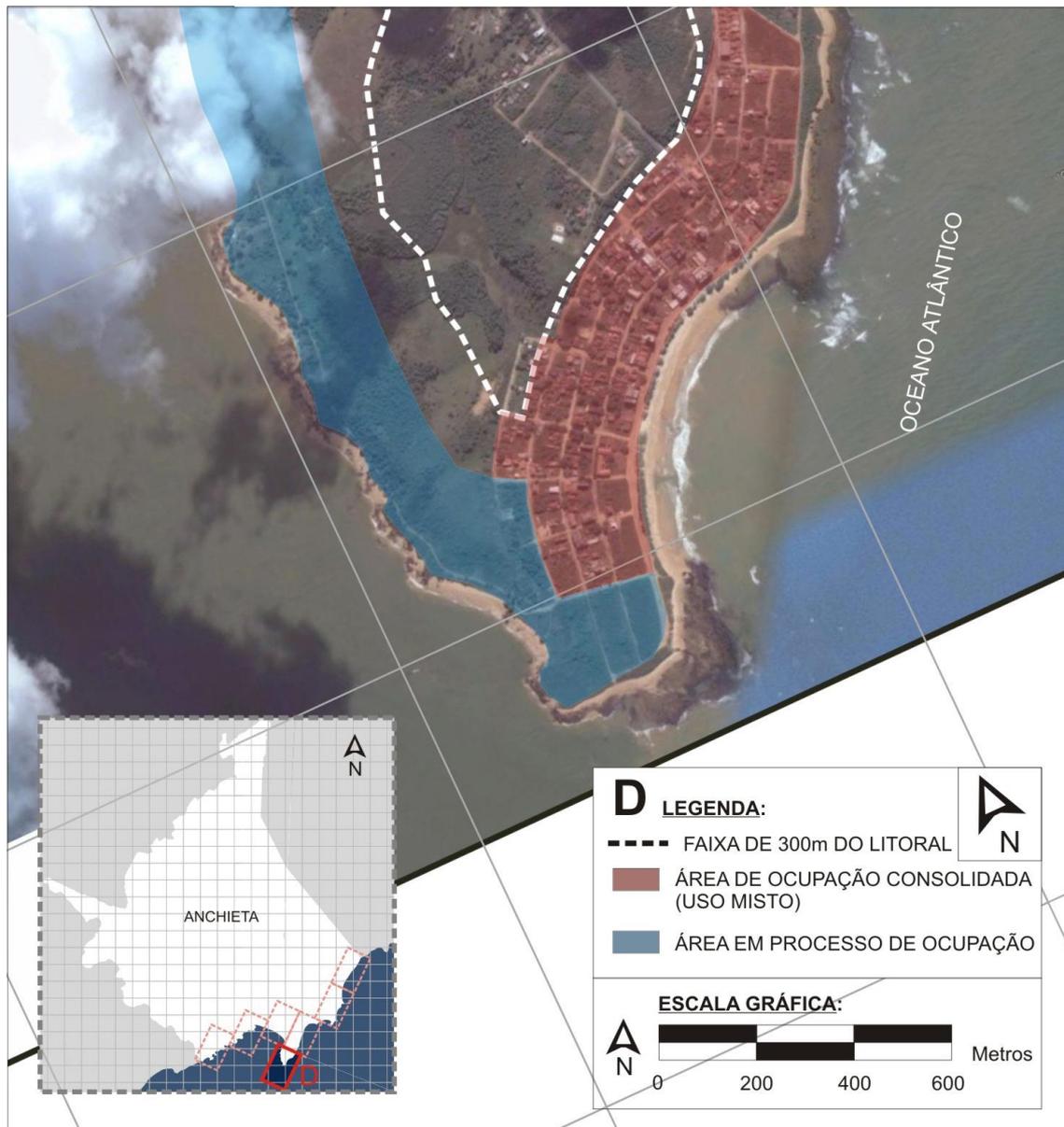
Fonte: Carvalho e Ramos, (2009).

APÊNDICE K – Mosaico de Uso e Ocupação do Litoral de Anchieta – Trecho C



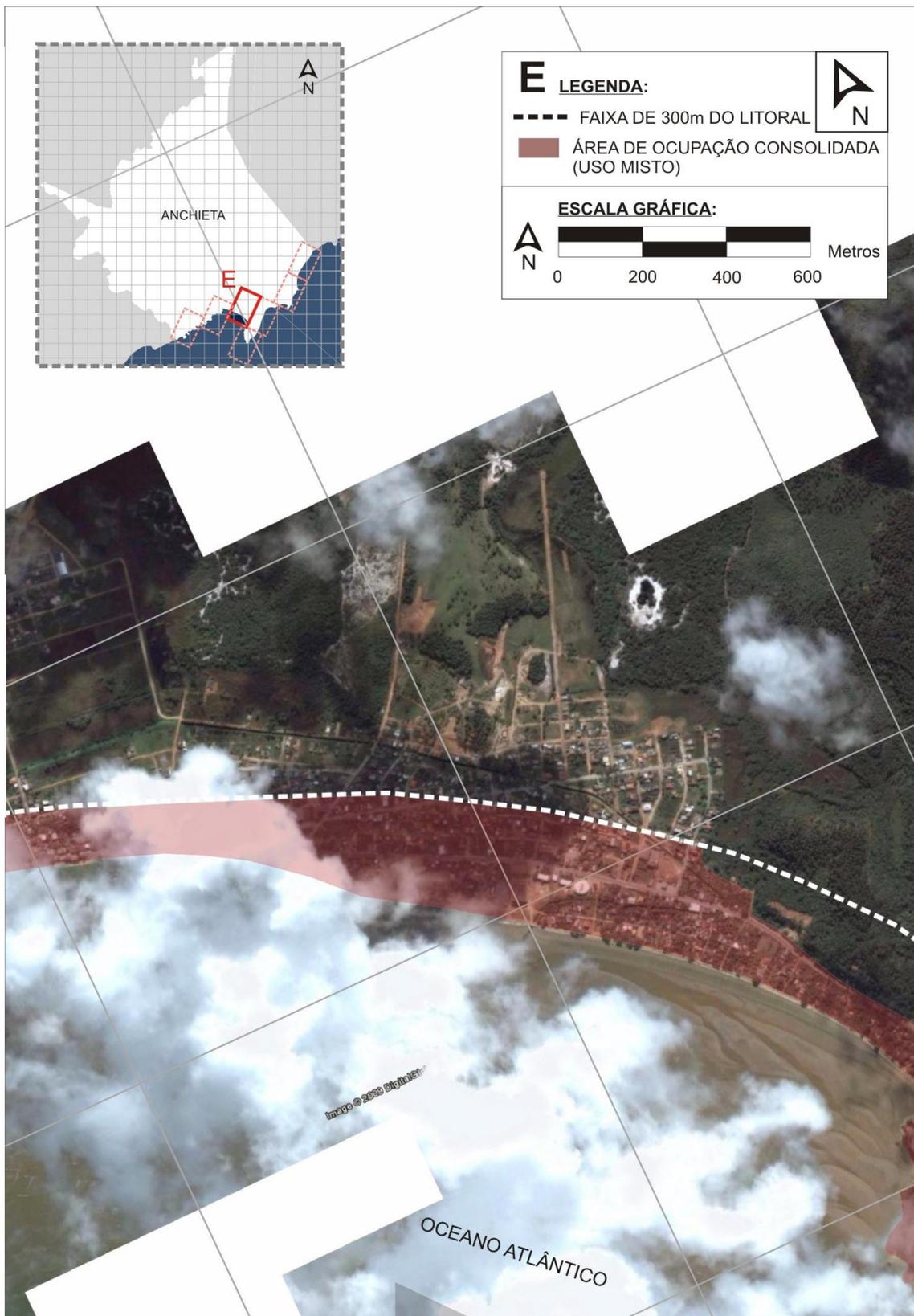
Fonte: Carvalho e Ramos, (2009).

APÊNDICE L – Mosaico de Uso e Ocupação do Litoral de Anchieta – Trecho D



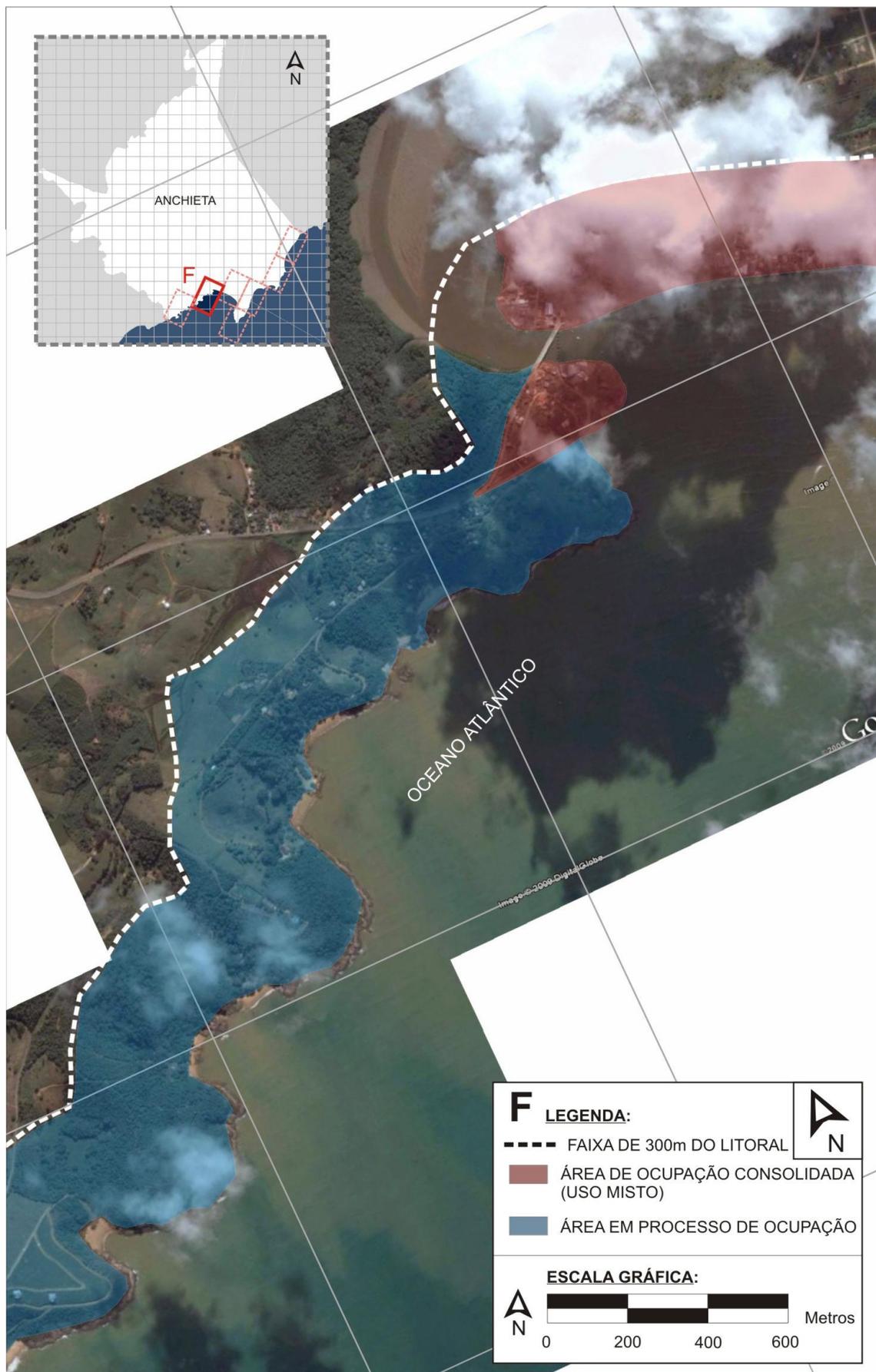
Fonte: Carvalho e Ramos, (2009).

APÊNDICE M – Mosaico de Uso e Ocupação do Litoral de Anchieta – Trecho E



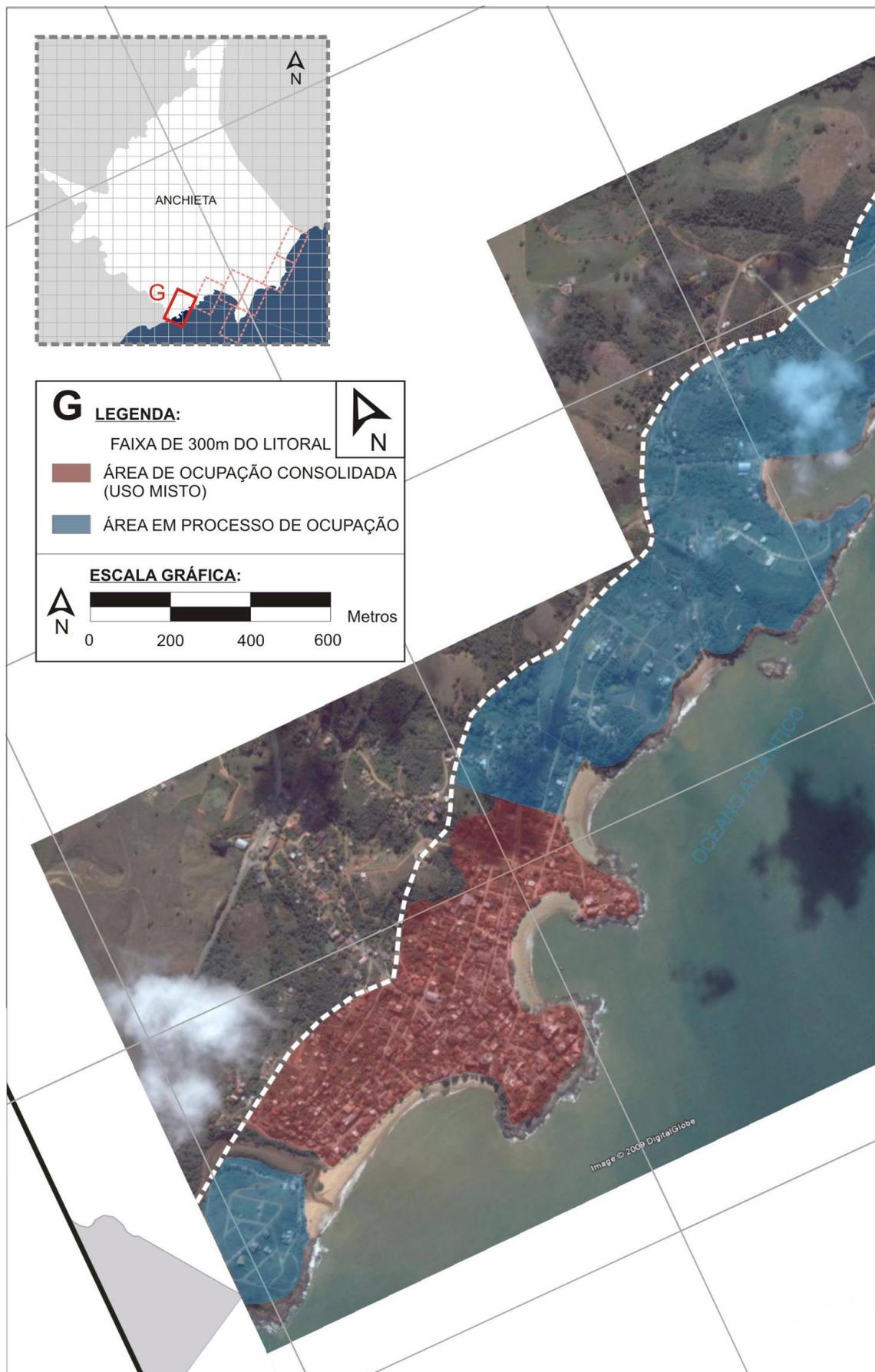
Fonte: Carvalho e Ramos, (2009).

APÊNDICE N – Mosaico de Uso e Ocupação do Litoral de Anchieta – Trecho F



Fonte: Carvalho e Ramos, (2009).

APÊNDICE O – Mosaico de Uso e Ocupação do Litoral de Anchieta – Trecho G



Fonte: Carvalho e Ramos, (2009).